



Relatório Etnográfico

Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil

Região Sudeste

Equipe:

Profa. Dra. Mirian Alves de Souza
Coordenadora geral da Região Sudeste

Me. Antonio Claudio Ribeiro da Costa
Coordenador do Trabalho de Campo

Lourdes Correa
Coordenadora do Trabalho de Campo

João Pedro Arruda
Liderança Cigana

Valdinalva Barbosa dos Sa
Liderança Cigana

Dra. Daniela Velásquez Peláez
Análise de dados e produção de relatório

Tempo de execução: de Abril de 2024 até Maio de 2025



1 Introdução	4
1.1 Objetivos	4
1.2 Metodologia da pesquisa	4
1.2.1 Aspectos fundamentais sobre a etnografia	5
1.3 Considerações éticas e participativas	7
2 Contextualização	8
2.1 Os grupos étnicos ciganos no Sudeste	8
2.2 Principais características das comunidades mapeadas:	10
2.2.1 Rotas ciganas	12
3 Registro da população cigana no sudeste	15
3.1 Os estados da região	15
3.2 Registro da população cigana por município	15
3.2.1 Espírito Santo	16
3.2.1.1 Aracruz	26
3.2.1.2 Cariacica	29
3.2.1.3 Fundão	31
3.2.1.4 Linhares	34
3.2.1.5 Marilandia	37
3.2.1.6 São Mateus	39
3.2.2 Minas Gerais	43
3.2.2.1 Betim	67
3.2.2.2 Colatina	70
3.2.2.3 Conselheiro Lafaiete	73
3.2.2.4 Esmeraldas	77
3.2.2.5 Ibirite	79
3.2.2.6 Lagoa Santa	82
3.2.2.7 Matozinhos	85
3.2.2.8 Pedro Leopoldo	87
3.2.2.9 Ribeirão das Neves	89
3.2.2.10 Santa Bárbara	91
3.2.2.11 Sete Lagoas	95
3.2.2.12 Belo Horizonte e Contagem	97
3.2.3 Rio de Janeiro	98
3.2.3.1 Campos dos Goytacazes	104

3.2.3.1 Tanguá	107
3.2.4 São Paulo	110
3.2.4.1 Caçapava	125
3.2.4.2 Embu das Artes	128
3.2.4.3 Francisco Morato	133
3.2.4.4 Itaim Paulista	136
3.2.4.5 Itapecerica da Serra	140
3.2.4.6 Itaquaquetuba	145
3.2.4.7 Mogi das Cruzes	152
3.2.4.8 Pindamonhangaba	155
3.2.4.9 Roseira	157
3.2.4.10 Taubaté	161
4 Indicadores sociais e econômicos	165
5 Considerações finais	165
Anexos	168
Anexo I - Levantamento Bibliográfico	168
O levantamento bibliográfico inicial foi realizado nas bases de pesquisa Scielo, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES	168
Anexo II - Detalhes sobre atividades de pesquisa da equipe	181
Anexo III - Imagens de reuniões de equipe	182
Anexo IV - Imagens da pesquisa de campo	183
Anexo V - Relatos de campo dos pesquisadores da equipe	240
Anexo VI - Mapas criados a partir dos dados coletados	262

1 Introdução

O presente relatório reúne e sistematiza os resultados da pesquisa de campo voltada ao mapeamento etnográfico de comunidades ciganas na Região Sudeste do Brasil, realizado entre abril de 2024 e maio de 2025. O estudo buscou identificar a presença territorial, os modos de vida e as condições de acesso a políticas públicas de famílias ciganas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A investigação foi desenvolvida por meio de levantamento em fontes públicas (como CADÚnico e Bolsa Família), visitas a campo e entrevistas com moradores, lideranças comunitárias e agentes públicos. A metodologia privilegiou o diálogo direto com as comunidades e a observação participante, respeitando os limites éticos e culturais específicos de cada território.

1.1 Objetivos

O principal objetivo da pesquisa foi o de identificar e mapear a presença de grupos étnicos identificados como ciganos nos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, entre tais grupos, tivemos acesso à realização de entrevistas com ciganos de etnia Calon e apenas dois grupos da etnia Rom.

A pesquisa teve também o objetivo de observar e compreender a relação entre os grupos e os órgãos de acesso a políticas públicas, por isso, buscamos também explorar as relações com lideranças comunitárias e agentes públicos, além de, quando possível, realizar visitas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

1.2 Metodologia da pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e, mais especificamente, de caráter etnográfico. Portanto, a equipe priorizou a realização de trabalhos de campo compostos pela observação participante, reuniões e entrevistas semi-estruturadas. Ademais, foram feitos levantamentos em bases de dados públicas tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), além de incluir na pesquisa dados sobre o Sistema de Cadastro Único (CADÚnico) e Bolsa Família.

Além disso, também contamos, dentro da equipe, com lideranças ciganas que foram fundamentais para o estabelecimento de vínculos de confiança e acesso aos grupos que, por serem amplamente marginalizados, muitas vezes apresentam desafios para a integração de pesquisadores. Além deles terem tido um papel de destaque para a articulação com o poder público, grupos reivindicadores de direitos e o ministério público, principalmente no estado de Minas Gerais. A atuação dos pesquisadores ciganos, também foi fundamental para compreender e familiarizar a equipe (e estranhar por parte deles) as reivindicações de acesso a direitos por parte dos grupos.

Nesse contexto, destaca-se o papel de Lu Ynaiah, cuja participação foi decisiva para a entrada no campo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, Lu desenvolve um trabalho social e de ativismo voltado à promoção dos direitos das comunidades ciganas, o que possibilitou à equipe ser acolhida e reconhecida em diversas localidades. Sua trajetória e articulação com movimentos sociais e órgãos públicos contribuíram significativamente para facilitar o diálogo entre os pesquisadores e as famílias, além de fortalecer o caráter participativo e colaborativo da pesquisa.

Antes da realização da observação participante em diferentes comunidades ciganas, também realizamos um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo, Google Scholar e no Portal de Periódicos da CAPES por meio do método de pesquisa Booleana, isto é, limitando os conceitos pesquisados para acessar investigações que estão focadas na relação entre populações ciganas e acesso a direitos no sudeste do Brasil. Esta fase da pesquisa contribuiu para compreender um panorama geral das comunidades e orientou a conformação de um formulário base para as entrevistas semi-estruturadas.

1.2.1 Aspectos fundamentais sobre a etnografia

A pesquisa seguiu uma abordagem etnográfica para as visitas e entrevistas realizadas centrada na descrição e análise da realidade observada, articulando as perspectivas dos

próprios interlocutores com os conceitos e referenciais teóricos mobilizados pelos pesquisadores. O método etnográfico pressupõe a realização de trabalho de campo, o que implica contato direto e prolongado com as pessoas e os contextos definidos para a pesquisa. Sem essa imersão, não há etnografia, pois ela se fundamenta na produção de uma "descrição densa" (GEERTZ, 2008) dos dados construídos ao longo da investigação. Contudo, como ressalta Mariza Peirano, descrever não significa apenas reproduzir fielmente os relatos colhidos durante o trabalho de campo. A etnografia exige um esforço interpretativo, no qual o pesquisador deve traduzir e elaborar o diálogo vivido na pesquisa. Para tanto, é necessário transformar a indexicalidade inerente à comunicação oral em um texto referencial estruturado, organizando as ações e interações observadas em palavras, frases, parágrafos e capítulos coerentes:

"[...] interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo. O antropólogo precisa transformar a indexicalidade que está presente na comunicação em texto referencial. É preciso colocar em palavras sequenciais, em frases consecutivas, parágrafos, capítulos, o que foi ação." (PEIRANO, 2008, p. 7)

O trabalho de campo, portanto, não se resume à coleta de informações, mas é um processo contínuo de diálogo vivo, que se prolonga na escrita etnográfica. A escrita, por sua vez, busca não apenas documentar a experiência do pesquisador, mas também comunicar ao leitor e convencê-lo da legitimidade das interpretações construídas (PEIRANO, 2008, p. 7).

Inspirada nesse arcabouço metodológico, a equipe de pesquisa realizou uma série de visitas a indivíduos e comunidades ciganas, nas quais a observação direta e as entrevistas foram os principais instrumentos empregados. Estas visitas permitiram acompanhar de perto os desafios enfrentados pelas comunidades, suas interações com diferentes agentes sociais e institucionais, bem como captar nuances e significados que dificilmente seriam acessíveis por meio de métodos exclusivamente documentais ou quantitativos.

Além disso, a pesquisa incorporou elementos de uma etnografia engajada, na qual a inserção dos pesquisadores ultrapassou a mera observação passiva. Em diversas ocasiões, os pesquisadores participaram ativamente do cotidiano dos interlocutores, acompanhando-os

em atividades diárias, eventos comunitários e interações com o Estado. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e institucionais que afetam a vida dos grupos estudados, fortalecendo a qualidade interpretativa dos dados coletados.

1.3 Considerações éticas e participativas

A decisão de optar pelo desenvolvimento de uma pesquisa de caráter etnográfico, foi atravessada não só pelo compromisso de e com os pesquisadores e ciganos, ela também foi assim desenvolvida pois é fundamental compreender que a aplicação de metodologias de caráter quantitativo em grupos e comunidades ciganas mostra-se, em grande medida, inviável. Isso decorre tanto das formas próprias de comunicação e sociabilidade quanto da necessidade de estabelecer vínculos de confiança como condição indispensável para a realização do trabalho de campo. As barreiras iniciais de acesso não resultam de resistência gratuita, mas constituem mecanismos de proteção coletiva, construídos historicamente em resposta a décadas de preconceito, estigmatização e intervenções institucionais abusivas. Assim, toda aproximação investigativa deve ser sensível a esse contexto, reconhecendo que o campo não se abre por procedimentos formais, mas pela reciprocidade e respeito mútuo.

A dimensão ética, portanto, ultrapassa o cumprimento de protocolos de consentimento. Ela envolve processos de escuta ativa, respeito aos tempos e dinâmicas internas das famílias e adaptação da linguagem aos modos de expressão locais. Em muitos casos, a coleta de informações só se tornou possível após múltiplas visitas, partilhas de momentos cotidianos e demonstrações concretas de comprometimento e transparência por parte da equipe. O diálogo horizontal entre pesquisadores e interlocutores permitiu deslocar a relação tradicional de pesquisador e “objeto” de estudo, constituindo um espaço de colaboração e aprendizado mútuo.

Além disso, a presença de pesquisadores e lideranças ciganas na equipe configurou um elemento ético central, garantindo a representatividade e o protagonismo dos sujeitos pesquisados no processo de produção de conhecimento. Essa participação ativa possibilitou

não apenas o acesso a informações sensíveis, mas também a validação das interpretações sob a ótica das próprias comunidades. Tal perspectiva contribui para uma pesquisa menos extrativista e mais dialógica, comprometida com a devolutiva social dos resultados e com a promoção da autonomia dos grupos ciganos envolvidos.

2 Contextualização

2.1 Os grupos étnicos ciganos no Sudeste

Os povos ciganos da região Sudeste pertencem majoritariamente ao grupo Calon, embora também haja presença do grupo Rom em diversos municípios, principalmente no estado de Minas Gerais. O grupo Calon constitui o segmento mais numeroso e visível na região, com ocorrência significativa em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de registros no Espírito Santo. Essa predominância se manifesta em suas formas de organização social, no uso da língua Chibi e na estrutura familiar extensa, que sustenta os laços de solidariedade e pertencimento coletivo.

As famílias ciganas mantêm um modo de vida relacional e comunitário, baseado em redes de parentesco e reciprocidade que funcionam como sistemas de apoio e proteção social. A organização familiar é hierarquizada, articulando-se em torno das figuras da matriarca e do patriarca, com variações conforme o contexto e a composição familiar. Em muitas comunidades, observa-se uma predominância das lideranças masculinas (patriarcas), que exercem autoridade nas decisões relativas à moradia, deslocamento, casamentos e relações com o entorno não cigano. Ainda assim, a figura da matriarca permanece central, especialmente em famílias nas quais as mulheres desempenham papéis de mediação, cuidado, ensino de valores e preservação das tradições.

As lideranças familiares — tanto femininas quanto masculinas — são fundamentais na transmissão de valores culturais e na regulação da vida coletiva. São elas que determinam alianças matrimoniais, orientam os jovens sobre as normas de conduta e representam o grupo diante do poder público e de instituições religiosas ou assistenciais. Essa estrutura de

autoridade garante a coesão interna e o fortalecimento das redes de pertencimento, funcionando como um eixo moral e simbólico que sustenta a continuidade da vida comunitária.

Entre as práticas culturais preservadas, destacam-se:

- Uso do idioma Chibi, com variações linguísticas regionais e maior domínio entre os mais velhos;
- Organização familiar extensa e hierarquizada, baseada nas figuras da matriarca e do patriarca;
- Tradições de casamento e batizado próprios, que reafirmam alianças familiares e fronteiras identitárias;
- Rituais religiosos híbridos, majoritariamente católicos e evangélicos, combinados a elementos da espiritualidade cigana e práticas de cura, como benzeduras e rezas;
- Atividades econômicas tradicionais, como trocas, vendas informais, artesanato e leitura de mãos ou cartas.

A inserção econômica dos grupos visitados é predominantemente informal e autônoma, refletindo tanto a herança de mobilidade quanto a exclusão histórica de políticas de trabalho e previdência. Apenas em Minas Gerais foram identificadas duas pessoas ciganas empregadas sob regime CLT, o que demonstra a escassa presença da população cigana no mercado formal. A maioria das famílias depende de atividades comerciais eventuais, complementadas por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

A mobilidade geográfica continua a desempenhar papel relevante na manutenção das redes familiares e de solidariedade, ainda que em escala mais reduzida do que em décadas anteriores. São comuns os deslocamentos curtos para visitas a parentes, tratamentos de saúde — como nas cidades de Barretos e Ribeirão Preto — ou para trabalhos temporários em outros municípios do Sudeste.

Durante o período de pesquisa, foram identificados núcleos da etnia Rom em vários municípios de Minas Gerais, entretanto, não houve tempo hábil para o trabalho de campo com esses grupos, em virtude do encerramento das atividades determinado pela Coordenação Geral e pelo Ministério da Igualdade Racial. Ressalta-se ainda que não foi

identificado nenhum registro de comunidades da etnia Sinti na região Sudeste durante o levantamento.

Essas constatações evidenciam a diversidade interna dos povos ciganos e apontam para a necessidade de ampliar o escopo de futuras pesquisas, de modo a incluir diferentes subgrupos étnicos e aprofundar o conhecimento sobre suas especificidades culturais, territoriais e organizacionais.

2.2 Principais características das comunidades mapeadas:

As comunidades ciganas identificadas na região Sudeste apresentam um conjunto de características socioculturais e condições de vida que refletem, simultaneamente, resistência cultural e precarização estrutural. Em comum, observa-se um forte enraizamento das tradições Calon, aliado à vulnerabilidade socioeconômica e à baixa presença do Estado nos territórios.

Em linhas gerais, as comunidades mapeadas compartilham os seguintes traços:

Manutenção de práticas culturais tradicionais: Em todas as localidades visitadas, verificou-se a preservação de costumes próprios do grupo Calon, como os casamentos e batizados ciganos, a transmissão oral de saberes familiares, o uso do idioma Chibi (muitas vezes mesclado ao português) e a prática da leitura de mãos como expressão simbólica e fonte complementar de renda. Essas práticas cumprem o papel de reforçar os vínculos coletivos e de afirmar a identidade cigana frente às adversidades cotidianas.

Condições precárias de moradia e infraestrutura: As habitações variam entre casas simples de alvenaria, construídas de forma autônoma, e barracas de lona ou madeira erguidas em terrenos ocupados. É recorrente a ausência de saneamento básico, coleta regular de lixo e abastecimento de água tratada, com famílias que dependem de poços, bicas e fossas improvisadas. Em alguns casos, como em Pindamonhangaba (SP) e Marilândia (ES), as famílias vivem em áreas de risco ambiental ou afastadas do perímetro urbano, o que reforça o isolamento social e institucional.

Baixa escolarização e analfabetismo intergeracional: A educação formal constitui um dos principais gargalos observados. Há altas taxas de analfabetismo entre adultos e idosos e evasão escolar entre adolescentes, motivadas por deslocamentos frequentes, trabalho precoce e discriminação institucional nas escolas. Apesar de o acesso inicial à rede pública ser garantido, persistem barreiras simbólicas e práticas que comprometem a permanência estudantil.

Trabalho informal e economia de subsistência: A principal forma de sustento é o trabalho informal e autônomo, incluindo a venda de panos, produtos usados, leitura de mãos, reciclagem e artesanato. O acesso ao mercado formal é praticamente inexistente, o que resulta em baixa contribuição previdenciária e dependência de programas sociais. Poucas famílias declararam possuir vínculos de emprego registrados, concentrados em atividades temporárias de baixa remuneração.

Ausência ou desconhecimento de políticas públicas específicas: Em todos os estados, as comunidades relataram falta de reconhecimento institucional enquanto povo tradicional e inexistência de políticas públicas voltadas aos ciganos. A maioria dos atendimentos ocorre de forma pontual por meio do CRAS local, sem continuidade ou abordagem intercultural. Também se constatou o desconhecimento generalizado sobre editais culturais, programas de habitação e direitos constitucionais diferenciados.

Discriminação institucional e social persistente: A ciganofobia é um elemento transversal aos relatos. As famílias relataram experiências de racismo institucional em escolas, unidades de saúde e prefeituras, bem como preconceito cotidiano em espaços públicos e religiosos. Em alguns casos, como em Minas Gerais e São Paulo, a rejeição é tão intensa que famílias evitam se identificar como ciganas em cadastros oficiais. Essa discriminação opera como barreira direta ao acesso a direitos básicos, perpetuando um ciclo de exclusão e invisibilidade social.

2.2.1 Rotas ciganas

Com base na pesquisa de campo, registramos aqui que atualmente, os ciganos não realizam mais grandes deslocamentos em caravanas, como ocorria no passado. Os movimentos territoriais observados ocorrem, em geral, por motivos específicos, como mudança de moradia, visitas a familiares, tratamentos de saúde — especialmente em cidades como Barretos e Ribeirão Preto —, ou ainda por curtos períodos de trabalho.

De modo geral, os ciganos residentes no estado de São Paulo mantêm fortes vínculos familiares com grupos estabelecidos em Minas Gerais e Rio de Janeiro, havendo menor incidência de conexões com comunidades do Espírito Santo.

Entre os grupos observados, apenas os ciganos paulistas apresentam deslocamentos frequentes para o Sul do país, sobretudo para os estados do Paraná e Santa Catarina, onde permanecem temporariamente por motivos de trabalho ou reencontro familiar.

2.3 Demandas centrais identificadas:

As demandas levantadas pelas comunidades ciganas mapeadas na região Sudeste revelam um conjunto de reivindicações estruturais e simbólicas, que expressam tanto necessidades materiais imediatas quanto o reconhecimento político e cultural de seus modos de vida. De modo geral, as famílias e lideranças destacam a urgência de ações concretas e sustentáveis, capazes de superar a invisibilidade institucional e o ciclo de vulnerabilidades históricas.

Entre as principais demandas, destacam-se:

Regularização fundiária e acesso à moradia digna: A maior parte das famílias vive em ocupações informais ou terrenos cedidos, sem título de propriedade e sob constante ameaça de remoção. A regularização fundiária aparece como uma reivindicação central, associada ao direito à moradia segura e infraestrutura básica (água potável, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo).

Ampliação do acesso à saúde e à educação de qualidade: Embora o atendimento básico seja ofertado em alguns municípios, há déficit expressivo de atenção especializada, sobretudo para mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Na educação, as comunidades pedem ações interculturais, combate à evasão escolar e formação de professores para lidar com o preconceito e valorizar a cultura cigana no ambiente escolar.

Implementação de políticas públicas específicas para povos ciganos: As lideranças reivindicam que os governos estaduais e municipais instituam programas permanentes voltados aos povos ciganos, alinhados às diretrizes federais do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e às políticas de povos e comunidades tradicionais.

O reconhecimento institucional é visto como passo fundamental para garantir acesso diferenciado à habitação, assistência, cultura e trabalho, respeitando as dinâmicas próprias de cada grupo.

Garantia de segurança alimentar e inserção produtiva: A instabilidade econômica e o trabalho informal fazem com que muitas famílias vivam em condições de insegurança alimentar. Reivindicam o fortalecimento de programas de transferência de renda e iniciativas de capacitação e geração de renda, respeitando as vocações locais (artesanato, agricultura familiar, comércio e serviços).

Combate à discriminação institucional e promoção da igualdade de direitos: Há consenso entre as comunidades sobre a necessidade de formação de gestores e servidores públicos para combater o racismo institucional e eliminar práticas de exclusão.

Os relatos apontam que a discriminação nas escolas, CRAS, postos de saúde e secretarias municipais é uma das principais barreiras de acesso às políticas públicas.

Inclusão da cultura e história cigana na educação brasileira: As famílias e lideranças reforçam a importância da inserção da história, cultura e contribuições dos povos ciganos nos currículos escolares, como instrumento de combate ao preconceito e valorização identitária. Essa medida é entendida como essencial para a educação das novas gerações, tanto ciganas quanto não ciganas.

Reconhecimento da pluralidade das lideranças e contextos regionais: Um ponto enfatizado pelas comunidades de Minas Gerais foi a necessidade de que os órgãos públicos

compreendam que as lideranças ciganas devem ser reconhecidas dentro de seus microcontextos regionais, e não de forma generalizada.

As famílias ressaltaram que não existe uma única liderança estadual, mas sim várias lideranças locais, que representam diferentes grupos e territórios. Essa observação surgiu como uma reivindicação política: as comunidades pedem que o MIR e o governo federal compreendam a diversidade interna do povo cigano, reconhecendo o caráter plural, descentralizado e não hierárquico de suas formas de organização.

O engajamento dessas lideranças no processo de mapeamento demonstra a confiança na pesquisa enquanto instrumento de mediação e de fortalecimento do diálogo entre o Estado e os povos ciganos.

3 Registro da população cigana no sudeste

3.1 Os estados da região

A região Sudeste é composta por quatro estados com características distintas:

- Espírito Santo: menor número de municípios, mas maior densidade relativa de famílias ciganas nas áreas mapeadas. Apresenta ações pontuais de assistência, mas sem políticas estruturadas voltadas ao povo cigano.

- Minas Gerais: maior número absoluto de municípios com presença cigana. Destaca-se pela existência de associações ciganas organizadas, embora a maioria das comunidades desconheça políticas públicas específicas.

- Rio de Janeiro: número limitado de comunidades mapeadas nesta etapa; famílias vivem em condições precárias e relatam forte discriminação institucional, especialmente em Tanguá. Na capital do Estado, na cidade do Rio de Janeiro, foram entrevistadas pessoas ciganas, de classe média.

- São Paulo: estado com maior número de famílias mapeadas. Em geral, vivem em ocupações precárias ou em áreas de risco urbano. Em algumas regiões, há coletivos articulados como a Roda Cigana, que têm relação com ativistas e pesquisadores.

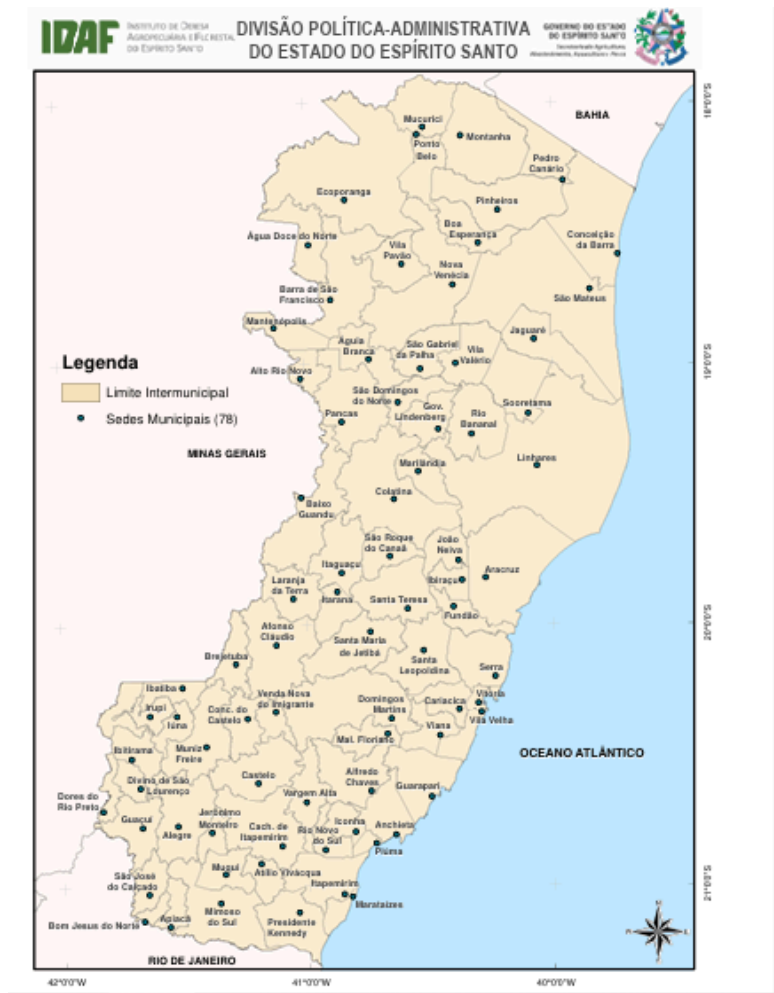
3.2 Registro da população cigana por município

A organização da pesquisa no sudeste foi feita por estados e, em cada um deles, foram visitados municípios com uma população cigana significativa. A partir da nossa metodologia de pesquisa desenvolvemos a observação participante e realizamos entrevistas em cada um dos lugares. Os números gerais de estados e municípios visitados se encontram na seguinte tabela:

Estado	Municípios mapeados	Famílias ciganas	Pessoas	Presença de acampamentos
Espírito Santo	7	114	600	6

Minas Gerais	10	53	412	6
Rio de Janeiro	3	47	201	1
São Paulo	11	306	1178	9
Total	31	516	2.380	22

3.2.1 Espírito Santo



Fonte - <https://idaf.es.gov.br/mapas-do-espírito-santo>

Área Territorial

46.074,448km² [2023]
População no último censo
 3.833.712pessoas 2022]
Densidade demográfica
 83,21hab/km² 2022]
População estimada
 4.102.129 pessoas 2024
Matrículas no ensino fundamental
 498.357matrículas [2023]
Fonte: IBGE

O Espírito Santo é um estado do litoral do sudeste brasileiro composto por 78 municípios em total. Segundo dados do relatório de informações do Ministério do desenvolvimento e Assistência Social (MDS), há presença cigana em 42 municípios, dentre os quais em 16 municípios há grupos compostos por mais de 10 núcleos familiares. Segundo os dados gerais do CADÚnico há 661 famílias ciganas dentre as quais 290 são beneficiárias do bolsa família. Para o recorte da pesquisa, foram visitados um total de sete municípios.

O Estado do Espírito Santo é composto 78 por municípios, apresenta presença cigana em 42 e mais de 10 famílias espalhadas em 16 municípios - Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>

CIDADE	CADÚNICO	BOLSA FAMÍLIA	MAPEAD AS	N PESSOAS
Apiacá	20	2		
Aracruz	62	11	5	25
Baixo Guandu	12	3		
Cariacica	59	23	18	100
Colatina	24	13	14	100
Ecoporanga	11	8		
Fundão	111	54	10	35
Guarapari	34	17		
Guaçuí	20	12		
Itapemirim	53	26		
Jaguare	37	24		
João Neiva	31	11		

Linhares	37	16	8	25
Marataízes	11	3		
Marilândia	2	1	10	100
São Mateus	23	14	40	200
TOTAIS	543	238	105	585

Ainda que haja uma grande presença cigana constatada no estado, não há leis estaduais em vigor que especifiquem um conjunto de direitos a estes grupos. As leis encontradas que cobrem e beneficiam a população cigana são: a Lei 11610/2022 referente à liberdade religiosa e incorpora o Artigo 5 da constituição brasileira de 1988; o Decreto 3248/2013, que cria a Comissão estadual de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; a Lei 9923/2012, que institui a política de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e Reforma Agrária (PEATER/ES) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do estado do Espírito Santo (PROATERES).

Lei Ordinária 11610/2022 - ES

Institui o Estatuto de Liberdade Religiosa no Estado do Espírito Santo na forma do inciso VI do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.

Decreto 3248/2013 - ES

Cria Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Lei Ordinária 9923/2012 - ES

Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo - PEATER/ES e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo - PROATERES.

Decreto 3008/2012 - ES

Dispõe sobre alteração da Estrutura Organizacional e transforma cargo comissionado no âmbito da Secretaria da Casa Civil - SCV.

Há, ainda, a presença de uma lei Anti cigana ainda em vigor em um município do estado: a Lei 49/1948 da Câmara Municipal de Jabaeté, a qual, no seu segundo artigo, proíbe o acampamento ou acantonamento de grupos ciganos dentro do perímetro da cidade sem licença da prefeitura.

DADOS DE MORADIA

CIDADES	MORADIA	SANEAMENTO	ÁGUA POTÁVEL	E. ELÉTRICA	POSSE
Aracruz Zona rural	Barracas	Fossa	Regular	Regular	Alugado
Cariacica Zona urbana	Barracas	Sem escoamento sanitário	Regular	Regular	Município
Colatina Zona urbana	barracas	fossa	regular	regular	Município
Fundão I - Zona rural	Barracas	Fossa	Regular	Regular	Município
Fundão II - Zona urbana	Barracas	Fossa	Regular	Regular	Município
Linhares Zona urbana	Barracas	Fossa	Regular	Regular	Alugado
Marilândia Zona rural	Alvenaria	Fossa	Regular	Regular	Alugado
São Mateus Zona urbana	Alvenaria	Saneamento básico	Regular	Regular	Alugado – próprios – cedidos

CIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
Aracruz	São cadastrados no CADÚNICO	UBS dificuldade de acesso aos especialistas, como no caso de profissionais da saúde mental	01 criança matriculada em Rede pública
Cariacica	Alguns possuem CADÚNICO e são beneficiários do bolsa família; não especificados quantos. Podendo concluir que são atendidos no CRAS	Acessam as unidades de atendimento, verbalizam o desejo de melhorias, embora não manifestem insatisfação.	10 crianças frequentam rede de ensino pública

Colatina	Possuem cadastro no CADÚNICO e são beneficiários do bolsa família; portanto, conclui-se que são atendidos pelo CRAS	acessam à atenção primária e secundária de saúde.	13 crianças matriculadas na rede pública de ensino, os adultos são alfabetizados, embora, não tenham concluído o ensino fundamental; os idosos são analfabetos		
Fundão I	Tem CADÚNICO e são beneficiários do bolsa família, podendo concluir que são atendidos no CRAS	Acessam as unidades de saúde, não demonstram insatisfação com os atendimentos.	07 crianças na rede pública de ensino, os adultos são analfabetos		
Fundão II	Possuem cadastro no CADÚNICO, são beneficiários do bolsa família. Podendo concluir que são atendidos pelo CRAS	São atendidos pelo posto de saúde. SUS	As crianças frequentam a rede pública de ensino; os adultos são analfabetos		
Linhares	São cadastrados e recebem bolsa família. Não especificado quantos	Acessam a rede pública, são atendidos destaque para diabetes e problemas cardíacos	06 crianças matriculadas na rede pública de ensino. Os adolescentes não concluíram o ensino fundamental, os adultos são analfabetos		
Marilândia	Algumas famílias possuem o CAD Único e estão inscritas no programa Bolsa Família	Acessam a atenção primária e especializada do serviço público de saúde	16 crianças matriculadas na rede pública, os adultos não concluíram o ensino fundamental e os idosos são analfabetos		
São Mateus	Acessam os serviços do CRAS. os que possuem os requisitos socioeconômicos estão no programa Bolsa Família	Sobre o acesso à saúde, registra-se falta de visita de agentes ligados à atenção primária, como agentes de saúde e de endemias	as crianças presentes na comunidade estão matriculadas em instituições de ensino, tanto públicas como privadas		
CIDADES	MULHERES	CRIANÇAS	IDOSOS	PCDS	ADULTOS
Aracruz	estrutura de gênero hierárquica com	educação			analfabetos

	submissão feminina (L Portela)		Sem informação	Sem informação	
Cariacica	Sem informação	educação	um idoso - beneficiário do BPC-LOAS.	Sem informação	analfabetos
Colatina	Sem informação	Educação relatos de enfrentamento à ciganofobia na rede de ensino. Não especificado	Analfabetos São beneficiários do sistema previdenciário público. Não especificado conclui-se que seja BPC	Sem informação	Alfabetizados sem conclusão do ensino fundamental
Fundão I	Não especificado em relatório podendo concluir que realizam a leitura de mãos como trabalho e são as responsáveis pelos serviços domésticos e a criação dos filhos	educação	Os idosos são beneficiários de auxílios previdenciários públicos	Sem informação	analfabetos
Fundão II	Não especificado pode se concluir que são responsáveis pelos serviços domésticos, trabalham com leitura de mãos, benzeduras, etc... ofício tradicional entre as mulheres ciganas e são responsáveis pela criação dos filhos	educação	Sem informação	Sem informação	analfabetos
Linhares	Sem informação	educação	03 com benefício de prestação continuada	Sem informação	analfabetos
Marilândia	Sem informação	educação	São beneficiários do		

			sistema previdenciário público	Sem informação	Analfabetos
São Mateus	Sem informação	educação	Sem informação	Sem informação	Sem informação

CIDADES	CULTURA	REPRESENTAÇÕES	TRABALHO	PREVIDÊNCIA
Aracruz	Mantém tradição de casamento, batizados; são católicos. Utilizam a chibi como forma de comunicação entre si; desconhecem quaisquer editais e ações	A dificultosa relação com o Estado se verifica na falta de conhecimento de políticas públicas para cigano. (L. Portela	autônomos relataram dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal	Sem informação
Cariacica	Sobre as práticas culturais, frisaram que ainda dominam a Chibi, realizam casamento e batizados e mantém uma estrutura hierárquica de domínio masculino e respeito à vontade dos mais velhos. Os demais elementos, como a leitura de mão foram abolidos em razão da adesão ao cristianismo	Sem informação	autônomos	Sem informação

	protestante, praticado por parcela do grupo. Os demais definem-se como católicos. (L. Portela)			
Colatina	usam trajes típicos, fluência na Chibi, práticas como casamento e batizado cigano; são católicos	Sem informação	dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; podendo concluir que são autônomos	Sem informação
Fundão I	Mantém as tradições de casamento, batizados, leitura de mãos. São católicos. Não há dados no relatório sobre se conhecem ações culturais voltadas para preservação da cultura e ou se utilizam a chibi	Sem informação	Não especificado no relatório pode se concluir que são autônomos já que são citados movimentos migratórios sazonais devido a perseguições não tendo ficado nítido quais seriam	Sem informação
Fundão II	práticas como leitura de mão, casamento e batizado ciganos, benzeduras. São católicos. Não especificado no relatório sobre o acesso a editais, etc... para preservação da cultura	Sem informação	Autônomos	Sem informação

Linhares	Mantém os elementos culturais, tais como: leitura de mão, casamento cigano, batizado cigano. Não é especificado se tem conhecimento de editais e ações para a preservação da cultura. Desconhecem a organização de associações, etc... São católicos	Sem informação	Autônomos	Sem informação
Marilândia	grupo mantém as práticas culturais como casamentos, batizados, leitura de mão	Sem informação	Autônomos	Sem informação
São Mateus	Mantém as tradições de casamentos, batizados e leitura de mãos	A comunidade desconhece a existência de políticas públicas para ciganos, mas são cadastrados no CAD Único. A liderança não ofereceu mais informações. <u>OBSERVAÇÃO</u> Existe uma associação representativa, inclusive, a mesma participou como consultora.	trocas e vendas, artesanato, leitura de mão, agricultura familiar	Sem informação

DISCRIMINAÇÕES:

<p>ARACRUZ - uma criança matriculada em idade adequada na escola pública, e submetida a expedientes de ciganofobia (L. Portela)</p> <p>COLATINA: A comunidade relatou dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal em razão da estigmatização, por viverem em barracas. Sobre o acesso a políticas públicas para ciganos, alegaram não terem conhecimento da existência. Estabeleceram como necessidade primária, o acesso e regularização da posse da terra; saneamento básico; cursos profissionalizantes. (L. Portela)</p> <p>FUNDÃO I: citam movimentos migratórios sazonais devido a perseguições não tendo ficado nítido quais seriam. (L. Portela)</p> <p>FUNDÃO II: Citado casos de perseguições sem especificar, bem como, ciganofobia neste caso acusações de roubos e de má higiene (L. Portela)</p> <p>LINHARES: sentimento de discriminação sem especificação;</p> <p>MARILÂNDIA: As crianças relatam episódios recorrentes de preconceito, bem como, os demais membros da comunidade, fato que ensejou a escolha da residência em espaço fora do perímetro urbano. Relataram as constantes perseguições empreendidas pelos moradores da cidade, sobretudo os de ascendência italiana que trabalham no cultivo do café. OBSERVAÇÃO: Nunca acessaram serviços do sistema de justiça e relataram como principais dificuldades, as doenças decorrentes da inalação excessiva de agrotóxicos</p>
<p>EXPECTATIVAS:</p> <p>MARILÂNDIA: Estabeleceram como principal demanda, o acesso à terra</p>

Acampamentos	Número de comunidades	CIDADES	Número de Famílias	Número de Pessoas
01	01	ARACRUZ – zona rural	05	15
01	01	CARIACICA – zona urbana	18	100
01	01	COLATINA – zona urbana	14	100
02	02	FUNDÃO I – zona rural	10	35
		FUNDÃO II – zona urbana	09 19	25 60
01	01	LINHARES – zona urbana	08	25

06	06	05	64	300
CASAS				
01	01	MARILÂNDIA – zona rural	10	100
01	01	SÃO MATEUS – zona urbana	40	200
02	02	02	50	300
TOTAIS GERAIS 08	Comunidades mapeadas 08	Cidades mapeadas 07	famílias mapeadas 09	peessoas 600

3.2.1.1 Aracruz



Área Territorial

1.420,285km² [2023]

População no último censo

94.765 pessoas [2022]

Densidade demográfica

66,72 hab/km² [2022]

População estimada

102.410 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,4% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,752

Fonte- IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 61 sendo beneficiários do bolsa família 12 - Fonte_ MDS

Panorama geral da comunidade

A equipe realizou uma visita à comunidade do bairro Santa Cruz, na zona urbana da cidade, o terreno está localizado em área nobre cercado por amplas paisagens litorâneas e grandes empreendimentos imobiliários. O espaço é alugado, portanto, não é possível a implementação de fossa séptica como alternativa à ausência da rede de coleta de resíduos.

O grupo relatou que acessa serviços básicos, como eletricidade e internet; e utilizam transporte público, já que não dispõem de veículo próprio. Desenvolvem atividade econômica como autônomos, pois constatam dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal. No que se refere ao acesso à educação, registra-se que há uma criança matriculada em idade adequada na escola pública, e submetida a expedientes de ciganofobia. Os adultos não foram alfabetizados.

Sobre os cuidados de saúde básica, relataram que conseguem acessar a rede pública de saúde, mas encontram dificuldade de acesso aos especialistas, como no caso de profissionais da saúde mental, demanda apresentada por membros do grupo, possivelmente com Transtorno Depressivo Maior¹. A dificultosa relação com o Estado se verifica na falta de conhecimento de políticas públicas para ciganos. São assistidos pelo programa social Bolsa Família e por consequência estão cadastrados no CADÚnico. Todos os membros possuem documentação básica. Apresentaram como principal demanda: acesso à terra e emprego formal com direitos trabalhistas.

COMUNIDADE DO BAIRRO SANTA CRUZ

05 famílias, aproximadamente 15 pessoas da etnia calon.

¹ Segundo as entrevistas realizadas, o grupo declarou o diagnóstico de “Transtorno depressivo maior”, todavia, este diagnóstico não consta na Classificação Internacional de Doenças. No caso da depressão, a referência é ao CID F32 e, nele, há apenas o registro de episódios depressivos leve, moderado e grave.

Dados sobre a visita:	Localizado em zona rural
Acesso ao Local	Sem informações
Moradia	Barracas de lonas
Saneamento Básico	Não tem acesso - fossas
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social - CRAS	Possuem CADÚNICO
Saúde	Atendimento no posto de saúde
Educação	Rede pública de ensino
Cultura	Mantém tradição de casamento, batizados; são católicos. Utilizam a chibi como forma de comunicação entre si; desconhecem quaisquer editais e ações
Trabalho	Autônomos – trabalhos informais
Mulheres	estrutura de gênero hierárquica com submissão feminina (L Portela)
Criança e adolescente	.1 Criança matriculada em escola
Idosos	Sem informações
PCDS	1 diagnóstico de transtorno depressivo.

Leis Municipais:

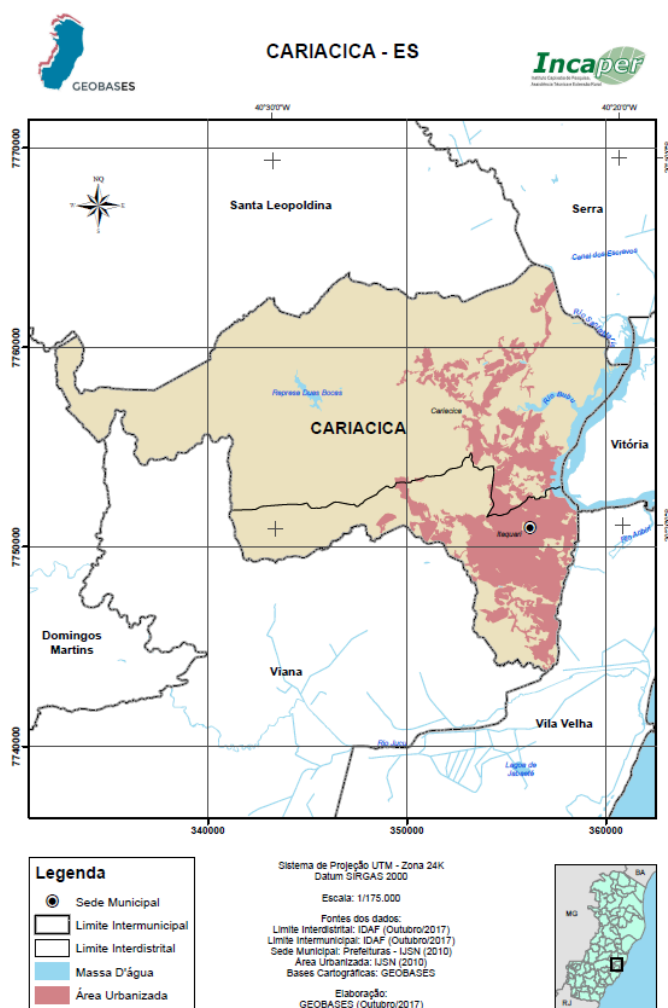
Foram registradas Leis que buscam incluir ciganos, ainda que não sejam específicas, entre elas:

- LEI Nº 4.751, DE 08/01/2025. - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REESTRUTURA O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES; REVOGA AS LEIS 4.007, DE 02/12/2015 E 4.082, DE 20/09/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 51. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

3.2.1.2 Cariacica



Área Territorial

279,718km² [2023]

População no último censo

353.491pessoas [2022]

Densidade demográfica

1.263,74hab/km² [2022]

População estimada

375.485pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

94,8% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,718 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 57 cadastros – 23 beneficiários do bolsa família

Fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

Há no perímetro urbano do município de Cariacica uma comunidade cigana Calon, não sendo encontrado outro grupo no limite rural. Essa comunidade situa-se no bairro Campo Verde. Com um total de cem (100) membros, distribuídos em dezoito (18) núcleos familiares, o agrupamento reside em território ocupado por meio de invasão, mas que é propriedade do Executivo municipal. Permanecem na cidade há pelo menos quarenta (40) anos e afirmaram que para lá migraram em razão de perseguições sofridas em outros municípios do estado. Essas perseguições eram realizadas por destacamentos da Polícia Militar.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	barracas de lona, em condições insalubres de saneamento, por se tratar de um terreno alagadiço, área ocupada pertencente ao município
Saneamento Básico	Não tem acesso – sem escoamento sanitário
Acesso à água potável	Regular
Energia Elétrica	Regular
Assistência Social - CRAS	Alguns possuem cadúnico e são beneficiários do bolsa família; não especificados quantos. Podendo concluir que são atendidos no CRAS
Saúde	Acessam as unidades de atendimento, verbalizam o desejo de melhorias, embora não manifestem insatisfação.
Educação	10 crianças frequentam rede de ensino pública
Cultura	Sobre as práticas culturais, frisaram que ainda dominam a Chibi, realizam casamento e batizados e mantém uma estrutura hierárquica de domínio masculino e respeito à vontade dos mais velhos. Os demais elementos, como a leitura de mão foram abolidos em razão da adesão ao cristianismo

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal
0,718

Fonte; IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 109 - sendo 55 beneficiárias do bolsa família

Panorama geral da pesquisa no município

A presença de ciganos superabunda em locais como Fundão – ES, onde há um bairro composto apenas por Calons sedentarizados e que não assumem o pertencimento étnico. Nesse local, conseguimos acessar apenas um pequeno grupo de nove famílias, que totaliza em média, vinte e cinco (25) membros, entre crianças, jovens, adultos e um idoso. A pesquisa acessou um total de duas comunidades, ambas da etnia calon.

A primeira comunidade composta por 10 famílias e aproximadamente 35 pessoas. Se localiza numa zona rural, é se caracteriza por movimentos migratórios sazonais em que o grupo estabelece moradia em terrenos cedidos ou ocupados, no caso da localização atual, especificamente, trata-se de um território cedido pelo poder executivo municipal. O lugar é utilizado como ponto de apoio para a realização de rotas no interior do estado, sendo um ponto de retorno certo. As mudanças consecutivas são justificadas por perseguições impetradas pela sociedade civil e por poderes de Estado como Polícia Militar.

Pesquisadores	Lenilson Portela
Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	A comunidade situa-se na comunidade rural chamada de Direção.
Moradia	Terreno cedido pelo município,
Saneamento Básico	Parcial acesso
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social - CRAS	Tem cadúnico e são beneficiários do bolsa família, podendo concluir que são atendidos no CRAS
Saúde	Acessam as unidades de saúde, não demonstram insatisfação com os atendimentos.

Educação	07 crianças na rede pública de ensino, os adultos são analfabetos
Cultura	Mantém as tradições de casamento, batizados, leitura de mãos. São católicos. Não há dados no relatório sobre se conhecem ações culturais voltadas para preservação da cultura e ou se utilizam a chibi
Trabalho	Não especificado no relatório pode se concluir que são autônomos já que é citado movimentos migratórios sazonais devido a perseguições não tendo ficado nítido quais seriam
Mulheres	Não especificado em relatório podendo concluir que realizam a leitura de mãos como trabalho e são as responsáveis pelos serviços domésticos e a criação dos filhos
Criança e adolescente	
Idosos	Os idosos são beneficiários de auxílios previdenciários públicos
PCDS	

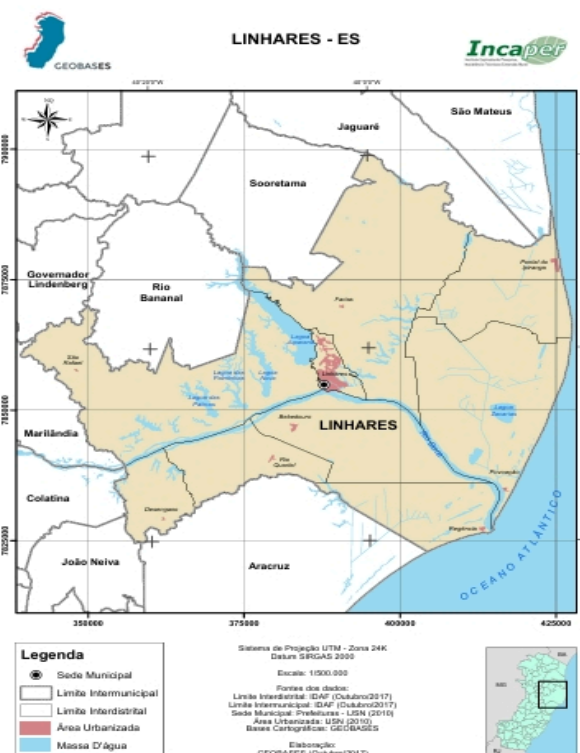
A segunda comunidade encontra-se em zona urbana, mais especificamente no bairro Agrim Correia, composta por 25 pessoas distribuídas em 9 famílias. O histórico da comunidade marca como ponto de origem a cidade de Serra, cidade da qual tiveram que sair em virtude de perseguições sofridas - embora não tenha sido especificada a sua natureza - eles residem há 8 anos no local, numa área pertencente ao poder público.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Vivem em barracas de lonas em área de ocupação de terreno do poder público
Saneamento Básico	Não tem acesso. Utilização de fossa
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social - CRAS	Possuem cadastro no Cadúnico , são beneficiários do bolsa família. Podendo concluir que são atendidos pelo cras
Saúde	São atendidos pelo posto de saúde. SUS

Educação	As crianças frequentam a rede pública de ensino ; os adultos são analfabetos
Cultura	práticas como leitura de mão, casamento e batizado ciganos, benzeduras. São católicos. Não especificado no relatório sobre o acesso a editais, etc... para preservação da cultura
Trabalho	autônomos
Mulheres	Não especificado pode se concluir que são responsáveis pelos serviços domésticos, trabalham com leitura de mãos, benzeduras, etc... ofício tradicional entre as mulheres ciganas e são responsáveis pela criação dos filhos
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
OBSERVAÇÕES	Citado casos de perseguições sem especificar, bem como, ciganofobia neste caso acusações de roubos e de má higiene.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.1.4 Linhares



Área Territorial

3.496,263km² [2023]

População no último censo

166.786 pessoas [2022]

Densidade demográfica

47,70 hab/km² [2022]

População estimada

181.912 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,7% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,724 [2010]

Fonte- IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 36 sendo beneficiários do bolsa família 16 - fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

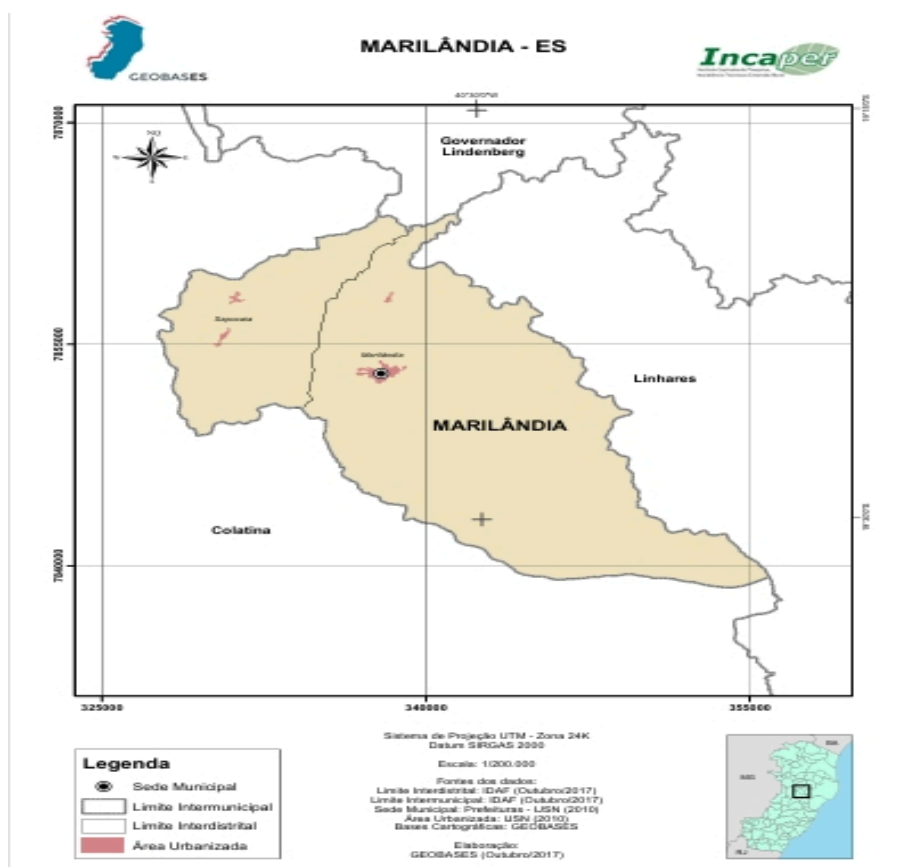
A equipe fez trabalho de campo numa comunidade cigana Calon, que reside no limite urbano, no bairro de Bebedouro. Situado em área de ocupação provisória, pagam aluguel

por área de mais de cinco mil metros quadrados (5.000 m²). Pela força da especulação imobiliária, da intensa presença e ingerência de grupos industriais que pressionam politicamente o poder público, indicaram a dificuldade de acesso territorial ao lugar há dois anos, mudaram-se em razão de perseguições, ainda que não identifiquem a natureza das mesmas. A comunidade é composta por 8 núcleos familiares, com um total aproximado de 25 pessoas.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	área de mais de cinco mil metros quadrados (5.000 m ²) alugada. barracas de lonas
Saneamento Básico	Não tem acesso - fossas
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social – CRAS	São cadastrados e recebem bolsa família. Não especificado quantos.
Saúde	Acessam a rede pública, são atendidos destaque para diabetes e problemas cardíacos.
Educação	06 crianças matriculadas na rede pública de ensino. Os adolescentes não concluíram o ensino fundamental, os adultos são analfabetos
Cultura	Mantém os elementos culturais, tais como: leitura de mão, casamento cigano, batizado cigano. Não é especificado se tem conhecimento de editais e ações para a preservação da cultura. Desconhecem a organização de associações, etc. São católicos.
Trabalho	Autônomos
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	03 com benefício de prestação continuada
PCDS	
Observação	Sentimento de discriminação sem especificação do pesquisador

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.1.5 Marilândia



Área Territorial

327,642km² [2023]

População no último censo

12.387pessoas [2022]

Densidade demográfica

37,81hab/km² [2022]

População estimada

13.014pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,7% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal
0,696

Fonte- IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 02 sendo 01 beneficiária do bolsa família – fonte - MDS

Panorama geral da pesquisa no município

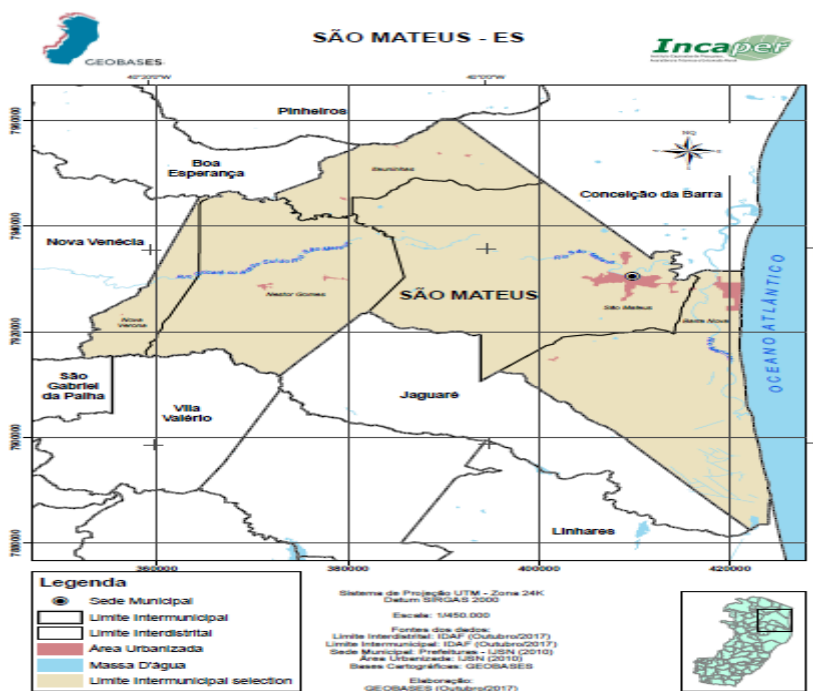
A equipe fez trabalho de campo numa comunidade cigana da etnia Calon que reside num sítio alugado. A comunidade está localizada em zona rural e é composta de 100 pessoas (aproximadamente) distribuídas em 10 famílias.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Residem em um sítio alugado em estrutura de alvenaria, ao lado de uma extensa plantação de café que impacta diretamente na qualidade de vida em razão do intenso uso de agrotóxicos. Possuem carro para locomoção em razão estarem logrados no limite rural do município
Saneamento Básico	Fossa séptica
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social - CRAS	Algumas famílias possuem o CAD Único e estão inscritas no programa Bolsa Família
Saúde	Acessam a atenção primária e especializada do serviço público de saúde
Educação	16 crianças matriculadas na rede pública, os adultos não concluíram o ensino fundamental e os idosos são analfabetos.
Cultura	grupo mantém as práticas culturais como casamentos, batizados, leitura de mão
Trabalho	
Mulheres	
Criança e adolescente	As crianças relatam episódios recorrentes de preconceito, bem como, os demais membros da comunidade, fato que ensejou a escolha da residência em espaço fora do

	perímetro urbano. Relataram as constantes perseguições empreendidas pelos moradores da cidade, sobretudo os de ascendência italiana que trabalham no cultivo do café
Idosos	São beneficiários do sistema previdenciário público.
PCDS	
Observações	Nunca acessaram serviços do sistema de justiça e relataram as principais dificuldades, as doenças decorrentes da inalação excessiva de agrotóxicos. Estabeleceram como principal demanda, o acesso a terra.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.1.6 São Mateus



Área Territorial

2.346,049km² [2023]

População no último censo

123.752 pessoas [2022]

Densidade demográfica52,75hab/km² [2022]**População estimada**

133.359pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,3% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,735 [2010]

Fonte - IBGE**Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO:** 23 sendo 14 beneficiária do bolsa família – fonte - MDS**Panorama geral da pesquisa no município**

A pesquisa foi realizada numa comunidade composta por 40 famílias da etnia calon, contando com aproximadamente 200 pessoas. Elas residem em perímetro urbano permanentemente há pelo menos trinta (30) anos no mesmo local. Possuem residência por meio de financiamento, empréstimo e cedência, sem nenhum vínculo com o poder público. Os que residem em casas cedidas/emprestadas estão em situação de insegurança da posse

Todos residem em casas, mas ainda é recorrente a itinerância sazonal, por pelo menos vinte (20) pessoas que, utilizam-se de barracas de lonas. Estão situados em cinco regiões de maior adensamento grupal, a saber: San Remo, Rio Preto, Universitário, Guriri, Santa Maria.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Construção em alvenaria, casas próprias ou alugadas
Saneamento Básico	Tem acesso
Acesso à água potável	Tem acesso
Energia Elétrica	Tem acesso
Assistência Social - CRAS	Acessam os serviços do cras. os que possuem os requisitos socioeconômicos estão no programa Bolsa Família

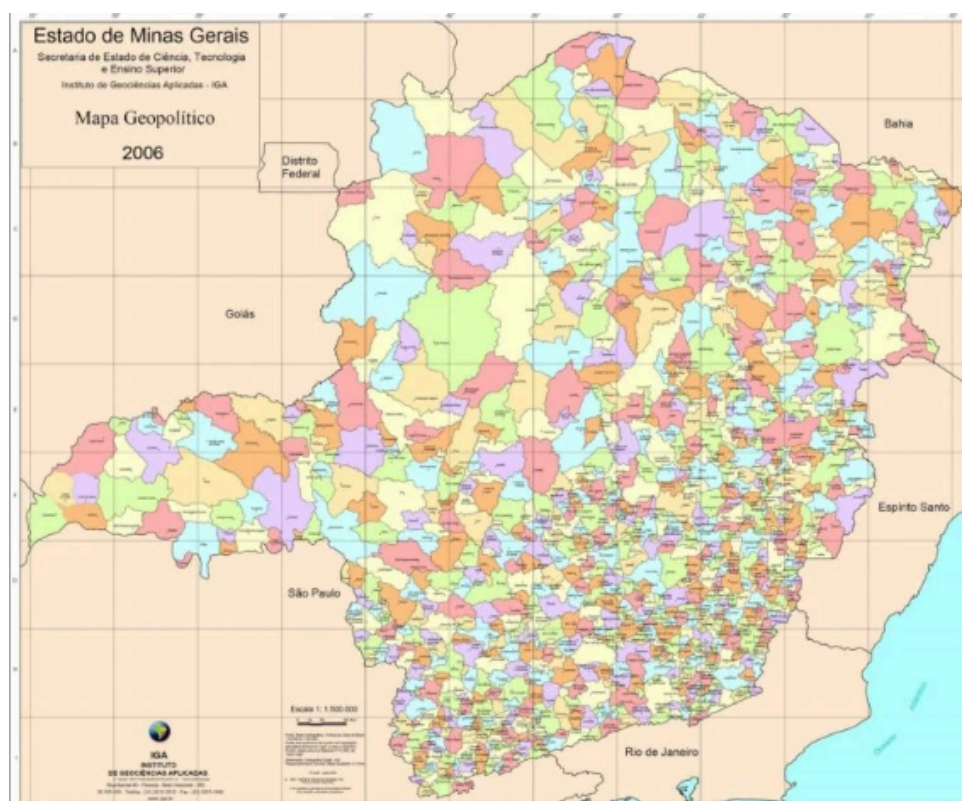
Saúde	Sobre o acesso à saúde, registra-se falta de visita de agentes ligados à atenção primária, como agentes de saúde e de endemias
Educação	as crianças presentes na comunidade estão matriculadas em instituições de ensino, tanto públicas como privadas
Cultura	Leitura de mãos
Trabalho	trocas e vendas, artesanato, leitura de mão, agricultura familiar.
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	A comunidade desconhece a existência de políticas públicas para ciganos, mas são cadastrados no CAD Único. A liderança não ofereceu mais informações

Embora a comunidade não relate o benefício diretos ou indiretos de leis municipais. Contudo, no levantamento da pesquisa foram encontradas os seguintes dispositivos jurídicos do município de São Mateus:

- **Matéria Legislativa: Emenda Impositiva nº 19 de 2024**
Promover a Festividade da Comunidade Cigana do Município de São Mateus/ES, com a contratação de sonorização, locação de tendas, palco e mini trio elétrico, com a finalidade de divulgar e manter os costumes tradicionais do Município.
- **Matéria Legislativa: Indicação nº 156 de 2024**
APOIO PARA REALIZAÇÃO DO II ENCONTRO CULTURAL DA COMUNIDADE CIGANA DE SÃO MATEUS
- **Matéria Legislativa: Projeto de Lei (Executivo) nº 7 de 2023**
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO POVO CIGANO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- **Matéria Legislativa: Projeto de Lei nº 22 de 2023**
CRIA A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CULTURA E DA DEFESA DOS INTERESSES DA COMUNIDADE CIGANA JANDELSON SILVA RAMOS, O PAULO CIGANO

- **Norma Jurídica: LEI-ARQ nº 2.153, de 11 de maio de 2023**
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO POVO CIGANO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- **Norma Jurídica: LEI-ARQ nº 2.155, de 16 de maio de 2023**
A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CULTURA E DA DEFESA DOS INTERESSES DA COMUNIDADE CIGANA JANDELSON SILVA RAMOS, O PAULO CIGANO
- **Matéria Legislativa: - Requerimento nº 9 de 2023**
REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM À ETNIA CIGANA E SUA HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES, NO DIA 24 DE MAIO DE 2023, AS 18:00 HORAS, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 85 DA RESOLUÇÃO Nº 002/2021 - REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS
- **Matéria Legislativa – Projeto de Lei n. 12 de 2017 – FICA INSTITUÍDO O DIA DA FESTIVIDADE NA COMUNIDADE DE NOVA LIMA – DISTRITO DE ITAUNINHAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS -ES**

3.2.2 Minas Gerais



Área Territorial

586.513,984km² [2023]

População no último censo

20.539.989 pessoas [2022]

Densidade demográfica

35,02hab/km² [2022]

População estimada

21.322.691 pessoas [2024]

Matrículas no ensino fundamental

2.343.279 matrículas [2023]

Fonte: IBGE

Localizado no sudeste, Minas Gerais é o quarto maior estado do Brasil em termos de área territorial e o segundo em quantidade de habitantes, divididos nos 853 municípios que o compõem - sendo assim, o primeiro estado brasileiro em quantidade de cidades. 249 municípios registram presença cigana, em 54 deles constam mais de 10 núcleos familiares. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), há 2270

famílias ciganas cadastradas no estado, sendo 1258 delas beneficiárias do programa bolsa família. A equipe do sudeste realizou trabalho de campo em 10 destes municípios, totalizando 412 pessoas incluídas na pesquisa, distribuídas em 52 famílias, entre elas há 6 acampamentos.

CIDADES	CADÚNICO	BOLSA FAMÍLIA	MAPEADAS	PESSOAS
Abadia dos Dourados	12	1	0	
Andradas	33	20	0	
Araguari	22	14	0	
Araxá	24	19	0	
Arinos	36	29	0	
Barbacena	29	24	0	
Belo Oriente	19	11	0	
Betim	54	32	10	52
Buritiz	10	9	0	
Campo Florido	32	23	0	
Capitão Enéas	13	12	0	
Catuti	21	17	0	
Conceição das Alagoas	93	38	0	
Conselheiro Lafaiete	24	20	25	95
Contagem	12	5		RONs
Engenheiro Caldas	12	9	0	
Esmeraldas	11	7	7	25
Estiva	11	7	0	
Francisco Sá	17	11	0	
Frutal	13	7	0	
Guiricema	11	5	0	
Iapu	12	1	0	
Ibirité	29	17	16	60
Ibiritú de Minas	12	7	0	
Ipaba	29	16	0	
Ituiutaba	16	9	0	
Jacutinga	46	23	0	
Lagoa Santa	44	20	5	20
Lambari	13	9	0	
Lontra	15	11	0	
Matozinhos	97	69	0	

Monte Alegre de Minas	13	5	0	
Monte Carmelo	22	11	0	
Monte Sião	44	35	0	
Paraopeba	10	5	0	
Pedro Leopoldo	66	40	10	60
Pirajuba	10	5	0	
Poços de Caldas	46	30	0	
Pouso Alegre	45	36	0	
Prudente de Morais	17	0	0	
Ressaquinha	12	7	0	
Riachinho	21	13	0	
Ribeirão das Neves	91	47	9	30
Santa Bárbara	56	35	10	50
Sete Lagoas	8	3	10	40
Timóteo	19	6	0	
Tupaciguara	15	9	0	
Ubá	15	8	0	
Ubaporanga	11	1	0	
Uberaba	53	38	0	
Uberlândia	43	31	0	
Urucuia	22	17	0	
Vargem Alegre	34	3	0	
Verdelândia	23	13	0	
Vespasiano	12	2	0	

Quanto ao reconhecimento da população cigana no estado, não há leis em Minas Gerais dirigidas especialmente à população cigana. Contudo, este grupo é beneficiado indiretamente por alguns dispositivos jurídicos entre os quais: a Instituição do Estatuto de Igualdade Racial no estado de MG (Lei 25150/2025); o plano estadual de cultura (Lei 22627/2017); as leis 21940/2015 e 21059/2013, que determinam sobre a uniformização de transferência de bens, valores e benefícios de órgãos e entidades da administração pública no âmbito de programas sociais. Embora não haja um reconhecimento por parte do estado, tampouco há leis anti ciganas em vigência em nenhum município e, pelo contrário, é o estado com maior contingência de leis municipais de reconhecimento.

Lei Ordinária 25150/2025 - MG

Institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado.

Decreto 48659/2023 - MG

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Lei Ordinária 22627/2017 - MG

Institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais.

Lei Ordinária 22606/2017 - MG

Cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências.

Lei Ordinária 21940/2015 - MG

Altera a Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária 21059/2013 - MG

ALTERA A LEI Nº 18.692, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE UNIFORMIZA OS CRITÉRIOS DE GESTÃO E EXECUÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, COMPREENDIDOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS SOCIAIS QUE ESPECIFICA.

Lei Ordinária 18251/2009 - MG

CRIA O CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Ordinária 10703/1992 - MG

CRIA MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Ordinária 8285/1982 - MG

CONTÉM A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Lei Ordinária 2764/1962 - MG

CONTÉM A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Fonte: www.leisestaduais

Dentre as leis municipais direcionadas a povos ciganos, há o reconhecimento e a transferência de direitos territoriais de grupos ciganos, bem como leis de proteção a culto religioso, celebração de festas e instituição de projetos culturais, bem como predomina a promoção da igualdade racial. No levantamento feito pela equipe de pesquisadores, se destacam ações como o apoio à política de agricultura urbana em Belo Horizonte (Lei 18385 de 14 de julho de 2023); a proteção de comunidades tradicionais em Carneirinhos (Lei

1785/2023); a fixação de condições para acampamento do povo cigano em Juiz de Fora (Lei 10.191/2002); a denominação de uma área específica de acampamento para povos ciganos em Santa Barbara (Lei 1743/2014); e a concessão de uso para assentamento provisório de famílias ciganas em uberaba (Lei 10241/2007).

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5048/2023 - /MG

Institui a Semana Municipal do Reconhecimento da Cultura dos Povos Ciganos, no Município de Lagoa Santa e da outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 4886/2023 - /MG

Altera a redação do art. 4º, do Decreto nº 4.455, de 2021, que "Institui o Comitê Técnico Municipal de Promoção da Equidade em Saúde para discussão das políticas de saúde das minorias, especialmente da população negra, LGBT, povo do campo, população em situação de rua, ciganos, população privada de liberdade e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, migrante, refugiada e apátrida e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Decreto 4455/2021 - /MG

Institui o Comitê Técnico Municipal de Promoção da Equidade em Saúde para discussão das políticas de saúde das minorias, especialmente da população negra, LGBT, povo do campo, população em situação de rua, ciganos, população privada de liberdade e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, migrante, refugiada e apátrida e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5039/2019 - /MG

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Ciganos do Oriente.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7183/2015 - /MG

Institui o Dia Municipal dos Povos Ciganos.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1743/2014 - /MG

Dá Denominação a Área de Camping destinada ao Acampamento dos Ciganos.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 10241/2007 - /MG

DESAFETA DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DA ÁREA QUE MENCIONA PARA ASSENTAMENTO PROVISÓRIO DE FAMÍLIAS DE CIGANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5658/1992 - /MG

DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA - AVENIDA CIGANOS DO BRASIL.

Portal LeisMunicipais Decreto 21781/2025 - /MG

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E REVOGA O DECRETO Nº 20.276, DE 1º DE ABRIL DE 2023, E SUAS ALTERAÇÕES.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11802/2025 - /MG

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025.

Portal LeisMunicipais Decreto 8774/2025 - /MG

Convoca a 4ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Ouro Preto e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4537/2025 - /MG

Institui a Lei Municipal de Liberdade Religiosa no Município de Ribeirão das Neves e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 843/2025 - /MG

Institui o programa denominado "Humaniza Cab" no âmbito do serviço público de saúde do Município de Cabeceira Grande e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 14809/2024 - /MG

Institui a Política Municipal Cultura Viva e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 14802/2024 - /MG

Institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Município de Juiz de Fora.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7743/2024 - /MG

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL CULTURA VIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7052/2024 - /MG

"Institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Município de Muriaé."

Portal LeisMunicipais Decreto 5236/2024 - /MG

Regulamenta a Lei Municipal nº 4.762, de 2022, que autoriza o Município de Lagoa Santa a criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4276/2024 - /MG

Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2947/2024 - /MG

"DÁ DENOMINAÇÃO À PONTE EDIFICADA SOBRE O CÔRREGO JATOBÁ NA COMUNIDADE RURAL DE VARGEM GRANDE DOS CARLOS, MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS - MINAS GERAIS"

Portal LeisMunicipais Decreto 2722/2024 - /MG

Regulamenta em âmbito do município de Prudente de Morais a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2581/2024 - /MG

"Institui o Estatuto Municipal da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 773/2024 - /MG

ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº S 525, DE 14 DE ABRIL DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES" E 679, DE 3 DE JUNHO DE 2019, QUE "INSTITUI E DELIMITA AS ZONAS DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA QUE MENCIONA, PARA FINS DO PROGRAMA TCHAU ALUGUEL, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 525, DE 14 DE ABRIL DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE `DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES`, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portal LeisMunicipais Decreto 20276/2023 - /MG

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

Portal LeisMunicipais Decreto 18385/2023 - /MG

Regulamenta a Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011, que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 13824/2023 - /MG

Altera a Lei Municipal nº 12.608/17, que "Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Municipal do Calendário Popular", versando sobre as Celebrações Religiosas de Matriz Africana e Umbanda, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11644/2023 - /MG

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2024.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11561/2023 - /MG

Institui a Política Municipal Cultura Viva.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5147/2023 - /MG

Altera a redação da Lei Municipal nº 4.762, de 2022, que autoriza o Município a criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 5061/2023 - /MG

Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4997/2023 - /MG

Institui a Política Municipal de Cultura Viva de Lagoa Santa e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 4743/2023 - /MG

Dispõe sobre os procedimentos necessários à aplicação, no âmbito do município de Uberaba/MG, dos recursos recebidos por meio da Lei Complementar Federal nº 195, de 08 de julho de 2022 - Lei Paulo Gustavo, que dispõe sobre o apoio financeiro da União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4203/2023 - /MG

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3633/2023 - /MG

ALTERA A LEI Nº 2.899, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE, "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA E ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CURVELO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3051/2023 - /MG

Altera a Lei nº 2.538/2016, que dispõe sobre a formulação da Lei que cria a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2739/2023 - /MG

ESTABELECE O PROCESSO DE ESCOLHA, A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 1879/2023 - /MG

Regulamenta, no âmbito do Município de Itaguara/MG, a Lei Complementar Federal nº 195, de 08 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1785/2023 - /MG

Dispõe sobre a proteção das comunidades tradicionais no Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1545/2023 - /MG

"Estabelece Novos Parâmetros Relativos à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Belo Oriente-MG e dá Outras Providências."

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1410/2023 - /MG

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portal LeisMunicipais Decreto 43438/2022 - /MG

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E DAS SECRETARIAS E DEMAIS ORGÃOS DO PODER PÚBLICO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM BETIM - COMPIR-BETIM.

Portal LeisMunicipais Decreto 17872/2022 - /MG

Regulamenta a Linha Programática Assistência e Assessoria Técnica.

Portal LeisMunicipais Decreto 15106/2022 - /MG

Regulamenta a organização e as atribuições da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, instituída pela Lei nº 13.830, de 31 de janeiro de 2019, que "Dispõe sobre a Organização e Estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11409/2022 - /MG

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2023 e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3490/2022 - /MG

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESPENDER AJUDA DE CUSTO QUE MENCIONA E CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Portal LeisMunicipais Decreto 3282/2022 - /MG

Institui o Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (CTPPES) do Município de Lagoa Dourada - MG.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2577/2022 - /MG

Dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR.

Portal LeisMunicipais Decreto 2151/2022 - /MG

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 13584/2021 - /MG

ALTERA A LEI Nº 11.847, DE 26 DE JUNHO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE ACERCA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC, REVOGA A LEI Nº 10.933, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11336/2021 - /MG

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2022.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11308/2021 - /MG

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2022 e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2278/2020 - /MG

INSTITUI A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - ESTADO DE MINAS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 717/2020 - /MG

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 525, DE 14 DE ABRIL DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES", INSTITUI E DELIMITA A ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA Nº 13 - ZUE 13 - PARQUE DOS CEDROS E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 539, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5972/2019 - /MG

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE O DIA DA ETNIA CIGANA.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3943/2018 - /MG

Consolida as normas referentes a política municipal de Promoção da Igualdade Racial e cria a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com base na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2653/2018 - /MG

AUTORIZA AO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, ATRAVÉS DE SEU EXECUTIVO MUNICIPAL A DESMEMBRAR ÁREA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO PARA DOAÇÃO SUBSEQUENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 17205/2017 - /MG

APROVA O REGIMENTO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMUPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 17163/2017 - /MG

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA DO MUNICÍPIO UBERLÂNDIA PARA O RESTANTE DO BIÊNIO 2016/2018 E REVOGA O DECRETO Nº 15.394, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 12719/2017 - /MG

ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 11.847, DE 26 DE JUNHO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE ACERCA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC, REVOGA A LEI Nº 10.933, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 12625/2017 - /MG

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E REVOGA A LEI ORDINÁRIA Nº 11.450, DE 2 DE AGOSTO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11063/2017 - /MG

Dá o nome de Praça Sérgio Luiz Gonçalves ao logradouro público inominado situado no encontro da Rua Coletora e das avenidas Warley Aparecido Martins e Perimetral, no Bairro Vila Pinho.

Portal LeisMunicipais Decreto 4307/2017 - /MG

Regulamenta a Lei Complementar nº 553, de 8 de maio de 2017, dispondo sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3174/2017 - /MG

"Dá nova redação a Lei nº 2.255/2009 que dispõe sobre Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2547/2017 - /MG

DISPÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 16608/2016 - /MG

DISPÕE SOBRE AS METAS PRINCIPAIS DE IMPLANTAÇÃO E PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA NO TRIÊNIO 2016/2018, CONFORME DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA.

Portal LeisMunicipais Decreto 15740/2015 - /MG

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA.

Portal LeisMunicipais Decreto 15736/2015 - /MG

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 12209/2015 - /MG

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2015/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7054/2015 - /MG

Altera as Leis nº s 6.862, de 20 de Janeiro de 2014, que "dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Patos de Minas para o período de 2014/2017" e 6.980, de 18 de setembro de 2014, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015."

Portal LeisMunicipais Decreto 4071/2015 - /MG

Altera a seção IV, do Capítulo III do Decreto nº 3.473, de 31 de agosto de 2011, que regulamenta o art. 5º da Lei Complementar nº 369, de 1º de agosto de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Município de Patos de Minas.

Portal LeisMunicipais Decreto 1928/2015 - /MG

"Convoca a I Conferência da Igualdade Racial de Juatuba e dá outras providências."

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 118/2015 - /MG

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DA INCLUSÃO SOCIAL, NA ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 118/2015 - /MG

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DA INCLUSÃO SOCIAL, NA ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 15394/2014 - /MG

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NO MANDATO DO BIÊNIO 2014/2016.

Portal LeisMunicipais Decreto 14934/2014 - /MG

ACRESCE O ART. 10-A AO DECRETO Nº 14.035, DE 29 DE ABRIL DE 2013 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE SOBRE OS PROGRAMAS E PROJETOS DE ESTUDOS, PESQUISA E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS JULIETA DINIZ - CEMEPE, A SEREM DESENVOLVIDOS NO COTIDIANO DAS UNIDADES ESCOLARES, NOS ESPAÇOS DAS SALAS DE AULA E DEMAIS ESPAÇOS EDUCATIVOS, E OS RESPECTIVOS NÚCLEOS DE TRABALHO DE VINCULAÇÃO DE CADA PROJETO".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 12023/2014 - /MG

ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI Nº 11.847, DE 26 DE JUNHO DE 2014, QUE "DISPÕE ACERCA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC, REVOGA A LEI Nº 10.933, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11847/2014 - /MG

DISPÕE ACERCA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC, REVOGA A LEI Nº 10.933, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11808/2014 - /MG

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA, REVOGA A LEI Nº 8825, DE 20 DE SETEMBRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11751/2014 - /MG

ALTERA A LEI Nº 11.356, DE 30 DE ABRIL DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, REVOGA A LEI DELEGADA Nº 028, DE 3 DE JUNHO DE 2009, OS INCISOS XXVII A XXXIV E XXXVI, DO ART. 2º E INCISO XV, DO ART. 3º, TODOS DA LEI DELEGADA Nº 033, DE 4 DE JUNHO DE 2009, A LEI Nº 10.989, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, O ART. 9º, DA LEI Nº 11.062, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 6870/2014 - /MG

Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2612/2014 - /MG

Institui o Programa de Adoção de Áreas Públicas, de Esporte e de Lazer e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 583/2014 - /MG

ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 525, DE 14 DE ABRIL DE 2011, E SUAS ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 245, 30 DE NOVEMBRO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 11356/2013 - /MG

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, REVOGA A LEI DELEGADA Nº 028, DE 3 DE JUNHO DE 2009, OS INCISOS XXVII A XXXIV E XXXVI, DO ART. 2º E INCISO XV, DO ART. 3º, TODOS DA LEI DELEGADA Nº 033, DE 4 DE JUNHO DE 2009, A LEI Nº 10.989, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, O ART. 9º, DA LEI Nº 11.062, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 11653/2009 - /MG
APROVA O REGIMENTO DA II CONFERÊNCIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4925/2009 - /MG
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - PMPIR, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1639/2009 - /MG
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 9426/2008 - /MG
OUTORGA PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3942/2008 - /MG
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE MONTES CLAROS - COMPIR, E O FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE MONTES CLAROS - FUMPIRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 856/2007 - /MG
PROÍBE A PRÁTICA DO TABAGISMO (FUMAR) EM VEÍCULOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3771/2005 - /MG
Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 763/2004 - /MG
Dispõe sobre o serviço remunerado de transporte de passageiros por táxi do Município de Estrela do Sul e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 10191/2002 - /MG
FIXA CONDIÇÕES PARA ACAMPAMENTO DO POVO CIGANO.

DESTAQUES LEIS MUNICIPAIS

BELO HORIZONTE:

Nº 18.385, DE 14 DE JULHO DE 2023 - Regulamenta a Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011, que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana.

CARNEIRINHO

Lei Ordinária 1785/2023 Norma em vigor

Dispõe sobre a proteção das comunidades tradicionais no Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre proteção de famílias, grupos e/ou comunidades tradicionais (circense, cigana, povos e comunidade de terreiro e outras), povos indígenas, comunidade quilombola, mestres(as) da cultura popular e/ou griôs.

JUIZ DE FORA

LEI Nº 10.191 - de 16 de abril de 2002. - FIXA CONDIÇÕES PARA ACAMPAMENTO DO POVO CIGANO

Esta Lei dispõe sobre a regulamentação de acampamentos temporários de Ciganos no âmbito Município.

Os grupos de Ciganos nômades e seminômades que pretenderem estabelecer acampamentos terrenos públicos ou privados deverão se submeter às seguintes normas:

I – serem legitimamente reconhecidos pela ONG Centro de Cultura Cigana através de declaração expressa e formal em parceria com o Poder Público nos termos do art. 8 de seu Estatuto Social

SANTA BÁRBARA

LEI Nº 1743/2014.

Dá Denominação a Área de Camping destinada ao Acampamento dos Ciganos.

A CÂMARA MUNICIPAL por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a "Área de Camping Jair dos Santos" à área que ficar destinada ao acampamento dos ciganos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Santa Bárbara, 05 de novembro de 2014.

LERIS FELISBERTO BRAGA
Prefeito Municipal

UBERABA:

LEI Nº 10.241

DESAFETA DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DA ÁREA QUE MENCIONA PARA ASSENTAMENTO PROVISÓRIO DE FAMÍLIAS DE CIGANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Uberaba fica autorizado a desafetar da categoria de bens de uso comum do povo para a categoria de bens dominicais parte da Área Verde nº 02, localizada na Cidade Ozanan, com a seguinte descrição:

"O ponto inicial desta descrição M-0, localiza-se na divisa com o Muro do Aeroporto, na interseção dos alinhamentos prediais da Rua José Aleixo Sobrinho (antiga Rua M), com a Rua Luciano C. Silva; deste, segue pelo alinhamento predial da Rua José Aleixo Sobrinho por uma distância D=59,4 metros até o ponto M-1; deste, segue virando à direita, passando a confrontar com Área Verde 2 Remanescente, por uma distância D=57,46 metros e ângulo interno AI=89º53'39", até encontrar o ponto M-2; deste, segue virando à direita, passando a confrontar com área da Prefeitura, por uma distância D=56,69 metros e ângulo interno AI=122º59'2", até encontrar o ponto M-3; deste, segue virando à direita, passando a confrontar com o Muro de Divisa do Aeroporto, por uma distância D=89,00 metros e ângulo interno AI=64º39'47", até encontrar o ponto M-0, início desta descrição, fechando assim o perímetro com ângulo interno AI=82º27'32" e totalizando uma área de 3.986,30m² (três mil, novecentos e oitenta e seis metros quadrados e trinta decímetros quadrados)."

Art. 2º A área acima desafetada será dividida em 48 (quarenta e oito) frações e será objeto de Concessão de Uso a título precário, para as famílias de **ciganos** que se encontram instaladas na Vila Ozanan, em área a ser utilizada para construção de uma das alças do Viaduto do Jockey Park.

Fonte: site www.leismunicipais

Acampamentos	Número de comunidades	CIDADES	Número de Famílias	Número de Pessoas
02	02	CONSELHEIRO LAFAIETE – I -zona urbana	03	20
		CONSELHEIRO LAFAIETE II – zona urbana	<u>14</u> 17	<u>45</u> 65

01	01	ESMERALDAS -zona urbana	07	25
01	01	LAGOA SANTA – zona rural	05	20
01	01	SÃO LEOPOLDO – zona rural	10	60
01	01	SANTA BÁRBARA – zona rural	10	45
TOTAIS: 06				
07				
05				
49				
210				
Casas				
01	01	BETIM – zona urbana	10	52
01	01	CONSELHEIRO LAFAIETE III – zona urbana	08	30
01	01	IBIRITÉ – zona urbana	16	60
01	01	MATOZINHOS – zona urbana	??	400
01	01	RIBEIRÃO DAS NEVES – zona urbana	09	30
01	01	SETE LAGOAS - zona urbana	10	40
TOTAIS: 06				
06				
05				
53				
212				
GERAL: 12	Comunidades mapeadas: 13	Cidades mapeadas = 10	famílias mapeadas = 53	Pessoas= 212

ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
BETIM	Os que cumprem o critério socioeconômico possuem Bolsa Família e ID Jovem e estão cadastrados no CAD Único.	Acessam o serviço público de saúde, por meio da atenção primária e aprovam o desempenho do sistema de saúde	05 crianças em idade escolar que estão regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino
CONSELHEIRO LAFAIETE – I -zona urbana	São assistidos pelo programa Bolsa Família e estão inseridos no	Acessam sem obstáculos os serviços de saúde.	04 crianças em idade escolar, regularmente matriculadas em instituições de ensino público.

<p>CONSELHEIRO LAFAIETE II – zona urbana</p>	<p>CADÚnico. Registra-se a ausência de documentos básicos de identificação.</p> <p>Os que cumprem requisitos socioeconômicos estão cadastrados no programa Bolsa Família. Há, também, pessoas assistidas pelo BPC-LOAS. Todos possuem documentação básica de identificação.</p>	<p>O acesso à atenção primária e secundária ocorre sem obstáculos, inclusive para os que requerem atendimento especializado para doenças cardiovasculares e metabólicas</p>	<p>Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados. Não há idosos.</p> <p>04 crianças estão matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados, mas os idosos permanecem como iletrados</p>
<p>CONSELHEIRO LAFAIETE III – zona urbana</p>	<p>São cadastrados no CADÚNICO pelo CRAS as famílias que atendem as exigências são beneficiárias do bolsa família. Não relatam dificuldades para serem atendidos</p>	<p>UBS – não reclamaram sobre atendimentos</p>	<p>08 crianças frequentam a rede pública</p>
<p>ESMERALDAS – zona urbana</p>	<p>Estão cadastradas no CADÚnico e são contempladas com o programa Bolsa Família. Todos possuem documentação de identificação básica</p>	<p>utilizam o sistema de saúde sem nenhuma ressalva, desde a atenção primária até os serviços especializados com ênfase em doenças cardiovasculares e metabólicas</p>	<p>09 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados. Os demais permanecem como iletrados.</p>
<p>IBIRITÉ – zona urbana</p>	<p>Parte do grupo está inserida no Programa Bolsa Família e possui o CADÚnico, onde há membros da comunidade assistidos pelo LOAS. Todos possuem documentos básicos de identificação</p>	<p>Acessam os serviços básicos de saúde, assim como os oferecidos pelas especialidades do Sistema único de Saúde, para demandas cardiovasculares e metabólicas e respiratórias. Registra-se a presença de criança com microcefalia e paralisia cerebral.</p>	<p>18 crianças regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adolescentes, em sua maioria, evadiram-se do ambiente escolar em razão do preconceito e perseguições sofridas. Entre os adultos há alguns que foram alfabetizados, mas os demais não são letrados. Há um membro da comunidade que está inserido no ensino superior, em instituição privada, no curso de Antropologia.</p>

LAGOA SANTA – zona rural	estão inseridos no CADÚnico e integrados ao Programa Bolsa Família. Há beneficiários do BPC-LOAS. Todos possuem documentação básica de identificação	serviços de saúde acessam a atenção primária e secundária, com ênfase em atendimento cardiovascular	05 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituição pública de ensino.
MATOZINHOS – zona urbana	Sem informação	Sem informação	35 crianças, regularmente matriculadas em instituições de ensino público
RIBEIRÃO DAS NEVES – zona urbana	As famílias que se adequam aos critérios socioeconômicos são contempladas com o programa Bolsa Família. Estão cadastrados no CAD Único.	Acessam a atenção primária e secundária de saúde, mas não recebem visitas dos agentes de saúde e de endemias	02 crianças e 05 adolescentes estão regularmente matriculados em instituições públicas de ensino, quanto aos adultos são analfabetos
SANTA BÁRBARA – zona rural	estão inseridos no CADÚnico, recebem Bolsa Família, Kit Maternidade e Cartão Reforma. Há beneficiários do sistema previdenciário público. Todos possuem documentos básicos de identificação.	Acessam o Sistema Único de Saúde, em nível básico e secundário, com atendimento voltado para doenças cardiovasculares e metabólicas.	10 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos são analfabetos
SÃO LEOPOLDO – zona rural	Acessam o programa Bolsa Família e estão no CAD Único.	A comunidade acessa os serviços básicos e secundários de saúde pública, com ênfase em doenças cardiovasculares e psiquiátricas. Há um membro do grupo que recebe Auxílio por Incapacidade Temporária por ter diagnóstico de esquizofrenia (CID F20-F29).	12 crianças, todas regularmente matriculadas em instituição pública de ensino
SETE LAGOAS - zona urbana	Não especificado	acessam o sistema público de saúde sem nenhuma dificuldade,	Há seis crianças matriculadas na rede pública de ensino

		desde a atenção básica ao atendimento especializado para doenças metabólicas e cardiovasculares			
CIDADES	MULHERES	CRIANÇAS	IDOSOS	PCDS	ADULTOS
BETIM	Sem informação	educação	Beneficiários BPC	Sem informação	Não alfabetizados
CONSELHEIRO LAFAIETE – I -zona urbana	Sem informação	Educação	Não há	Sem informação	Alfabetizados
CONSELHEIRO LAFAIETE II – zona urbana	Sem informação	Educação	Analfabetos BPC	Sem informação	Alfabetizados
CONSELHEIRO LAFAIETE III – zona urbana	Atividades domésticas, não desempenham trabalho externo; as relações baseadas na hierarquia patriarcal.	Educação	01 BPC	Não identificado	Não alfabetizados
ESMERALDAS – zona urbana	Sem informação	Educação	Sem informação	Sem informação	Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados. Os demais permanecem como iletrados
IBIRITÉ – zona urbana	Sem informação	Educação	Sem informação	Criança com paralisia cerebral BPC	Maioria não alfabetizados
LAGOA SANTA – zona rural	Sem informação	Educação	Sem informação	Sem informação	Não alfabetizados
MATOZINHOS – zona urbana	Sem informação	Educação	05 idosos possuem		Sem informação

			benefícios previdenciários (BPC-LOAS).	Sem informação	
RIBEIRÃO DAS NEVES – zona urbana	Sem informação	Educação	01 idoso beneficiário de auxílio previdenciário.	Sem informação	Não alfabetizados
SANTA BÁRBARA – zona rural	Sem informação	Educação	Sem informação	Sem informação	Não alfabetizados
SÃO LEOPOLDO – zona rural	Sem informação	Educação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
SETE LAGOAS – zona urbana	Sem informação	Educação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
CIDADES	CULTURA	REPRESENTAÇÕES	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	
BETIM	As atividades econômicas estão mescladas com práticas culturais, pois atuam como autônomos fazendo trocas e vendas, tendo também a leitura de mão como fonte de renda. Realizam batizados e casamento cigano, dança e música cigana e dominam a Chibi. São católicos.	Não possuem todos os documentos de identificação e desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos, assim como não participam de conselhos políticos e associações civis. São assistidos pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública de Minas Gerais.	Autônomos	Sem informação	
CONSELHEIRO LAFAIETE – I -zona urbana	Culturalmente preservam o domínio da Chibi, a organização em famílias extensas e casamento e batizado cigano. São católicos	Não possuem conhecimento de políticas públicas para ciganos, como não participam de conselho políticos, ou de associações civis.	Autônomos	Sem informação	
----- --	-----	-----	-----	-----	
CONSELHEIRO LAFAIETE II – zona urbana	Dentre as práticas culturais, registramos o domínio da Chibi,	A comunidade tem conhecimento de políticas públicas para ciganos (participação em conselho políticos, dia do	Atuam economicamente como autônomos realizando vendas e trocas, prática	Sem informação	

	famílias extensas, casamento e batizado cigano. Religião católica	cigano, território) e, estão organizados em associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Conselheiro Lafaiete. Recebem apoio de instituições como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.	cultural comum dos Calons e principal fonte de renda da comunidade.	
CONSELHEIRO LAFAIETE III – zona urbana	Mantém as tradições de casamento, batizados e demais festividades, falam a chibi, desconhecem editais e políticas públicas	. As relações são pessoais com os membros do coletivo Roda Cigana	Os homens são autônomos e comercializam diversos produtos. Não são contribuintes do INSS	Não contribuem
ESMERALDAS - zona urbana	atividades culturais, realizam batizados e casamento cigano; leitura de mão e de cartas; utilizam a chibi. São cristãos	Desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos, mas estão organizados por meio de associação civil denominada de Agência Municipal de Cultura e Desenvolvimento dos Povos Ciganos de Esmeraldas. Estão em diálogo com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.	As vendas e trocas são as principais fontes de renda	Sem informação
IBIRITÉ – zona urbana	Das práticas culturais mantidas, observa-se o domínio da Chibi, benzeduras, famílias extensas, casamento e batizado cigano, música e dança cigana. Realizam anualmente o Maio Cigano em parceria com o Ministério Público Federal,	Acessam políticas públicas para ciganos desenvolvidas na esfera municipal e estadual, tais como: acesso à terra, educação, editais de fomento à cultura (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo). Possuem inserção nos conselhos de Igualdade Racial, nas três esferas do Estado brasileiro, e	Desenvolvem atividades econômicas como autônomas.	Sem informação

	Defensoria Pública do Estado de Minas e outros agentes públicos comprometidos com a defesa dos interesses dos ciganos. Estão inseridos no espectro religioso do cristianismo.	organizam-se através de associação civil denominada Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos, que atuam fortalecendo e defendendo os interesses dos ciganos em todo o Estado de Minas Gerais.		
LAGOA SANTA – zona rural	falam a Chibi, casamento e batizado cigano religião: Cristianismo	Não possuem conhecimento de políticas públicas para ciganos e não estão organizados por meio de associações civis. Utilizam os serviços do sistema de justiça (MPF e Defensoria) por meio da Agência Nacional de Ibirité, mas a comunidade possui a própria associação intitulada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Lagoa Santa.	Realizam trocas e vendas, principal fonte de renda	Sem informação
MATOZINHOS – zona urbana	Sobre as práticas culturais: desenvolvem atividades como leitura de mão, casamento e batizado cigano; benzeduras e falam a Chibi. São cristãos e kardecistas	Não participam de associações civis e desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos. Acessam indiretamente os serviços do sistema de justiça por meio da Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos de Ibirité.	Desenvolvem atividade econômica como autônomos	Sem informação

RIBEIRÃO DAS NEVES – zona urbana	Sobre as práticas culturais, mantém o uso da Chibi; casamento e batizado cigano; vendas e trocas. São todos católicos.	Desconhecem a existência de políticas públicas voltadas para ciganos. Registra-se que a cessão de território se fez por ação do Ministério Público Federal que pressionou e forçou uma reação do Executivo municipal	A atividade econômica do grupo é centrada na prática autônoma de vendas e trocas.	Sem informação
SANTA BÁRBARA – zona rural	Destaca-se o domínio da Chibi, famílias extensas, casamento e batizado cigano; música e dança cigana. São católicos	Relatam não terem conhecimento de políticas públicas para ciganos, mas estão organizados por meio de associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Santa Bárbara. Possuem diálogo com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais	A subsistência econômica realiza-se por meio de trocas e vendas	Sem informação
SÃO LEOPOLDO – zona rural	Culturalmente desenvolvem atividades como leitura de mão, batizado e casamento cigano, falam a Chibi e participam de ações em alusão ao dia dos povos ciganos. RELIGIÃO: cristãos e kardecistas.	Desconhecem políticas públicas voltadas para ciganos. Recebem orientação e auxílio do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública de Minas Gerais	desenvolvem atividades econômicas autônomas com trocas e vendas e artesanato	Sem informação
SETE LAGOAS – zona urbana	Preservam a Chibi e a leitura de mãos	Reivindicam como principal demanda a inclusão dos povos ciganos nas esferas de decisão políticas	Atividades culturais ligadas às ações econômicas, realizam leitura de mão, trocas e vendas como fonte de renda	Sem informação
<u>DISCRIMINAÇÕES:</u>				
BETIM: Relatam episódios de ciganofobia quando transitam por via pública				
CONSELHEIRO LAFIETE I: Relataram episódios de discriminação				

CONSELHEIRO LAFAIETE II: Relatam episódios de racismo em que foram acusados de envergonhar a cidade.

CONSELHEIRO LAFAIETE III: não relataram episódios de discriminações

ESMERALDAS: Relataram episódios de preconceito em que foram acusados de roubo com a ausência de provas. O principal desafio enfrentado pelo grupo é preconceito

IBIRITÉ: A comunidade definiu como principal desafio a ciganofobia enfrentada em espaços como escola e supermercado.

LAGOA SANTA: Relatam episódios frequentes de discriminação.

MATOZINHOS: Relataram a constante perseguição empreendida pela Polícia Militar e a ciganofobia sofrida em outros espaços, como em escolas.

RIBEIRÃO DAS NEVES: Relatam frequentes episódios de perseguição e preconceito, inclusive com verbalização de palavras torpes.

SANTA BÁRBARA: Relataram episódios de preconceito, como acusação de serem vetores de transmissão do SARS-COVID-19 durante a recente pandemia, como também, de terem higiene precária

SÃO LEOPOLDO: Relatam casos de ciganofobia

SETE LAGOAS: sem informação

EXPECTATIVAS:

BETIM: O principal desafio é a insegurança alimentar e estabeleceram como demanda primária a alteração do estado de insegurança alimentar.

CONSELHEIRO LAFAIETE I: A principal reivindicação é voltada para a regularização fundiária e acesso à coleta de lixo

CONSELHEIRO LAFAIETE II: Pautaram como principais demandas a regularização fundiária, ampliação do saneamento e erradicação da insegurança alimentar.

CONSELHEIRO LAFAIETE III: Tem como expectativa melhorias nas condições de moradia, educação e saúde

ESMERALDAS: Reivindicam como necessidade urgente, a regularização fundiária, ampliação no acesso à saúde e educação

IBIRITÉ: Demandam principalmente o avanço na infraestrutura da comunidade

LAGOA SANTA: sem informação

MATOZINHOS: sem informação

RIBEIRÃO DAS NEVES: sem informação

SANTA BÁRBARA: A principal demanda apresentada é a inserção no mercado formal de trabalho

SÃO LEOPOLDO: O principal desafio está na regularização fundiária e demanda como necessidade primária, o estado de segurança alimentar

SETE LAGOAS: Reivindicam como principal demanda a inclusão dos povos ciganos nas esferas de decisão políticas

3.2.2.1 Betim



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

344,062km² [2023]

População no último censo

411.846 pessoas [2022]

Densidade demográfica

1.197,01 hab/km² [2022]

População estimada

429.236 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,749 [2010]

Fonte - IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 54 sendo 32 beneficiárias do bolsa família – fonte - MDS

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa acessou uma comunidade de ciganos Calons no limite urbano. O grupo adquiriu a propriedade com recursos próprios. Trata-se de 10 famílias com um total aproximado de 52 pessoas.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Provavelmente alvenaria
Saneamento Básico	regular
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social – CRAS	Os que cumprem o critério socioeconômico possuem Bolsa Família e ID Jovem e estão cadastrados no CAD Único.
Saúde	Acessam o serviço público de saúde, por meio da atenção primária e aprovam o desempenho do sistema de saúde
Educação	05 crianças em idade escolar que estão regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino
Cultura	As atividades econômicas estão mescladas com práticas culturais, pois atuam como autônomos fazendo trocas e vendas, tendo também a leitura de mão como fonte de renda. Realizam batizados e casamento cigano, dança e música cigana e dominam a Chibi. São católicos.
Trabalho	Autônomos
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	beneficiários do BPC-LOAS
PCDS	
Observações	<p>Não possuem todos os documentos de identificação e desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos, assim como não participam de conselhos políticos e associações civis.</p> <p>São assistidos pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública de Minas Gerais.</p> <p>O principal desafio é a insegurança alimentar e estabeleceram como demanda primária a alteração do estado de insegurança alimentar. Relatam episódios de ciganofobia quando transitam por via pública.</p>

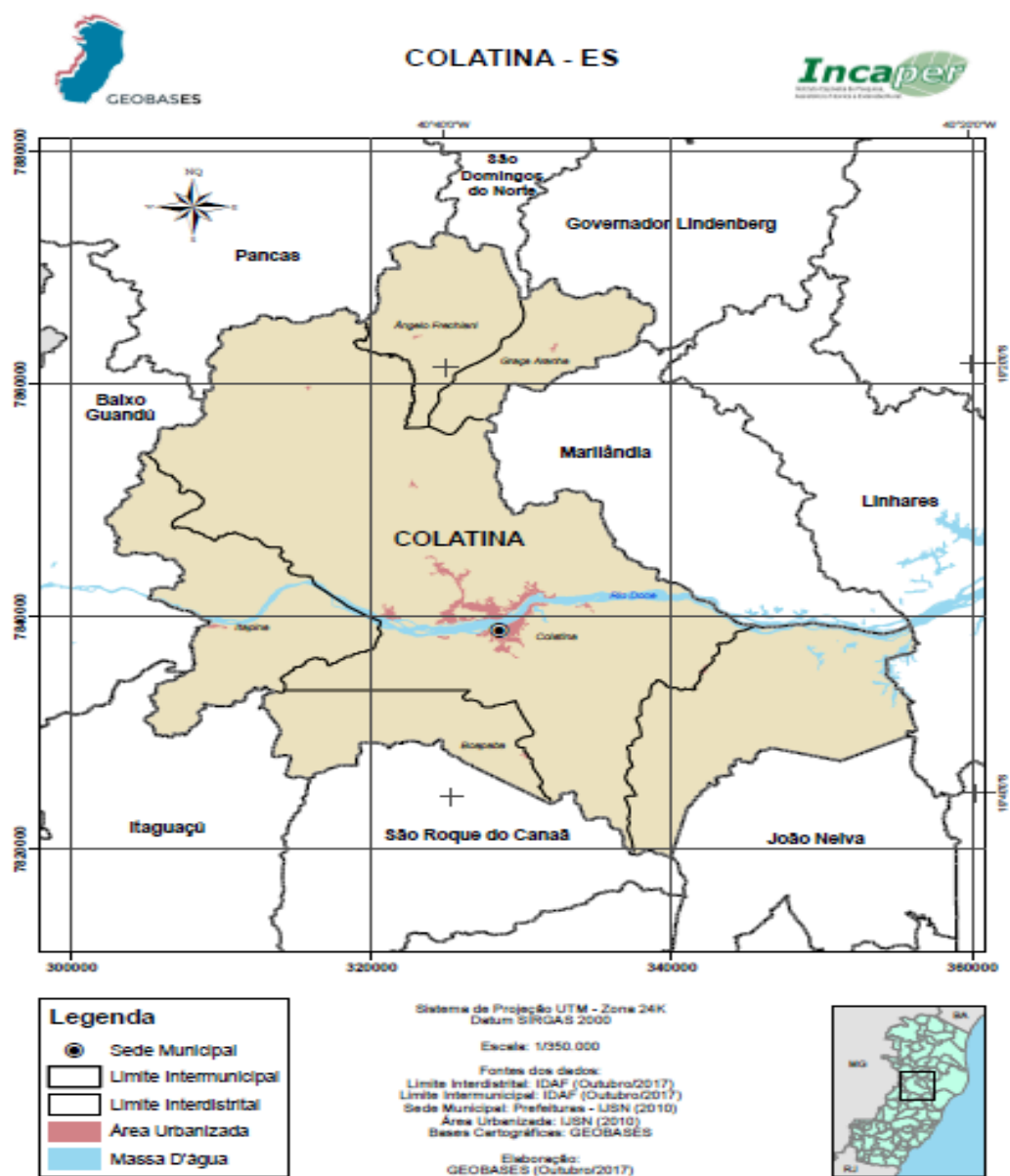
Verificou-se a existência de uma lei municipal que afeta diretamente às comunidades ciganas da cidade de Betim, mais especificamente, trata-se da composição do conselho de promoção da igualdade racial. Todavia, o pesquisador em campo argumenta que o grupo onde foi realizado o trabalho de campo declara desconhecimento de políticas públicas para ciganos, a menos que ele seja assistido pelo Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Leis Municipais: DECRETO Nº 43.438, DE 28 DE JUNHO DE 2022 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADAS E DAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL EM BETIM

Fonte: <https://leismunicipais.com.br>

Não há legislação específica para povos ciganos – Fonte: site da Câmara Municipal

3.2.2.2 Colatina



Área Territorial

1.398,219km² [2023]

População no último censo

120.033pessoas [2022]

Densidade demográfica

85,85 hab/km² [2022]

População estimada

128.622pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,6% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,746 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 25 sendo 13 beneficiária do bolsa família – fonte - MDS

Panorama geral da pesquisa no município

A comunidade pesquisada em Colatina é composta por aproximadamente 100 pessoas, alocadas em 14 núcleos familiares da etnia Calon. O grupo está localizado na zona urbana da cidade, segundo o seu relato, estão no município há quinze (15) anos, em diferentes endereços; o atual espaço é cedido pela Prefeitura Municipal, não tem garantia de posse, atualmente, há trâmite para regularização fundiária e cessão de posse.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Residem em barracas de lonas
Saneamento Básico	Não tem acesso – utilização de fossa
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social - CRAS	Possuem cadastro no cadúnico e são beneficiários do bolsa família; portanto, conclui-se que são atendidos pelo cras
Saúde	acessam à atenção primária e secundária de saúde.
Educação	13 crianças matriculadas na rede pública de ensino, os adultos são alfabetizados, embora, não tenham concluído o ensino fundamental; os idosos são analfabetos.
Cultura	usam trajes típicos, fluência na Chibi, práticas como casamento e batizado cigano; são católicos.
Trabalho	dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; podendo concluir que são autônomos
Mulheres	
Criança e adolescente	relatos de enfrentamento à ciganofobia na rede de ensino. Não especificado

Idosos	Os idosos são beneficiários do sistema previdenciário público. Não especificado conclui-se que e BPC
PCDS	
Observações	A comunidade relatou dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal em razão da estigmatização, por viverem em barracas. Sobre o acesso a políticas públicas para ciganos, alegaram não terem conhecimento da existência. Estabeleceram como necessidade primária, o acesso e regularização da posse da terra; saneamento básico; cursos profissionalizantes.

Quanto ao reconhecimento dos ciganos em Colatina, não há registro de leis municipais que possam beneficiar os grupos. Registraram-se, no entanto, processos em que o acampamento de ciganos, ou os ciganos, são utilizados como referência geográfica.

- **INDICAÇÃO 894/2022 - N° Processo 1299/2022 - N° Protocolo 1319/2022 - AO SANEAR-SOLICITANDO MUTIRÃO DE LIMPEZA NA RUA CLESIMAR MARQUES DOS SANTOS, PRÓXIMO AO NÚMERO 130, NO BAIRRO JOÃO MANOEL MENEGUELLI (PRÓXIMO AO ACAMPAMENTO DOS CIGANOS.**
- **INDICAÇÃO (E) 1146/2022 - N° Processo 1676/2022 - N° Protocolo 1701/2022** - o Sr. Jonathan Bruno Blunck Gervasio, Diretor Geral do Sanear, mediante o presente instrumento do processo legislativo municipal, no uso de prerrogativas legais, venho por meio desta solicitar container de lixo (caixa coletora) para seguintes ruas do Bairro Colúmbia: • Avenida Pardal - próximo ao supermercado primo; • Rua Alice torezani - próximo aos ciganos; • Rua Amazonas; • Rua Colibri, na esquina que liga Rua Colibri e Pardal. Fonte - site da câmara municipal
- **PROJETO DE LEI (E) 141/2024** - Sancionado em 03.01.2025 - “Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI de Colatina, para o período de 2024/2034”. Fonte - site da câmara municipal

3.2.2.3 Conselheiro Lafaiete



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

370,246km² [2023]

População no último censo

131.621 pessoas [2022]

Densidade demográfica

355,50 hab/km² [2022]

População estimada

137.980 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,7% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,761 [2010]

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 24 famílias, 20 delas sendo beneficiárias do bolsa família – fonte – MDS

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa de campo em Conselheiro Lafaiete foi realizada em duas comunidades da etnia calon, ambas na área urbana da cidade. A primeira comunidade, localizada no Bairro Satélite, é composta por aproximadamente 20 pessoas em 3 famílias. Neste caso, a comunidade não está organizada em nenhuma associação e declara desconhecer políticas públicas dirigidas para comunidades ciganas.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	A área de ocupação é permanente, mas em situação de insegurança da posse, a ser considerada como ocupação irregular. A habitação se dá em barracas de lonas
Saneamento Básico	Rede de esgoto
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social – CRAS	São assistidos pelo programa Bolsa Família e estão inseridos no CADÚnico. Registra-se a ausência de documentos básicos de identificação.
Saúde	Acessam sem obstáculos os serviços de saúde.
Educação	04 crianças em idade escolar, regularmente matriculadas em instituições de ensino público. Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados. Não há idosos.
Cultura	Culturalmente preservam o domínio da Chibi, a organização em famílias extensas e casamento e batizado cigano. São católicos
Trabalho	
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	Não possuem conhecimento de políticas públicas para ciganos, como não participam de conselho políticos, ou de associações civis. Relataram episódios de discriminação. A principal reivindicação é voltada para a regularização fundiária e acesso à coleta de lixo.

A segunda comunidade, também localizada na área urbana, é composta por 14 famílias e aproximadamente 45 pessoas. Esta comunidade tem parcial reconhecimento do Estado, sendo que parte dela encontra-se em território regularizado e outra parte em território ocupado. Estão organizados em associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Conselheiro Lafaiete.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	LOCALIZAÇÃO NÃO ESPECIFICADA – liderança e ou pesquisador não registrou o endereço
Moradia	Distribuídos em barracas de lona e estruturas de alvenaria, possuem o parcial reconhecimento do Estado, tendo em vista que parte da comunidade habita em território ocupado de forma irregular, enquanto os demais já se encontram em situação de garantia da posse. (Lenilson Portela)
Saneamento Básico	Rede de esgoto
Acesso à água potável	Acesso por poço
Energia Elétrica	Sim
Assistência Social – CRAS	Os que cumprem requisitos socioeconômicos estão cadastrados no programa Bolsa Família. Há, também, pessoas assistidas pelo BPC-LOAS. Todos possuem documentação básica de identificação.
Saúde	O acesso à atenção primária e secundária ocorre sem obstáculos, inclusive para os que requerem atendimento especializado para doenças cardiovasculares e metabólicas
Educação	04 crianças estão matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados, mas os idosos permanecem como iletrados
Cultura	Dentre as práticas culturais, registramos o domínio da Chibi, famílias extensas, casamento e batizado cigano. Religião católica
Trabalho	Atuam economicamente como autônomos realizando vendas e trocas, prática cultural comum dos Calons e principal fonte de renda da comunidade.
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	

Observações	<p>A comunidade tem conhecimento de políticas públicas para ciganos (participação em conselho políticos, dia do cigano, território) e, estão organizados em associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Conselheiro Lafaiete. Recebem apoio de instituições como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.</p> <p>Pautaram como principais demandas a regularização fundiária, ampliação do saneamento e erradicação da insegurança alimentar. Relatam episódios de racismo em que foram acusados de envergonhar a cidade..</p>
--------------------	--

Em termos de reconhecimento no âmbito municipal, registra-se a existência de uma lei municipal que institui o dia da etnia cigana.

Leis Municipais:

LEI Nº 5.972, DE 24 DE MAIO DE 2019 -

- INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE O DIA DA ETNIA CIGANA.

Fonte: site www.leismunicipais



Atada66SessoOrdinriada3SessoLegislativaOrdinriada30LegislaturadaCmaraMunicipaldeCon: oLafaiete.pdf - última modificação 06/11/2019



Atada81aSessoOrdinria.pdf última modificação 19/11/2021

Fonte: Câmara Municipal - *Localizado em Sobre a Câmara / ... / Atas das Sessões*

3.2.2.4 Esmeraldas



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

909,727km² [2023]

População no último censo

85.598 pessoas [2022]

Densidade demográfica

94,09 hab/km² [2022]

População estimada

91.573 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,3% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,671 [2010]

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 11 famílias, 07 sendo beneficiárias do bolsa família – fonte : MDS

Panorama geral da pesquisa no município

O grupo visitado pela equipe de pesquisa consiste em 7 famílias da etnia Calon e é composto por aproximadamente 25 pessoas. Na cidade de Esmeraldas, o grupo reside há 25

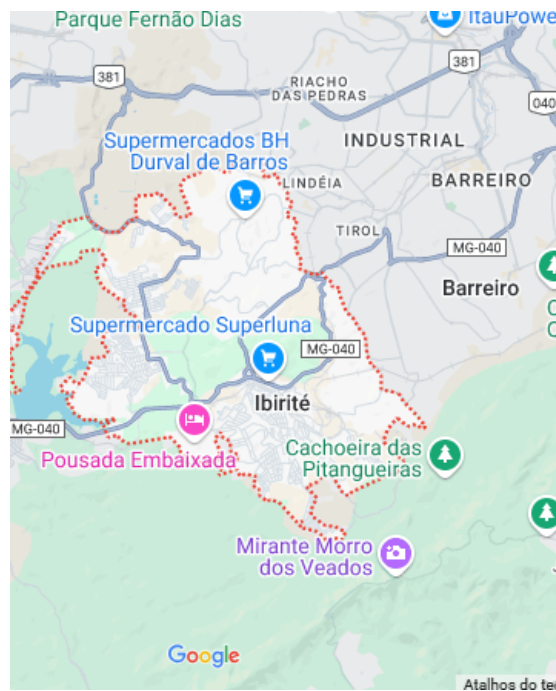
anos numa ocupação localizada no bairro Vale do Palmital. A comunidade se organiza numa associação civil denominada de Agência Municipal de Cultura e Desenvolvimento dos Povos Ciganos de Esmeraldas e está em diálogo com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	As moradias dividem-se entre barracas de lona e estruturas de alvenaria. Tem acesso a coleta de lixo.
Saneamento Básico	Não especificado
Acesso à água potável	Sim
Energia Elétrica	Sim
Assistência Social – CRAS	Estão cadastradas no CAD Único e são contemplados com o programa Bolsa Família. Todos possuem documentação de identificação básica
Saúde	utilizam o sistema de saúde sem nenhuma ressalva, desde a atenção primária até os serviços especializados com ênfase em doenças cardiovasculares e metabólicas
Educação	09 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos de geração mais contemporânea foram alfabetizados. Os demais permanecem como não letrados.
Cultura	atividades culturais, realizam batizados e casamento cigano; leitura de mão e de cartas; utilizam a chibi. São cristãos.
Trabalho	As vendas e trocas são as principais fontes de renda.
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	Desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos, mas estão organizados por meio de associação civil denominada de Agência Municipal de Cultura e Desenvolvimento dos Povos Ciganos de Esmeraldas. Estão em diálogo com o Ministério

	<p>Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.</p> <p>Relataram episódios de preconceito em que foram acusados de roubo com a ausência de provas.</p> <p>O principal desafio enfrentado pelo grupo é o preconceito. Reivindicam como necessidade urgente, a regularização fundiária, ampliação no acesso à saúde e educação.</p>
--	--

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.2.5 Ibirite



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

72,395km² [2023]

População no último censo

170.537 pessoas [2022]

Densidade demográfica

2.355,65 hab/km² [2022]

População estimada

178.713 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,5% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,704

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 27 famílias, 17 delas sendo beneficiárias do bolsa família – fonte – MDS

Panorama geral da pesquisa no município

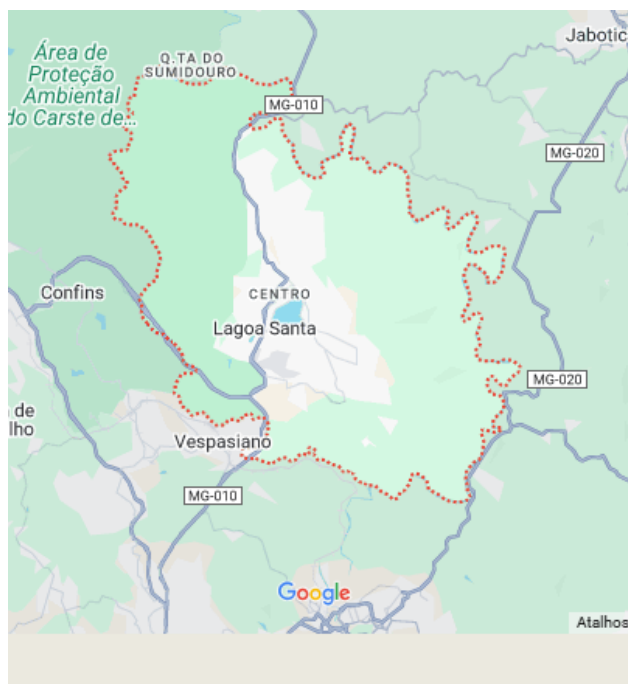
O grupo que participou da pesquisa é composto por aproximadamente 60 pessoas distribuídas em 16 famílias. A comunidade residia em outra área do município, encontra-se no local atual há dois anos. Sendo assim, a área é de ocupação permanente e foi formalizada por meio de regularização fundiária celebrada entre a comunidade e o Executivo municipal, intermediado pelo Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de Minas. A comunidade obteve o termo de cessão de posse que prevê o uso por vinte anos, passível de renovação e revisão com o encerramento do período acordado entre as partes. Por estar localizado em zona industrial e na fronteira entre Betim e Belo Horizonte, avalia-se a propriedade em mais de seis milhões de reais (R\$6.000.000).

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Construções em alvenaria
Saneamento Básico	Fossa séptica
Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social – CRAS	Parte do grupo está inserida no Programa Bolsa Família e possui o CADÚnico, onde há membros da comunidade assistidos pelo LOAS. Todos possuem documentos básicos de identificação
Saúde	Acessam os serviços básicos de saúde, assim como os oferecidos pelas especialidades do Sistema Único de Saúde, para demandas cardiovasculares e metabólicas e

	respiratórias. Registra-se a presença de criança com microcefalia e paralisia cerebral.
Educação	18 crianças regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adolescentes, em sua maioria, evadiram do ambiente escolar em razão do preconceito e perseguições sofridas. Entre os adultos há alguns que foram alfabetizados, mas os demais não são letrados. Há um membro da comunidade que está inserido no ensino superior, em instituição privada, no curso de Antropologia.
Cultura	Das práticas culturais mantidas, observa-se o domínio da Chibi, benzeduras, famílias extensas, casamento e batizado cigano, música e dança cigana. Realizam anualmente o Maio Cigano em parceria com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado de Minas e outros agentes públicos comprometidos com a defesa dos interesses dos ciganos. Estão inseridos no espectro religioso do cristianismo. Conseguiram emenda parlamentar e caminham para construção de uma escola no terreno comunitário, bem como, um centro de valorização da cultura cigana.
Trabalho	Desenvolvem atividades econômicas como autônomas.
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	Acessam políticas públicas para ciganos desenvolvidas na esfera municipal e estadual, tais como: acesso à terra, educação, editais de fomento à cultura (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo). Possuem inserção nos conselhos de Igualdade Racial, nas três esferas do Estado brasileiro, e organizam-se através de associação civil denominada Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos, que atuam fortalecendo e defendendo os interesses dos ciganos em todo o Estado de Minas Gerais. A comunidade definiu como principal desafio a ciganofobia enfrentada em espaços como escola e supermercado. Demandam principalmente o avanço na infraestrutura da comunidade.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.2.6 Lagoa Santa



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

229,409km² [2023]

População no último censo

75.145pessoas [2022]

Densidade demográfica

327,56 hab/km² [2022]

População estimada

79.981pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,777 [2010]

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 44 famílias, 20 sendo beneficiárias do bolsa família – fonte – MDS

Panorama geral da pesquisa no município

O grupo que participou da pesquisa em Lagoa Santa é composto por 5 famílias calões e totaliza aproximadamente 20 pessoas que residem na zona rural do município, no bairro de Lapinha. Há 30 anos a comunidade está estabelecida no mesmo espaço, em barracas de lona, contudo, não possui nenhuma segurança de posse e a moradia se caracteriza como uma ocupação.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	barracas de lona
Saneamento Básico	Não tem acesso - ausência de esgoto, mesmo em formato de fossa séptica; não há coleta de lixo.
Acesso à água potável	Tem acesso
Energia Elétrica	De forma irregular
Assistência Social – CRAS	estão inseridos no CADÚnico e integrados ao Programa Bolsa Família. Há beneficiários do BPC-LOAS. Todos possuem documentação básica de identificação.
Saúde	serviços de saúde acessam a atenção primária e secundária, com ênfase em atendimento cardiovascular
Educação	05 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituição pública de ensino. RELIGIÃO: Cristianismo
Cultura	falam a Chibi, casamento e batizado cigano
Trabalho	Realizam trocas e vendas, principal fonte de renda
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	Não possuem conhecimento de políticas públicas para ciganos e não estão organizados por meio de associações civis. Utilizam os serviços do sistema de justiça (MPF e Defensoria) por meio da Agência Nacional de Ibirité, mas a comunidade possui a própria associação intitulada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Lagoa Santa. Relatam episódios frequentes de discriminação.

Em termos de reconhecimento através de dispositivos jurídicos, constam algumas leis municipais em Lagoa Santa tanto em termos de garantia da equidade em saúde para as minorias, quanto no estímulo de políticas de cultura e a garantia da igualdade racial.

Leis Municipais:

DECRETO Nº 4.455, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Comitê Técnico Municipal de Promoção da Equidade em Saúde para discussão das políticas de saúde das minorias

PORTARIA Nº 1.241, DE 27 DE JANEIRO DE 2022.

DECRETO Nº 4.886, DE 19 DE ABRIL DE 2023.

LEI Nº 4.997, DE 20 DE MARÇO DE 2023

Institui a Política Municipal de Cultura Viva de Lagoa Santa e dá outras providências.

LEI Nº 5.048, DE 17 DE MAIO DE 2023.

Institui a Semana Municipal do Reconhecimento da Cultura dos Povos Ciganos, no Município de Lagoa Santa e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.061, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.

Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 que dispõe sobre o apoio financeiro da União

LEI Nº 5.147, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023 - Altera a redação da Lei Municipal nº 4.762, de 2022,

que autoriza o Município a criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial COMPIR, e dá outras providências.

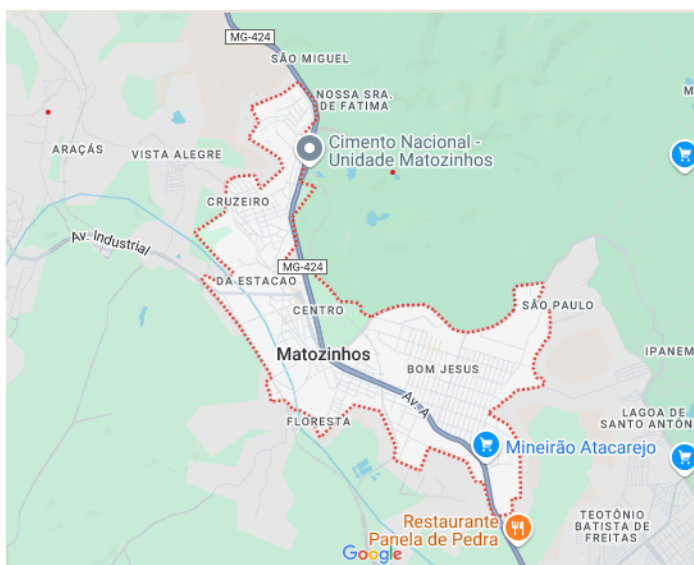
DECRETO Nº 5.236, DE 15 DE MAIO DE 2024.

Regulamenta a Lei Municipal nº 4.762, de 2022, que autoriza o

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR e dá outras providências

-Fonte: <https://leismunicipais.com.br>

3.2.2.7 Matozinhos



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

252,453km² [2023]

População no último censo

37.618 pessoas [2022]

Densidade demográfica

149,01 hab/km² [2022]

População estimada

39.291 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

99,2% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,731 [2010]

Fonte - IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 97 sendo 69 beneficiárias do bolsa família – fonte - MDS

Panorama geral da pesquisa no município

Segundo os dados da pesquisa, trata-se de uma comunidade da etnia Calon de aproximadamente 400 pessoas. O território é de propriedade do grupo que o adquiriu com recursos próprios e estão presentes há trinta (30) anos no local.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Lograda no bairro Mocambeiras, organizam-se em adensamento de caráter permanente, em estrutura de alvenaria
Saneamento Básico	Regular
Acesso à água potável	Regular
Energia Elétrica	Regular
Assistência Social - CRAS	Não especificado
Saúde	Não especificado
Educação	35 crianças, regularmente matriculadas em instituições de ensino público
Cultura	Sobre as práticas culturais: desenvolvem atividades como leitura de mão, casamento e batizado cigano; benzeduras e falam a Chibi. São cristãos e kardecistas
Trabalho	Desenvolvem atividade econômica como autônomos
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	05 idosos possuem benefícios previdenciários (BPC-LOAS).
PCDS	
Observações	Não participam de associações civis e desconhecem a existência de políticas públicas para ciganos... Relataram a constante perseguição empreendida pela Polícia Militar e a ciganofobia sofrida em outros espaços, como em escolas. Acessam indiretamente os serviços do sistema de justiça por meio da Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos de Ibirité.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

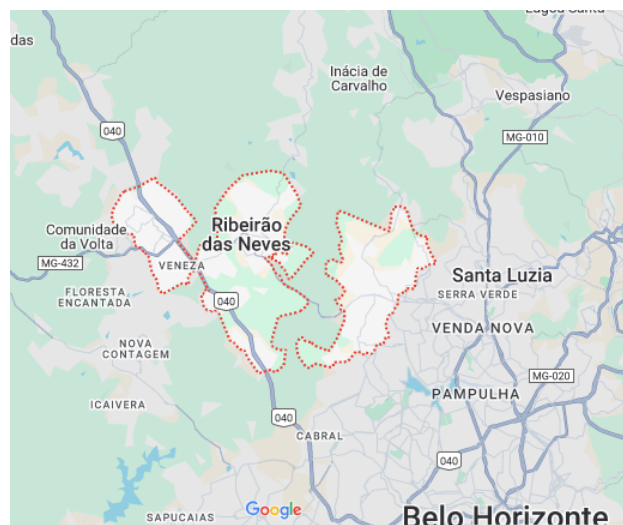
A comunidade onde foi realizado o trabalho de campo é composta por 10 famílias da etnia Calon, sendo 60 pessoas aproximadamente, está localizada em zona rural no bairro do Capão, o território é ocupado pelo grupo e é de propriedade da Prefeitura Municipal pelo fato de não estar regularizado, já foi alvo de solicitação de reintegração de posse. O histórico do grupo conta que eles ocupavam outro local, porém, por motivo de alagamentos, estabeleceram-se neste há 04 anos.

Dados sobre a visita:	Não especificado
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	O acampamento é composto de estruturas de lona e alvenaria.
Saneamento Básico	Não tem acesso = fossa
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social – CRAS	Acessam o programa Bolsa Família e estão no CAD Único.
Saúde	A comunidade acessa os serviços básicos e secundários de saúde pública, com ênfase em doenças cardiovasculares e psiquiátricas Há um membro do grupo que recebe Auxílio por Incapacidade Temporária por ter diagnóstico de esquizofrenia (CID F20-F29).
Educação	12 crianças, todas regularmente matriculadas em instituição pública de ensino
Cultura	Culturalmente desenvolvem atividades como leitura de mão, batizado e casamento cigano, falam a Chibi e participam de ações em alusão ao dia dos povos ciganos. RELIGIÃO: cristãos e kardecistas.
Trabalho	desenvolvem atividades econômicas autônomas com trocas e vendas e artesanato
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	desconhecem políticas públicas voltadas para ciganos.Recebem orientação e auxílio do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública de Minas Gerais. Relatam casos de ciganofobia.

	O principal desafio está na regularização fundiária e demanda, como necessidade primária, o estado de segurança alimentar.
--	--

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.2.9 Ribeirão das Neves



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

155,105km² [2023]

População no último censo

329.794 pessoas [2022]

Densidade demográfica

2.126,26 hab/km² [2022]

População estimada

344.828 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

96,5% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,684 [2010]

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 91 sendo 47 beneficiárias do bolsa família – fonte - MDS

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa foi desenvolvida numa comunidade que encontra-se numa área de ocupação permanente no bairro Vera Cruz, cedida pelo Executivo municipal, por meio de termo de cessão de posse. Contempla 9 núcleos familiares totalizando aproximadamente 30 pessoas, entre as famílias, há 3 que fazem rotas sazonais voltadas para o desenvolvimento de atividades econômicas.

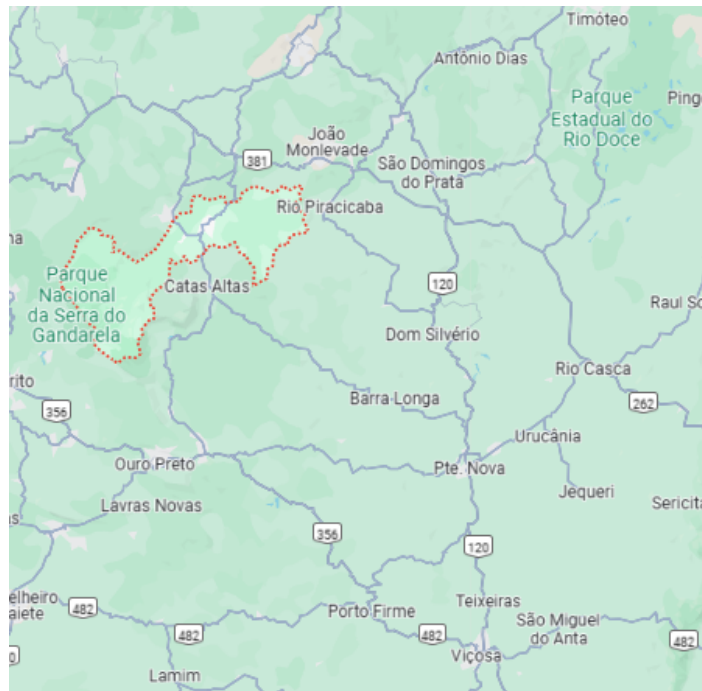
Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	área de ocupação permanente cedida pelo Executivo municipal, por meio de termo de cessão de posse. Todos vivem em uma estrutura de alvenaria.
Saneamento Básico	Regular
Acesso à água potável	Regular
Energia Elétrica	Regular
Assistência Social - CRAS	<i>As famílias que se adequam aos critérios socioeconômicos são contempladas com o programa Bolsa Família. Estão cadastrados no CAD Único.</i>
Saúde	<i>Acessam a atenção primária e secundária de saúde, mas não recebem visitas dos agentes de saúde e de endemias</i>
Educação	02 crianças e 05 adolescentes estão regularmente matriculados em instituições públicas de ensino, quanto aos adultos são analfabetos
Cultura	Sobre as práticas culturais, mantém o uso da Chibi; casamento e batizado cigano; vendas e trocas. São todos católicos.
Trabalho	A atividade econômica do grupo é centrada na prática autônoma de vendas e trocas.
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	<i>01 idoso beneficiário de auxílio previdenciário.</i>
PCDS	
Observações	Relatam frequentes episódios de perseguição e preconceito, inclusive com verbalização de palavras torpes. Todos possuem documentos básicos de identificação. Desconhecem a existência de políticas públicas voltadas para ciganos.

	Registra-se que a cessão de território se fez por ação do Ministério Público Federal que pressionou e forçou uma reação do Executivo municipal.
--	---

Em termos de reconhecimento na esfera jurídica, verificou-se uma lei de promoção da igualdade racial.

Leis Municipais: LEI Nº 3943/2018. - Consolida as normas referentes a política municipal de Promoção da Igualdade Racial e cria a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com base na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- fonte <https://leismunicipais.com.br>

3.2.2.10 Santa Bárbara



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

684,505km² [2023]

População no último censo

30.466 pessoas [2022]

Densidade demográfica

44,51 hab/km² [2022]

População estimada

31.756 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

96,9% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,707 [2010]

Fonte – IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 56 famílias, 35 sendo beneficiárias do bolsa família – fonte – MDS

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa foi feita em duas comunidades do município de Santa Bárbara. A primeira comunidade é composta por 10 famílias (aproximadamente 50 pessoas) removidas da antiga habitação em razão do rompimento da barragem de Mariana em 2015, que era de propriedade da mineradora Samarco. O terreno ofertado pela empresa não faz parte da ação de indenização firmada em 2024, mas é uma ação de fomento e valorização de povos e culturas tradicionais. Foi solicitado ao Ministério Público Federal que pudesse agir em favor da comunidade para que essa pudesse ser inserida no rol dos indenizados. Metade do agrupamento empreende rotas sazonais pelo interior do estado.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	O espaço de habitação da comunidade compreende uma área de mais de sete mil metros quadrados (7.000 m ²), na zona rural bairro Severino José Antônio, vivem em estruturas de alvenaria
Saneamento Básico	Não especificado
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social – CRAS	estão inseridos no CADÚnico, recebem Bolsa Família, Kit Maternidade e Cartão Reforma. Há beneficiários do sistema previdenciário público. Todos possuem documentos básicos de identificação.
Saúde	Acessam o Sistema Único de Saúde, em nível básico e secundário, com atendimento voltado para doenças cardiovasculares e metabólicas.

Educação	10 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos são analfabetos.
Cultura	Destaca-se o domínio da Chibi, famílias extensas, casamento e batizado cigano; música e dança cigana. São católicos
Trabalho	A subsistência econômica realiza-se por meio de trocas e vendas
Mulheres	
Criança e adolescente	
Idosos	
PCDS	
Observações	Relatam não terem conhecimento de políticas públicas para ciganos, mas estão organizados por meio de associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Santa Bárbara. Possuem diálogo com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais. Relataram episódios de preconceito, como acusação de serem vetores de transmissão do SARS-COVID-19 durante a recente pandemia, como também, de terem higiene precária. A principal demanda apresentada é a inserção no mercado formal de trabalho.

A segunda comunidade que participou da pesquisa é também da etnia Calon e é composta por 7 famílias e um total aproximado de 40 pessoas. Da mesma forma em que na primeira comunidade, as famílias tiveram a sua habitação realocada como consequência do rompimento da barragem de Mariana em 2015. O território foi fruto de uma ação de indenização da empresa Samarco, após uma luta junto ao Ministério Público Federal para o reconhecimento da comunidade cigana como parte do grupo de comunidades tradicionais.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada a partir do contato repassado por Valdinalva Barbosa que mantém contato com a comunidade.
Acesso ao Local	Os pesquisadores tiveram como ponto de partida o bairro Palmares em BH, local que se hospedaram, visto que, realizaram viagem à área dos respectivos estados: Antônio e João Pedro do Rio de Janeiro e Lourdes de São Paulo. A distância é de 85 km, aproximadamente, 2 horas e 30

	<p>minutos; sendo que, o trajeto foi feito em mais de 3 horas, visto que, após prosseguirem pela Rodovia da Morte o aplicativo mostrou como opção o caminho pela região da Cia do Vale; ruas de terras, pista cheia de obstáculos e região de mato, local de difícil acesso; tendo os pesquisadores ficado preocupados com o trajeto devido a ser ermo e sem possibilidade de socorro em caso de acidentes. No retorno o trajeto mostrado foi de melhor qualidade ou talvez pelos mesmos já estarem preparados foi o que aparentou.</p>
Moradia	<p>A comunidade está localizada em terreno de aproximadamente 8 mil metros quadrados, está acima do nível da rua e há um barranco acima das construções, inclusive, a casa que visitamos a parede do fundo está construída encostada no barranco, denotando que se houver desmoronamento a mesma será atingida; são cerca de 08 casas em construção no estilo rancho</p>
Saneamento Básico	<p>Não tem acesso – escoamento no riacho próximo</p>
Acesso à água potável	<p>Sim</p>
Energia Elétrica	<p>Parcial apenas um relógio instalado para todas as famílias, o que já ocasionou atritos.</p>
Assistência Social – CRAS	<p>Atendidos pelo CRAS e cadastrados no CADÚnico, recebem Bolsa Família, Kit Maternidade.</p>
Saúde	<p>Acessam o Sistema Único de Saúde, em nível básico e secundário, com atendimento voltado para doenças cardiovasculares e metabólicas.</p>
Educação	<p>10 crianças em idade escolar e regularmente matriculadas em instituições públicas de ensino. Os adultos são analfabetos.</p>
Cultura	<p>Mantém as tradições, casamento e batizado cigano; música e dança cigana. Preservam o idioma chibi. São católicos. Foram contemplados por emenda parlamentar com curso de corte e costura, tendo adquirido máquinas através desse aporte financeiro.</p>
Trabalho	<p>Autônomos – comercialização de diversos produtos por parte dos homens. Um dos mais jovens trabalha com registro em CP</p>
Mulheres	<p>Atividades domésticas – venda de panos de pratos e leitura de mãos. Uma das mulheres trabalha na escola próxima.</p>
Criança e adolescente	<p>educação</p>

Idosos	Não identificado
PCDS	Não identificados
Observações	Estão organizados por meio de associação civil denominada de Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Santa Bárbara. Possuem diálogo com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, principais demandas apresentadas: acesso ao trabalho, melhores condições de moradia. Relataram episódios de discriminações em pontos comerciais.

Quanto ao reconhecimento de povos ciganos por parte do município de Santa Bárbara em termos jurídicos, houve apenas um registro de lei municipal que destina uma área de camping destinada a ciganos.

Leis Municipais:

LEI Nº 1743/2014

Dá Denominação a Área de Camping destinada ao Acampamento dos Ciganos

Fonte: site www.leismunicipais

3.2.2.11 Sete Lagoas



Fonte - <https://mapas.com.br/brasil/minas-gerais>

Área Territorial

536,928km² [2023]

População no último censo

227.397pessoas [2022]

Densidade demográfica423,51 hab/km² [2022]**População estimada**

237.931 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,6% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,760 [2010]

Fonte - IBGE**Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO:** 56 famílias, 35 sendo beneficiárias do bolsa família – fonte – MDS**Panorama geral da pesquisa no município**

A pesquisa foi desenvolvida numa comunidade composta por aproximadamente 40 pessoas, distribuídas em 10 núcleos familiares e, diferentes das demais comunidades pesquisadas, nela as famílias não estão agrupadas de forma densa, mas dispersas em propriedades diversas nas dez casas em que residem. Em Sete Lagoas, não se registra situação de insegurança de posse.

Dados sobre a visita:	Não especificados
Acesso ao Local	Não especificado
Moradia	Casas construídas em alvenaria
Saneamento Básico	Regular
Acesso à água potável	Regular
Energia Elétrica	Regular
Assistência Social - CRAS	Não especificado
Saúde	acessam o sistema público de saúde sem nenhuma dificuldade, desde a atenção básica ao atendimento especializado para doenças metabólicas e cardiovasculares
Educação	Há seis crianças matriculadas na rede pública de ensino
Cultura	Preservam a Chibi e a leitura de mãos
Trabalho	Atividades culturais ligadas às ações econômicas, realizam leitura de mão, trocas e vendas como fonte de renda
Mulheres	
Criança e adolescente	

Idosos	
PCDS	
Observações	Reivindicam como principal demanda a inclusão dos povos ciganos nas esferas de decisão políticas

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.2.12 Belo Horizonte e Contagem

Belo Horizonte é um município brasileiro e a capital do estado de Minas Gerais. Sua população é estimada em 2 315 560 habitantes. *Contagem* é um município do estado de Minas Gerais, distante 21 km da capital mineira. A sua população é estimada em 621 865 habitantes. Ambas as cidades integram a Macrorregião denominada de Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As duas cidades reúnem uma expressiva quantidade de ciganos Rom's, subgrupo Kalderash, que transitam entre os dois municípios, tendo endereço nos dois espaços. Por se tratar do mesmo grupo, optou-se por uma descrição conjunta. O trabalho de campo desenvolvido no local contou com a participação da liderança Leonardo Costa Kwiek.

Residentes nos limites urbanos, os ciganos relacionam-se com o território de forma dispersa e em adensamentos grupais. Distribuídos em duzentos e cinquenta (250) núcleos familiares, totalizam dois mil e quinhentas (2.500) pessoas. Estima-se que pelo menos vinte (20) famílias ainda fazem rotas sazonais, utilizando barracas de lona. Todos possuem residência, em estrutura de alvenaria. Utilizam transporte privado para locomoção.

Das condições de moradia, registra-se que parte considerável de membros do grupo reside em bairros de classe média alta e de elite. Todos possuem acesso à água, energia elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo e internet. Desenvolvem atividades econômicas variadas, tais como: autônomos (vendas e trocas); empresarial; servidores públicos; profissionais liberais.

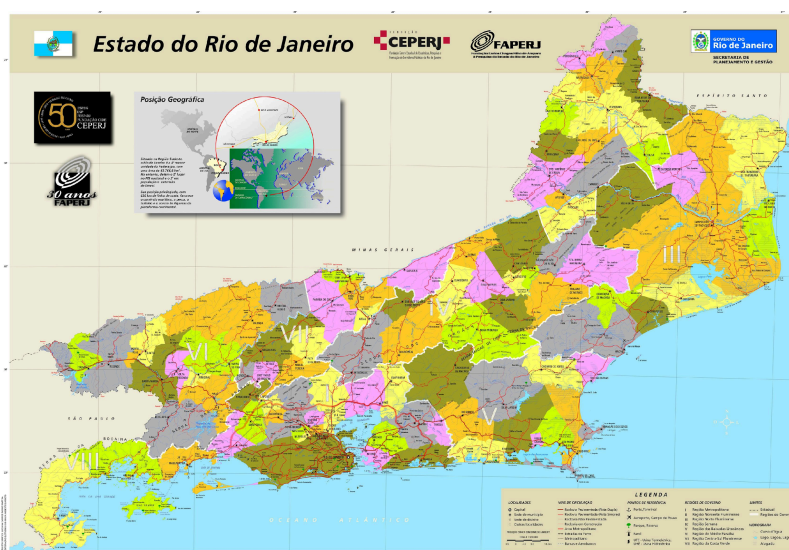
Há pelo menos mil (1000) crianças regularmente matriculadas em instituições públicas e privadas. Os adultos foram alfabetizados, inclusive com acesso ao ensino superior. A graduação mais acessada é a de Direito. Não se registra acesso aos programas sociais. Há pessoas com acesso à previdência, tanto pública como privada. Acessam serviços de saúde nas redes pública e privada, com ênfase em doenças cardiovasculares e metabólicas. Parte do grupo possui convênio médico.

Recentemente tomaram conhecimento de políticas públicas e ações voltadas para ciganos. Integram conselhos políticos (municipal e federal). Possuem uma associação civil denominada de Confederação dos Rom's. Acessam editais de fomento à cultura. Todos possuem documentos de identificação.

De origem polonesa, falam o romanês. Preservam como prática cultural a distinção hierárquica entre gêneros, com predomínio dos homens. Além disso, fazem leitura de mão e de cartas, possuem famílias extensas, realizam casamento cigano e batizado. A música e a dança são preservadas. Estão no espectro religioso do cristianismo.

Relataram a persistência de violência policial, preconceito nos órgãos públicos e perseguição contra as crianças em ambiente escolar. Defendem como necessidade primária a ocupação de posições políticas em conselhos que estão em posse de não ciganos; construção de centro cultural e respeito à autodeterminação.

3.2.3 Rio de Janeiro



Área Territorial

43.750,425km² [2023]

População no último censo

16.055.174 pessoas [2022]

Densidade demográfica

366,97 hab/km² [2022]

População estimada

17.219.679 pessoas [2024]

Matrículas no ensino fundamental

1.945.098 matrículas [2023]

Fonte: IBGE

O estado do Rio de Janeiro está localizado no meio do sudeste brasileiro, tendo limites territoriais com os outros 3 estados que compõem a região. Há 92 municípios no Rio de Janeiro, entre os quais há 50 onde se registram mais de 10 famílias ciganas. Segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), há 543 famílias ciganas, entre as quais 243 se beneficiam do programa bolsa família. O desenvolvimento da pesquisa neste estado abrangeu um total 201 pessoas distribuídas em 47 famílias e implicou no trabalho de campo em 3 municípios.

CIDADE	CAD ÚNICO	BOLSA FAMÍLIA	MAPEADAS
Barra do Pirai	11	8	
Bom Jesus do Itabapoana	26	10	
Campos dos Goytacazes	40	17	30
Carapebus	71	8	
Conceição de Macabu	21	0	
Itaperuna	24	12	
Natividade	16	8	
Nova Iguaçu	12	7	
Pinheiral	10	1	
Porto Real	38	19	
Quissamã	72	51	
Resende	17	5	Migração SP
Rio das Ostras	37	1	
Tanguá	43	24	13

Formalmente, não há leis dirigidas especificamente à população cigana no estado do Rio de Janeiro, havendo determinações jurídicas apenas vinculadas à igualdade racial. Quanto ao panorama de reconhecimento legal nos âmbitos municipais, há dispositivos de valorização da cultura cigana através de políticas como o reconhecimento do dia de Santa Sara Kali nas cidades de Rio de Janeiro (Lei 8137/2023) e Nova Iguaçu (Lei 5216/2024); a valorização da cultura cigana (Lei 3751/2022), entre outros dispositivos que afirmam um compromisso com a igualdade racial.

LEIS ESTADUAIS:

Decreto 47931/2022 - RJ
CONVOCA A V CONFERÊNCIA ESTADUAL

Decreto 47769/2021 - RJ
APROVA, SEM AUMENTO DE DESPESA, A ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO NEGRO - CEDINE/RJ PARA CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO NEGRO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CEDINEPIR/RJ, APROVANDO SEU REGIMENTO INTERNO.

Lei Ordinária 8271/2018 - RJ
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019.

Lei Ordinária 7126/2015 - RJ
INSTITUI O PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Decreto 44205/2013 - RJ
CONVOCA A III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto 44204/2013 - RJ
INSTITUI O PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL PEPIR/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: site www.leisestaduais

LEIS MUNICIPAIS

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 8137/2023 - /RJ
Inclui o Dia do Aniversário de Santa Sara Kali, Padroeira dos Ciganos, no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1817/1991 - /RJ
CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE ESTUDOS CIGANOS DO BRASIL.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5216/2024 - /RJ
FICA INSTITUÍDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS CIDADE DE NOVA IGUAÇU, O DIA MUNICIPAL DE SANTA SARA KALI A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 24 DE SETEMBRO.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 6155/2023 - /RJ
Estabelece nova Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Tutelares do Município de Volta Redonda e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 50207/2022 - /RJ
Convoca a V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3751/2022 - /RJ
DISPÕE SOBRE A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA CIGANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 6250/2017 - /RJ
Altera a alíquota padrão do ITBI, promove alterações e inserções de dispositivos relativos a IPTU e TCL, inclusive na Planta Genérica de Valores - PGV de imóveis, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 39713/2015 - /RJ
APROVA O 1º PLANO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5242/2011 - /RJ
CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE ÀS CONCESSÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2647/2008 - /RJ
(Dispõe sobre a Política Municipal de igualdade racial e das outras providências).

Portal LeisMunicipais Decreto 19149/2000 - /RJ
ALTERA O ANEXO DO DECRETO Nº 15.793, DE 4 DE JUNHO DE 1997.

Portal LeisMunicipais Decreto 28/1975 - /RJ
Reconhece como logradouros públicos do Município do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas e a praça que menciona, situadas na XVI Região Administrativa - Jacarepaguá.

Fonte: site www.leismunicipais

As

Acampamentos	Número de comunidades	CIDADES	Número de Famílias	Número de Pessoas
01	01	TANGUÁ -zona urbana	13	30
TOTAIS:				
Casas	01	CAMPOS DOS GOYTACAZES – zona rural	30	160
TOTAIS:	02	02	43	190
GERAL:	Comunidades mapeadas: 02	Cidades mapeadas = 02	famílias mapeadas = 43	Pessoas= 190

comunidades ciganas mapeadas no Estado do Rio de Janeiro encontram-se em áreas urbanas

DADOS DE MORADIA

CIDADES	MORADIA	SANEAMENTO	ÁGUA POTÁVEL	E. ELÉTRICA	POSSE
----------------	----------------	-------------------	---------------------	--------------------	--------------

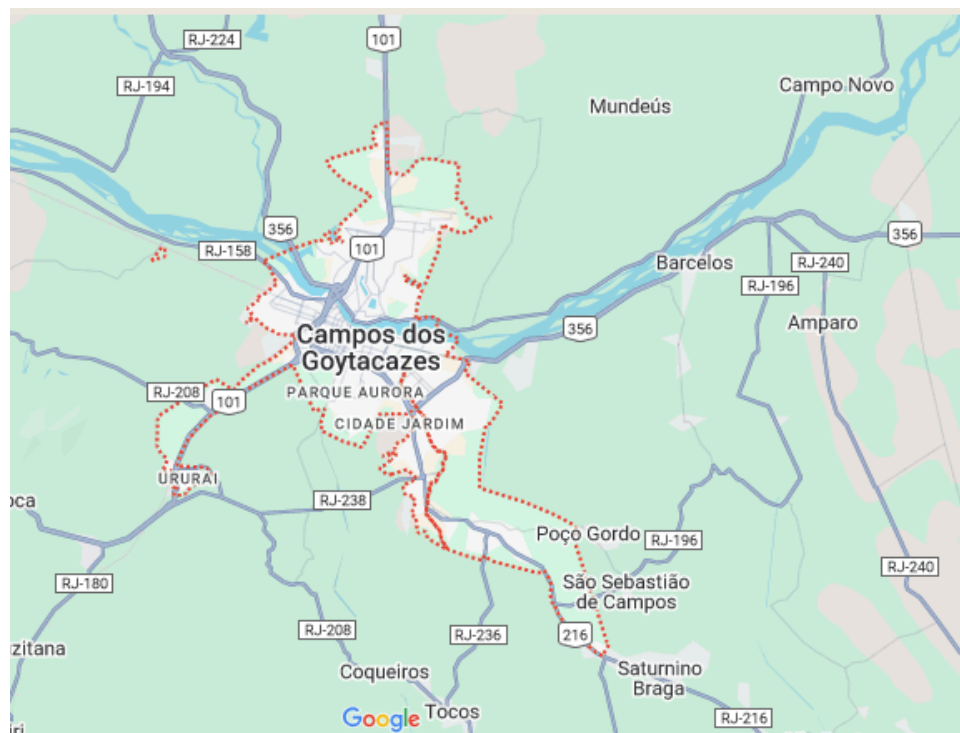
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Alvenaria e barracas de lonas	fossas	regular	regular	própria
TANGUÁ	Barracas de lonas	Escoamento a céu aberto	Irregular	irregular	Não informado

ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE			EDUCAÇÃO
CAMPOS DOS GOYTACAZES	São atendidos pelo CRAS estão cadastrados no CADÚNICO e as famílias que atendem as exigências são beneficiárias do bolsa família, não demonstraram insatisfação quanto ao atendimento.	São atendidos pelos profissionais da UBS			14 crianças frequentam a rede pública de ensino, os adultos não são alfabetizados
TANGUÁ	Estão cadastradas no CAD ÚNICO, os que atendem as exigências estão inseridos no programa de bolsa família; relatam dificuldades na relação com os profissionais do CRAS pela burocracia para agendamentos.	São atendidos na unidade básica do bairro; relatam dificuldades para atendimentos especializados; tendo um dos membros recentemente tendo optado por buscar atendimento de saúde na cidade de Resende			As crianças estão matriculadas na rede pública de ensino; os adultos não são alfabetizados, apenas duas mulheres não ciganas casadas com ciganos declararam ter concluído o ensino fundamental.
CIDADES	MULHERES	CRIANÇAS	IDOSOS	PCDS	ADULTOS
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Atividades domésticas, venda de panos de prato e leitura de mãos	Educação	03 idosos BPC	Não identificados	Não alfabetizados
TANGUÁ	Cabe o papel das tarefas domésticas e o trabalho de venda de pano de prato. Relação	Observou-se em uma das famílias a defesa do casamento aos 13 anos...ferindo	Não há nenhum membro caracterizado como idoso	Não identificado	Não alfabetizados

	hierárquica patriarcal	a legislação vigente.			
CIDADES	CULTURA	REPRESENTAÇÕES	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Mantém as tradições de casamentos, batizados e demais festividades. Utilizam o idioma chibi para comunicação interna. Desconhecem editais e políticas públicas voltadas para ciganos	Desconhecem políticas públicas e associações representativas.	Os homens são autônomos comercializando diversos produtos	Não contribuem	
TANGUÁ	Mantém a prática do idioma chibi, casamentos, batizados. Desconhecem editais e ou ações culturais governamentais	Desconhecem políticas públicas direcionadas aos ciganos; não participam de associações e ou conselhos. A relação com os facilitadores da visita se dá numa relação assistencial	Autônomo: os homens trabalham no comércio informal e as mulheres com venda de panos de pratos; não fazem leitura de mãos	Não contribuem	
<u>DISCRIMINAÇÕES:</u>					
<u>CAMPOS DOS GOYTACAZES:</u> , foram vítimas de discriminação devido ao uso das vestimentas típicas; situações vivenciadas em supermercados					
<u>TANGUÁ:</u> relatos de atendimentos diferenciados em serviços públicos e em supermercados e comércios.					
<u>EXPECTATIVAS:</u>					
<u>CAMPOS DOS GOYTACAZES:</u> Dificuldades em terminar as obras, a construção das casas, a falta de asfalto; almejam construção de ranchos para todos					
<u>TANGUÁ:</u> Expectativa passiva de regularização fundiária, melhorias no atendimento na área da saúde					

3.2.3.1 Campos dos Goytacazes



Fonte - <https://www.mapas.com.br/brasil/rio-de-janeiro>

Área Territorial

4.032,487km² [2023]

População no último censo

483.540 pessoas [2022]

Densidade demográfica

119,91 hab/km² [2022]

População estimada

519.011 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,3% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,716 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 39 famílias, sendo 17 beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

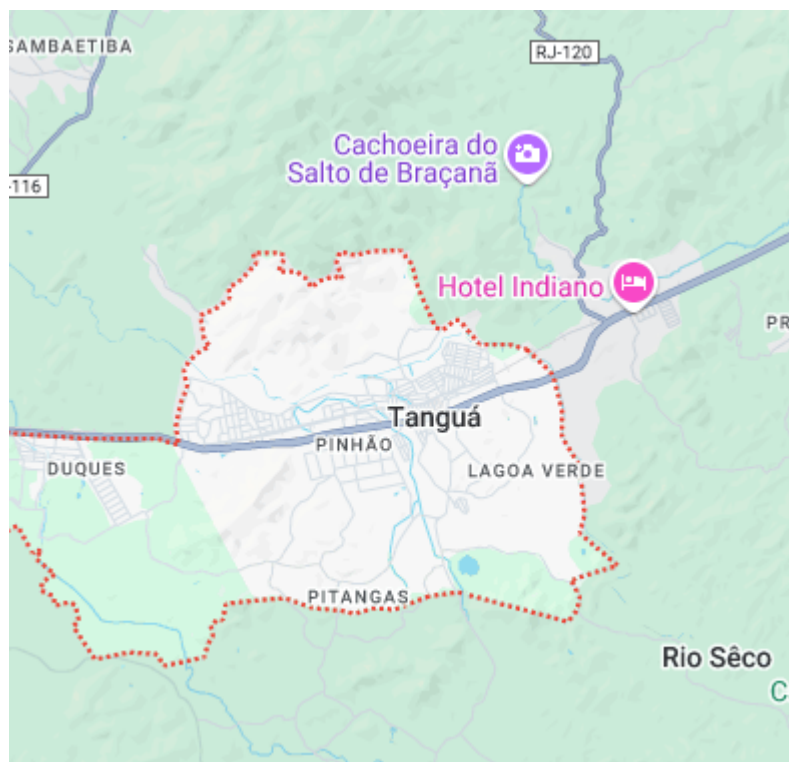
A pesquisa foi realizada na comunidade de Tocos, nela há aproximadamente 160 pessoas, organizadas em 30 núcleos familiares da etnia Calon. Relatam que se encontram nessa localidade há mais de 10 anos, têm laços familiares com ciganos de Quissamã e com os que residiam na cidade de Resende e migraram para o interior do estado de São Paulo.

Dados sobre a visita	A visita foi articulada através de Alvaro Alvarez que embora não seja cigano mantém contato com as famílias devido ao trabalho desenvolvido pelo Suporte de Tendas Ciganas, grupo do qual é o idealizador que é integrante da Roda Cigana – Rede Humanitária, bem como, junto a Marcelo Vacite da União Cigana do Brasil nesta data representando a Associação Comunitária Otávio Maia
Acesso ao local	Para acessar o local foram utilizados 2 carros de passeios: 1. Do coordenador de campo Antônio Cláudio em companhia da pesquisadora Lourdes e de João Pedro e de outro de Marcelo Vacite em companhia de sua esposa Claudia Arruda, Álvaro que se deslocaram de Tanguá, visto que, visitaram também aquela comunidade. O percurso percorrido de uma comunidade a outra foi de 3 horas e 30 minutos; a distância é de 213 km e do Rio de Janeiro à Campos dos Goytacazes de 275 km aproximadamente 4 horas. Devido ao percurso percorrido optou-se por hospedagem em Hotel em Campos de Goytacazes antes do retorno ao Rio de Janeiro no caso da maioria e no caso do pesquisador Antônio e Lourdes em Teresópolis. Embora de Tanguá a Campos de Goytacazes o percurso seja em linha reta, uma parte até a chegada a comunidade a pista está em condições ruins e há muitas lombadas não sinalizadas. A comunidade está localizada no que podemos classificar de zona rural da cidade. Praticamente caracterizada como uma vila; devido a quantidade, casas e barracas e os espaços existentes que lembram ruas.
Moradia	A comunidade está em terreno de terra batida e conta com 09 barracas de lonas estendidas sobre pontaletes de eucaliptos e 15 casas, a maioria em fase de construção. O terreno é de propriedade de ciganos que vão repassando através de compra e venda aos demais,
Saneamento Básico	fossas

Acesso à água potável	regular
Energia Elétrica	regular
Assistência Social – CRAS	São atendidos pelo CRAS estão cadastrados no CADÚNICO e as famílias que atendem as exigências são beneficiárias do bolsa família, não demonstraram insatisfação quanto ao atendimento.
Saúde	São atendidos pelos profissionais da UBS
Educação	14 crianças frequentam a rede pública de ensino, os adultos não são alfabetizados
Cultura	Mantém as tradições de casamentos, batizados e demais festividades. Utilizam o idioma chibi para comunicação interna. Desconhecem editais e políticas públicas voltadas para ciganos
Trabalho	Os homens são autônomos comercializando diversos produtos
Mulheres	Atividades domésticas, venda de panos de prato e leitura de mãos
Criança e adolescente	educação
Idosos	03 idosos BPC
PCDS	Não identificados
Observações	Dificuldades em terminar as obras, a construção das casas, a falta de asfalto, na colocação de mercado de trabalho; por vezes, foram vítimas de discriminação devido ao uso das vestimentas típicas. Situações vivenciadas em supermercados; os que residem em barracas almejam a construção de ranchos

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.3.1 Tanguá



Fonte - <https://www.mapas.com.br/brasil/rio-de-janeiro>

Área Territorial

143,007km² [2023]

População no último censo

31.086 pessoas [2022]

Densidade demográfica

217,37 hab/km² [2022]

População estimada

32.858 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,1% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,654

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 43 famílias, sendo 24 beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

As 13 famílias Calon que atualmente residem no Acampamento de Tanguá (aproximadamente 53 pessoas), incluído na pesquisa do sudeste, estão acampadas há cerca de 5 anos nessa área tem parentes em outras comunidades ciganas do Rio de Janeiro, bem como, na cidade de Taubaté – SP; mais especificamente na comunidade de Santa Teresa; em Roseira estes que anteriormente residiam em Resende e cerca de 03 membros da família que ainda residem em casas naquela cidade. O acampamento está localizado no bairro recanto dos Bandeirantes, tendo como ponto de referência estar atrás do posto de gasolina Recanto dos Bandeirantes, na área periférica da cidade.

Dados sobre a visita:	A visita foi articulada através de Alvaro Alvarez que embora não seja cigano mantém contato com as famílias devido ao trabalho desenvolvido pelo Suporte de Tendas Ciganas, grupo do qual é o idealizador que é integrante da Roda Cigana – Rede Humanitária, bem como, junto a Marcelo Vacite da União Cigana do Brasil nesta data representando a Associação Comunitária Otávio Maia
Acesso ao Local	Para acessar o local foram utilizados 2 carros de passeios: 1. Do coordenador de campo Antônio Cláudio em companhia da pesquisadora Lourdes que se deslocaram de Niterói e outro de Marcelo Vacite em companhia de sua esposa Claudia Arruda, Álvaro e João Pedro; tendo tido como ponto de encontro o Posto de Gasolina Recanto dos Bandeirantes. Tanguá está a 66 km do marco zero do RJ (Praia de Fora - Urca) em torno de 1 hora e 20 minutos.
Moradia	O acampamento está localizado ao final de uma rua de terra batida; ao redor observa-se o crescimento de mato; as condições de higiene são precárias; ao redor vários objetos descartados, inclusive, móveis e lixo comum; o que indica a não coleta regular de lixo. Não há inundações, mas devido às chuvas pela dificuldade de escoamento, são formadas grandes poças de água, conseqüentemente, muito barro e relataram que é uma situação constante o barro. Residem em barracas de lonas em condições precárias, estendidas sobre pontalões de eucalipto, não há divisórias nas barracas de quaisquer espécies, o ambiente é único e

	móveis e eletrodomésticos estão distribuídos no espaço.
Saneamento Básico	Não tem acesso, parte utiliza-se de banheiro localizado em casa ao lado construída em alvenaria da qual um dos ciganos tem a posse por contrato de gaveta. Os demais não têm acesso, não há fossas; aparentemente, os dejetos são dispensados em ambiente aberto.
Acesso à água potável	Irregular (gato)
Energia Elétrica	Irregular
Assistência Social – CRAS	Estão cadastradas no CADÚnico, os que atendem as exigências estão inseridos no programa de bolsa família; relatam dificuldades na relação com os profissionais do CRAS pela burocracia para agendamentos.
Saúde	São atendidos na unidade básica do bairro; relatam dificuldades para atendimentos especializados; tendo um dos membros recentemente tendo optado por buscar atendimento de saúde na cidade de Resende.
Educação	18 crianças estão matriculadas na rede pública de ensino; os adultos não são alfabetizados, apenas duas mulheres não ciganas casadas com ciganos declararam ter concluído o ensino fundamental.
Cultura	Mantém a prática do idioma chibi, casamentos, batizados. Desconhecem editais e ou ações culturais governamentais
Trabalho	Autônomo: os homens trabalham no comércio informal e as mulheres com venda de panos de pratos; não fazem leitura de mãos
Mulheres	Cabe o papel das tarefas domésticas e o trabalho de venda de pano de prato. Relação hierárquica patriarcal.
Criança e adolescente	Observou-se em uma das famílias a defesa do casamento aos 13 anos, ferindo a legislação vigente.
Idosos	Não há nenhum membro caracterizado como idoso
PCDS	
Observações	Expectativa passiva de regularização fundiária, melhorias no atendimento na área da saúde. Desconhecem políticas públicas direcionadas aos ciganos; não participam de associações e ou conselhos. A relação com os facilitadores da visita se dá numa relação assistencial.

equipe sudeste incluiu 11 municípios onde 1178 pessoas se distribuem em 306 famílias, no território pesquisado constam 9 acampamentos.

CIDADES	CADÚNICO	B. FAMÍLIA	MAPEADAS
AGUAÍ	42	20	
ÁLVARES MACHADO	29	24	
ARAÇATUBA	13	8	
AREALVA	16	8	
ARTUR NOGUEIRA	16	13	
CAÇAPAVA	16	7	
CAMPINAS	23	7	
CASA BRANCA	62	35	
ELISIÁRIO	10	0	
EMBU DAS ARTES	16	6	13
FRANCISCO MORATO	3	1	12
GUARULHOS	54	14	
IBIRÁ	28	18	
IBITINGA	6	3	
ITAPECERICA DA SERRA	13	7	24
ITAPEVI	13	11	
ITAQUAQUECETUBA	78	44	33
ITOBI	12	6	
JABOTICABAL	13	7	
MARAPOAMA	14	0	
MIGUELÓPOLIS	40	22	
MOGI DAS CRUZES	13	4	15
OLÍMPIA	16	3	
ORIENTE	10	2	
PATROCÍNIO PAULISTA	28	9	
PINDAMONHANGABA	50	25	30
PIRACICABA	8	5	
PITANGUEIRAS	22	12	
ROSEIRA	42	25	55

SALTO GRANDE	14	9	
SANTA FÉ DO SUL	25	12	
SANTO ANTÔNIO DE POSSE	30	14	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	11	10	
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	18	6	
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	14	5	
SÃO MIGUEL ARCANJO	7	6	
SÃO PAULO	67	30	59
SOCORRO	25	20	
SOROCABA	9	8	
TANABI	60	0	
TAUBATÉ	83	40	55

Quanto ao reconhecimento das populações ciganas no estado de São Paulo, não constam leis estaduais que as afetem direta ou indiretamente. Dentre o levantamento de dispositivos jurídicos disponíveis para estas populações, a equipe encontrou duas leis anti ciganas, uma delas ainda em vigor: o município de Monte Alto, na lei 597 de 1928, ao instituir o seu código de conduta determina a proibição de “ciganos andando em bando”, estipulando uma multa de R\$50mil reais, e, na reincidência, 5 dias de prisão; da mesma forma, no município de Serra Negra está a lei 91 de 1919 - ainda em vigor -, que também institui o código de posturas, exige-se que quando haja “um bando ou companhia de ciganos” este deverá ser intimado a abandonar a cidade e, em caso de permanência, a cobrança de uma multa também de R\$ 50 mil reais.

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO: LEI Nº 597, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1928²

² Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/serra-negra/lei-ordinaria/1919/10/91/lei-ordinaria-n-91-1919-codigo-de-posturas>

Art. 294. É proibido vagarem ou arrancharem em bandos de ciganos em qualquer ponto do município. Multa de R\$ 50.000 além da obrigação de se mudarem imediatamente. Na reincidência prisão por cinco dias.

MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA: LEI Nº 91, DE 17 DE SETEMBRO DE 1919³ - Código de Posturas

Norma em vigor

Art. 71. Quando um bando ou companhia de ciganos fôr encontrado no município, será intimado a retirar-se imediatamente para fora dos respectivos limites, e si no fim de 12 horas não tiver obedecido à intimação, incorrerá o chefe na multa de 50\$ 000, sendo invocado o auxilio da policia se persistir.

Fonte: site www.leismunicipais

Simultaneamente, há amplos registros de leis municipais em São Paulo que buscam outorgar o reconhecimento da população cigana. Entre elas a instituição do dia dos ciganos (24 de maio), o reconhecimento de Santa Sara Kali; além disso, há também dispositivos jurídicos que buscam estabelecer a igualdade étnica e racial e a promoção de projetos de valorização cultural de minorias.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2951/2017 - /SP
"Institui o dia 24 de Maio como Dia dos Ciganos, que passa a integrar o calendário de Datas e Eventos da Prefeitura de Embu, e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 8749/2016 - /SP
Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara o "Dia de Santa Sara Kali - Festa dos Ciganos", a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 15644/2012 - /SP
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DA FESTA DE SANTA SARA KALI, PROTETORA DOS CIGANOS, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 24 DE MAIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 2880/2009 - /SP
Regulamenta a Lei nº 2169-A, de 03 de julho de 2009, que inclui no Calendário Oficial do Município o Dia dos Ciganos, a ser comemorado, anualmente, em 24 de maio. Proc. nº 29955/09

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2169/2009 - /SP
INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO O DIA DOS CIGANOS, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, EM 24 DE MAIO.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3724/2004 - /SP
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CIGANOS MOTO CLUBE DE ARARAS - SP.

³ Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisOrdinarias/597-1928>

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4685/1996 - /SP

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS DE CIGANOS, DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DE PROPAGANDAS QUE CONTENHAM APELOS SEXUAIS, A MENOS DE 500 (QUINHENTOS) METROS DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 15042/2025 - /SP

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL "MÃE NEIDE RIBEIRO" DE PROTEÇÃO DAS CULTURAS TRADICIONAIS, DESTINADA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO DOS MUNICÍPIOS AOS DIREITOS CULTURAIS E SALVAGUARDA DAS MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 6462/2025 - /SP

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 77/2025 - /SP

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 23167/2024 - /SP

"Constitui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Araçatuba - COMPIR (biênio 2024/2026), nos termos da Lei Municipal nº 7.587/13"

Portal LeisMunicipais Decreto 6942/2024 - /SP

"Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Cultura de Adamantina e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Decreto 6939/2024 - /SP

"Regulamenta a Lei Federal nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura e dá outras providências".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 6225/2024 - /SP

Altera os artigos 11, 12 e 13 da Lei Municipal nº 3.816, de 22 de julho de 2005, que cria no Município de Mauá a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4342/2024 - /SP

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 3.244, de 04 de julho de 2007 e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4244/2024 - /SP

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 419/2024 - /SP

Dispõe sobre: a revisão e atualização do Plano Diretor do Município de Francisco Morato e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 12806/2023 - /SP

(Estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Sorocaba e dá outras providências).

Portal LeisMunicipais Decreto 9224/2023 - /SP

Dispõe sobre a utilização de recursos transferidos pela União, nos termos da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, bem como de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março 2023, para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural do Município de Cotia, e dá outras providências correlatas.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7246/2023 - /SP

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial - FMPIR, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 1201/2023 - /SP

"Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 694 de 01 de Setembro de 2011 e dá outras providências."

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 101/2023 - /SP

ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE GARÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 43/2023 - /SP

"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TRANSFERIDOS PELA UNIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 195, DE 8 DE JULHO DE 2022, REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 11.525, DE 11 DE MAIO DE 2023, BEM COMO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO DECRETO FEDERAL Nº 11.453, DE 23 DE MARÇO 2023, PARA GARANTIR AÇÕES EMERGENCIAIS DIRECIONADAS AO SETOR CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 8054/2022 - /SP

Institui o Plano Municipal de Direitos Humanos de Guarulhos - PMDH e dá providências correlatas.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7672/2022 - /SP

Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Bauru e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 7271/2022 - /SP

Dispõe sobre a convocação da V Conferência Municipal da Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4875/2022 - /SP

Institui a Lei Municipal de Liberdade Religiosa no Município de Atibaia, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4709/2022 - /SP

DISPÕE sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de Itapeva, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3240/2022 - /SP

"Substitui o Anexo Único da Lei nº 2.902, de 23 de junho de 2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação - PME no Município de Martinópolis."

Portal LeisMunicipais Decreto 22/2022 - /SP

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 13020/2021 - /SP

Altera o Decreto nº 11.544, de 11 de outubro de 2017, que instituiu o Projeto Osasco Integra para implementar medidas que favoreçam a inclusão social e a melhor inserção ocupacional de minorias sociais.

Portal LeisMunicipais Decreto 12948/2021 - /SP

Altera o DECRETO nº 11.544, de 11 de outubro de 2017, que instituiu o Projeto Osasco Integra para implementar medidas que favoreçam a inclusão social e a melhor inserção ocupacional de minorias sociais.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4073/2021 - /SP

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2755/2021 - /SP

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e do Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUMPPIR, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 8986/2020 - /SP

Dispõe sobre a criação do Cadastro Municipal de Cultura da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer - Departamento de Cultura e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 519/2020 - /SP

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE CULTURA.

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 389/2020 - /SP

Disciplina e estabelece a arquitetura organizacional e administrativa da estrutura de pessoal da hierarquia superior da Administração Direta do Executivo Municipal de Osasco e constitui diretrizes gerais obrigatórias para as demais leis que tratarem do tema.

Portal LeisMunicipais Decreto 20456/2019 - /SP

Constitui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Araçatuba - COMPIR (biênio 2018/2020)

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7253/2019 - /SP

Determina a afixação de cartaz informando o serviço de Disque Denúncia Nacional, para os casos de violação dos direitos humanos, no âmbito do município de Indaiatuba, e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 4620/2019 - /SP

"Institui o Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial do Guarujá - PLAMIR e dá outras providências."

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 368/2019 - /SP

Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão - SDTI, dá nova denominação e outras providências.

Portal LeisMunicipais Decreto 4497/2018 - /SP

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 11544/2017 - /SP

Institui o Projeto Osasco Integra para implementar medidas que favoreçam a inclusão social e a melhor inserção ocupacional de minorias sociais.

Portal LeisMunicipais Decreto 7848/2017 - /SP

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA "IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL" NA CIDADE DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 6767/2017 - /SP

Aprova o Regimento Interno da eleição do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial - COMPIR, instituído pela Lei Municipal nº 5.357, de 26 de novembro de 2009.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 5210/2017 - /SP

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ, NO QUE SE REFERE AOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, CRIA O RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO E FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3396/2015 - /SP
ALTERA O ARTIGO 5º DA À lei 2.531, de 21 de JUNHO de 2004, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 2827/2015 - /SP
INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 17259/2014 - /SP
"Constitui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Araçatuba - COMPIR (biênio 2014/2016)"

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 3267/2014 - /SP
"Institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR".

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 17004/2013 - /SP
Institui o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências.

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 10617/2013 - /SP
INSTITUI O "DIA DOS MÁRTIRES E VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO NAZISTA" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 10465/2013 - /SP
"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA III CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA BAIXADA SANTISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Portal LeisMunicipais Lei Ordinária 7587/2013 - /SP
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE ARAÇATUBA - COMPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Decreto 2345/2013 - /SP
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 2.330, DE 22 DE JULHO DE 2013, QUE CONVOCA A "III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPECERICA DA SERRA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portal LeisMunicipais Lei Complementar 74/2013 - /SP
ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 1.383, DE 29 DE JUNHO DE 1.983, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CIDADES	CULTURA	REPRESENTAÇÕES	TRABALHO	PREVIDÊNCIA
EMBU DAS ARTES I	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma.		Autônomos	Não contribuem

	Desconhecem iniciativas e ou editais. São católicos.	Desconhecem – relações pessoais de confiança		
EMBU DAS ARTES I I	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. São católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
FRANCISCO MORATO	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Parte católica outra evangélica	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ITAPECERICA DA SERRA I	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. São católicos.	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ITAPECERICA DA SERRA II	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Católicos e evangélicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ITAQUAQUECETUBA - I	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Católicos e evangélicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ITAQUAQUECETUBA - II	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. São Católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ITAQUAQUECETUBA - III	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem		Autônomos	Não contribuem

	iniciativas e ou editais. São Católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança		
MOGI DAS CRUZES	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. São evangélicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
PINDAMONHANGABA	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Evangélicos e católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
ROSEIRA	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Evangélicos e católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	Autônomos	Não contribuem
SÃO PAULO	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. Evangélicos e católicos	Tem um coletivo do acampamento	autônomos	Não contribuem
TAUBATÉ	Mantém as tradições: casamento, batizados, preservam o idioma. Desconhecem iniciativas e ou editais. São católicos	Desconhecem – relações pessoais de confiança	autônomos	Não contribuem

DISCRIMINAÇÕES: em todas as comunidades foram relatadas situações de discriminações, a maioria relatou ter sido vítima em supermercados e comércios, normalmente, por seguranças dos espaços comerciais; não relataram incidentes com as forças de segurança; também, foram unânimes em verbalizar que percebem tratamento diferenciado em repartições e ou serviços públicos, tais como, os de saúde, educação e assistência social

EXPECTATIVAS: moradia digna, acesso ao trabalho, educação e saúde. Não observam políticas públicas para os povos ciganos; demonstram incredulidade quanto à efetivação dessas políticas. Em termos de associações e ou organizações de defesa dos direitos dos povos ciganos, verbalizam,

terem relações pessoais de confiança com a pesquisadora LOURDES, que coordena a Roda Cigana e a conhecem como Lú em algumas visitas chegaram a buscar orientações sobre situações específicas.

As comunidades ciganas mapeadas no Estado de São Paulo encontram-se em áreas urbanas.

Acampamentos	Número de comunidades	CIDADES	Número de Famílias	Número de Pessoas
	01	Embu das Artes	07	30
	01	Francisco Morato	12	50
	02	Itaquaquecetuba	28	95
	03	Pindamonhangaba	30	135
	01	Roseira	55	205
	01	SP – Itaim	59	258
TOTAIS	09 – NOVE	06 – SEIS	191	773
Casas	01	Embu das Artes	06	20
	02	Itapecerica da Serra	08	25
	01	Itaquaquecetuba	21	80
	01	Mogi das Cruzes	15	55
	02	Taubaté	65	255
TOTAIS	07 – SETE	05 – CINCO	115	405
GERAL	16 Comunidades mapeadas	11 Cidades mapeadas	306 famílias mapeadas	1.178 pessoas

DADOS DE MORADIA

CIDADES	MORADIA	SANEAMENTO	ÁGUA POTÁVEL	E. ELÉTRICA	POSSE
EMBU DAS ARTES I	alvenaria	fossa	irregular	irregular	terceiros
EMBU DAS ARTES II	barracas	Não tem	irregular	irregular	terceiros
FRANCISCO MORATO	barracas	Não tem	irregular	irregular	alugado
ITAPECERICA DA SERRA I	alvenaria	tem	regular	regular	próprio

ITAPECERICA DA SERRA II	alvenaria	fossa	irregular	irregular	grilado
ITAQUAQUECETUBA - I	barracas	fossa	irregular	irregular	terceiros
ITAQUAQUECETUBA - II	barracas	Não tem	irregular	irregular	município
ITAQUAQUECETUBA - III	alvenaria	tem	tem	tem	próprio
MOGI DAS CRUZES	alvenaria	fossa	irregular	irregular	grilado
PINDAMONHANGABA	barracas	fossa	irregular	irregular	Área verde
ROSEIRA	barracas	fossa	poço	regular	terceiros
SÃO PAULO	barracas	fossa	irregular	irregular	terceiros
TAUBATÉ	casas	tem	regular	regular	próprio

ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
EMBU DAS ARTES I	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
EMBU DAS ARTES I I	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
FRANCISCO MORATO	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
ITAPECERICA DA SERRA I	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
ITAPECERICA DA SERRA II	Atendimento parcial	Unidades básicas	Rede pública
ITAQUAQUECETUBA - I	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
ITAQUAQUECETUBA - II	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
ITAQUAQUECETUBA - III	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública
MOGI DAS CRUZES	Atendimento parcial	Unidades básicas	Rede pública
PINDAMONHANGABA	Atendimento parcial	Unidades básicas	Rede pública
ROSEIRA	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública

SÃO PAULO	Atendimento com deficiência	Unidades básicas	Rede pública
TAUBATÉ	Atendimento total	Unidades básicas	Rede pública

CIDADES	MULHERES	CRIANÇAS	IDOSOS	PCDS	ADULTOS
EMBU DAS ARTES I	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	educação	Não identificado	Não identificado	analfabetos
EMBU DAS ARTES I I	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	educação	Não identificado	Não identificado	analfabetos
FRANCISCO MORATO	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	02 BPC	01	analfabetos
ITAPECERICA DA SERRA I	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	01 documentos irregulares	Não identificado	analfabetos
ITAPECERICA DA SERRA II	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	Não identificado	Não identificado	analfabetos
ITAQUAQUECETUBA - I	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	Não identificado	01 criança autista – BPC e 01 adulto cadeirante - BPC	analfabetos
ITAQUAQUECETUBA - II	Atividades domésticas e	Educação	02 BPC	Não identificado	analfabetos

	venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal				
ITAQUAQUECETUBA - III	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	Não identificado	Não identificado	analfabetos
MOGI DAS CRUZES	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	01 BPC	Não identificado	analfabetos
PINDAMONHANGABA	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	01 BPC	Não identificado	analfabetos
ROSEIRA	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	02 BPC	01 criança autista – BPC 01 suspeita de autismo	Duas mulheres não ciganas, casadas com calons; possuem ensino fundamental e ensino médio
SÃO PAULO	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	03 BPC	01 mulher cadeirante	03 homens e 02 mulheres ensino fundamental, 01 mulher ensino médio os demais analfabetos
TAUBATÉ	Atividades domésticas e venda de panos de prato – relação hierárquica patriarcal	Educação	Não identificado	01 criança autista -BPC 01 criança surda-muda 01 mulher surda-muda	05 semialfabetizados os demais analfabetos

3.2.4.1 Caçapava



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

368,990km² [2024]

População no último censo

96.202pessoas [2022]

Densidade demográfica

260,72 hab/km² [2022]

População estimada

99.678pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,788 2010

Fonte - IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 10 sendo beneficiárias 08 do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

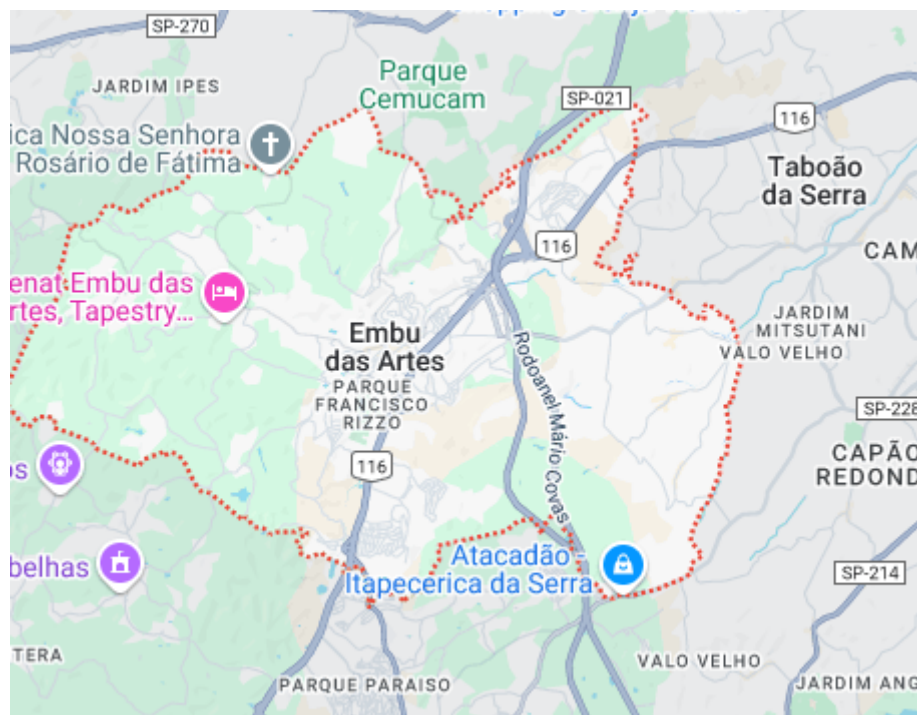
Na cidade de Caçapava, a pesquisa foi desenvolvida num grupo de aproximadamente 30 pessoas da etnia Calon distribuídas em 5 núcleos familiares. As famílias ciganas residentes no Parque Residencial Eldorado, constantemente, se deslocam a São Paulo se concentrando na zona norte, são mais introvertidas e buscam contato somente quando apresentam alguma demanda.

Dados sobre a visita:	A visita foi marcada através de contato da pesquisadora com uma das famílias, que recentemente encontrava-se em Juiz de Fora e retornou a Caçapava, que tem vínculo familiar com ciganos de Itapecerica da Serra.
Acesso ao Local	Para locomoção foi utilizado carro particular, o bairro é periférico; residem numa comunidade; o local é asfaltado e não houve dificuldades em acessar.
Moradia	Residem em casas alugadas; são de alvenaria, mas em péssimas condições; compostas por em média 02 cômodos; a família que serviu de ponte, reside numa espécie de garagem, sem móveis, ou eletrodomésticos; dormem em colchões e ofereceram banquetas de madeira para nos acomodar.
Saneamento Básico	Regular
Acesso à água potável	Regular
Energia Elétrica	Regular
Assistência Social – CRAS	Acessam o CRAS e creas relatam dificuldades para atendimento.

Saúde	acessam o sistema público de saúde.
Educação	Verbalizam que as crianças frequentam escolas
Cultura	Mantém a tradição de casamento, falam pouco a chibi.
Trabalho	Atividades culturais ligadas às ações econômicas, realizam leitura de mão, trocas e vendas como fonte de renda
Mulheres	Cabe o cuidado das crianças e atividades domésticas; sendo que, também efetuam vendas de panos de prato.
Criança e adolescente	
Idosos	Não há a presença
PCDS	Não há a presença
Observações	São analfabetos, fazem parte do grupo de ciganos denominados “ciganos paulistas”, são os que mais se deslocam pelo Estado e por vezes para Minas Gerais e Camboriú – SC. Em termos de vulnerabilidade social esse grupo é o que mais apresenta dificuldades em acessar os serviços públicos; bem como, podem ser caracterizados como pessoas vulneráveis e de certa forma vivem marginalizados; muitos dos membros se envolvem em conflitos com a lei, atualmente, cerca de 05 membros encontram-se em privação de liberdade.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.2 Embu das Artes



fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

População residente

250.691 pessoas [2022]

Densidade demográfica

3.561,05 hab/km² [2022]

Escolarização 6 a 14 anos

96,8% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,735 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 17 famílias cadastradas e 08 beneficiárias do bolsa família.

Panorama geral da pesquisa no município



Mapa de localização da comunidade de Jardim São Marcos em Embu das Artes
Fonte: Google Maps

Os ciganos residentes no Jardim São Marcos são da etnia calon; a área é utilizada para acampamentos há mais de 2 décadas, anteriormente, as barracas eram montadas no entorno do campo de futebol existente; há cerca de 6 anos segundo os residentes em casas de alvenaria, “o dono do terreno” teria feito acordo também com os demais moradores e, começaram a construir em área mais afastada da avenida; aparentemente, as construções encontram-se dentro do perímetro de segurança da ENEL (estação de energia).

Em casas em construção residem 06 famílias, aproximadamente, 20 pessoas; relataram dificuldades na comunicação com o CRAS, visto que, houve substituição da Gerente; há cerca de 5 anos vinham sendo acompanhados; sendo que o CRAS auxiliou com a questão de documentação de uma das famílias e estão cadastrados no CADÚNICO no Município; verbalizaram dificuldades em realizar matrícula escolar de uma das crianças, tendo o Defensor que esteve presente na visita se comprometido a encaminhar.

As 7 famílias residentes em barracas outrora acampavam nesse terreno, retornaram há cerca de um ano e meio, estavam em Campo Limpo Paulista; com o falecimento de uma cigana optaram por retornar a Embu das Artes; não tem nenhum acordo quer com o

“suposto dono” e ou com a Prefeitura. Se faz necessário o levantamento para se ter a clareza a quem pertence o terreno. São aproximadamente 30 pessoas.

Não há saneamento básico nas barracas, utilizam-se de água e luz através de “gatos”, ou seja, de forma irregular; as demandas apresentadas são de moradia digna, orientações há cerca dos protocolos dos serviços públicos.

Dados sobre a visita:	Somente foi possível agendar a visita; visto que, a pesquisadora por ser ativista conhece as famílias há mais de 10 anos e por várias vezes já esteve no local do acampamento; sendo que, através de contato telefônico confirmou tal visita. Em virtude dessa relação de conhecimento e de confiança estabelecida anteriormente foram bem recebidos. Nesta data também a coordenação para políticas públicas para os povos ciganos na pessoa de Sra. Edilma Nascimento realizou visita técnica juntamente com a Defensoria do Estado de São Paulo através do Defensor Eduardo Baker.
Acesso ao Local	Situado em bairro periférico da cidade de Embu das Artes – próximo a comunidade de periferia; para locomoção foi utilizado veículo automotor (carro de passeio); em termos de transporte público partindo do marco zero de São Paulo (Praça da Sé) se faria necessário a utilização de metrô linhas 3 e 4 e ônibus 089 e 056 no qual a duração do trajeto seria de aproximadamente 90 minuto
Moradia Sem acesso à moradia digna.	As famílias estão alocadas em terreno ao lado de uma “torre da Enel”, aparentemente, estão no perímetro de segurança; Cerca de 6 (seis) famílias estão construindo em alvenaria (casas) e as outras 7 (sete) vivem em barracas de lonas Kp 500; estendidas em pontaletes de eucalipto; no primeiro caso existem banheiros; sendo que, utilizam-se de fossas. No caso das demais, não há construção de local adequado para o despejo dos dejetos; não há saneamento básico; no que se refere ao acesso ao sistema de água utilizam-se de instalação irregular. Tanto as casas como as barracas estão em terreno de “terra batida”, o que durante as chuvas torna-se de difícil acesso.
Saneamento Básico	Não contam
Acesso à água potável	Instalação irregular
Energia Elétrica	Instalação Irregular
Assistência Social – CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO – Dificuldades na relação com os profissionais
Saúde	Utilizam-se dos serviços do Posto de Saúde – apresentando dificuldades em entendimento dos protocolos da saúde.
Educação	As crianças frequentam escolas, no caso dos adultos não concluíram ensino fundamental, semianalfabetos; sendo que, no caso das mulheres, observa-se uma menor escolaridade.

Cultura	Desconhecem iniciativas e ou editais (embora na cidade de Embu das Artes ocorram eventos denominados Ciganos), mantêm as tradições de casamentos, batizados e festividades. Utilizam como forma de comunicação o idioma Chibi.
Trabalho	Os homens trabalham com comercialização de correntes, máquinas de cortar cabelo, etc... As mulheres com a venda de pano de pratos
Mulheres	As relações são hierárquicas, o “poder” centralizado nos homens
Previdência Social	Não contribuem e desconhecem os mecanismos, exceto, o benefício do BPC
Representações políticas	As relações estabelecidas são pessoais, não participam de conselhos e demais fóruns.
Discriminação	Relatam que vivenciam “diferenciação no tratamento” por serem ciganos
Expectativas	Moradia digna - acesso aos serviços de forma plena

Quanto ao reconhecimento dos ciganos de Embu das Artes através de Leis Municipais, foi encontrada uma lei que institui o dia 24 de maio como o dia dos ciganos. Ao mesmo tempo também aparece o plano municipal de educação como parte das leis que reconhecem direta ou indiretamente os grupos ciganos.

Leis Municipais: Lei Ordinária 2951/2017 Norma em vigor: "Institui o dia 24 de Maio como Dia dos Ciganos, que passa a integrar o calendário de Datas e Eventos da Prefeitura de Embu, e dá outras providências".

Lei Ordinária 2827/2015 Norma em vigor: INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: <https://leismunicipais.com.br> e camara municipal

08 de Janeiro de 2025: ITAPECERICA DA SERRA + EMBU DAS ARTES

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através do seu Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos Tradicionais e Unidade Itapecerica da Serra, acompanhou visita técnica realizada pela Coordenação-Geral de Políticas para Ciganos do Ministério da Igualdade Racial a duas comunidades ciganas localizadas no Estado de São Paulo. A missão se iniciou no Município de Itapecerica da Serra, onde foi feita visita a comunidade localizada na Rua Jaceguava. O local de moradia consistia em loteamento aparentemente irregular. Segundo informações prestadas por habitantes, empresários teriam comprado a área da Prefeitura. Parte dos habitantes do loteamento são pessoas ciganas da etnia Kalon. O principal pleito diz respeito à regularização da área e extrapola apenas a realidade das pessoas ciganas no local. Há também problemas no acesso a serviços básicos, notadamente eletricidade, água e saneamento. No momento, nenhum desses serviços está regularizado e há demanda, pelos habitantes, incluindo as pessoas ciganas, para que haja sua regularização. A DPESP se colocou à disposição para ajudar ao MIR no tema da regularização, incluindo eventuais diálogos com o Poder Público local e à disposição do loteamento no tema dos serviços básicos (extrapolando do tema das comunidades tradicionais, o tema fica a cargo da unidade local, com apoio do NUPIR especificamente no que for pertinente à temática da tradicionalidade)

Em Embu das Artes (originalmente seria em Francisco Morato, mas houve mudança de última hora), o local de moradia, localizado na Rua Humaitá, era ocupado exclusivamente por pessoas ciganas da etnia Kalon. A maior parte consistia em barracões de lona, mas foi informado que havia construções de alvenaria mais ao final da rua. O local era próximo a uma estação de energia da ENEL e parecia que ao menos parte das construções encontrava-se dentro do perímetro de segurança do equipamento. Os temas também foram a regularização e acesso a serviços básicos. Os ciganos expressaram o desejo de permanecer no local, mas com a segurança da posse para poderem construir moradias de alvenaria. Caso não fosse possível, que fosse encontrado local próximo. Parece haver um problema de acesso à educação infantil/básica por parte das crianças ciganas do local. A comunidade ficou de retomar o contato com a DPESP para encaminhar esse tema específico do acesso à escola.

3.2.4.3 Francisco Morato



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

49,001km² [2023]

População residente

165.139 pessoas [2022]

Densidade demográfica

3.370,11 hab/km² [2022]

Escolarização 6 a 14 anos

95,8% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,703 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 03 famílias ciganas cadastradas no , 1 é beneficiária do bolsa família; a maioria possui o cadastro em outras cidades. Fonte: MDS.

Panorama geral da pesquisa no município



A pesquisa foi desenvolvida com os ciganos residentes no Acampamento Cigano de Francisco Morato, que são da etnia Calon. A área em que se encontram é utilizada para acampamentos há cerca de 4 anos, e é um terreno alugado de um proprietário que tem a concessão do Município. O acampamento é composto por barracas de lonas em más condições, montadas através de pontaletes, o terreno é murado, chão batido e irregular em sua topografia. Não há saneamento básico nas barracas, utilizam-se de água e luz através de “gatos”, ou seja, de forma irregular; as demandas apresentadas são de moradia digna, orientações há cerca dos protocolos dos serviços públicos. No acampamento há 12 famílias; aproximadamente 30 pessoas, sendo que uma das famílias é composta por 03 idosos com dificuldades físicas e de mentais; e outra na qual a mãe apresenta deficiência mental. Relatam a dificuldade com segurança alimentar e saúde. Quanto à questão de trabalho: desenvolvem atividades informais, as mulheres atuam com vendas de panos de pratos e os homens comercializando máquinas de cortar cabelos, correntes em aço e demais “rolos”.

A nível educacional os adultos sejam homens ou mulheres não completaram o ensino fundamental, observa-se que a escolaridade das mulheres é menor; as crianças frequentam escola. No que se refere a discriminação todos relatam que em algum momento da vida sofreram.

Dados sobre a visita:	Somente foi possível agendar a visita; visto que, a pesquisadora por ser ativista conhece as famílias há mais de 10 anos e por várias vezes já esteve no local
-----------------------	--

	do acampamento; sendo que, através de contato telefônico confirmou tal visita. Em virtude dessa relação de conhecimento e de confiança estabelecida anteriormente foram bem recebidos.
Acesso ao Local	Situado próximo a região central em rua asfaltada; o deslocamento foi feito através de carro de passeio, partindo do marco zero (Praça da Sé) são de 48,3 km - cerca de 1 hora e 11 minutos - Transporte Coletivo: Metrô Linha Laranja e CPTM linha Rubi - ônibus 084 -cerca de 2 horas.
Moradia Sem acesso à moradia digna.	As famílias estão alocadas em terreno de terra; vivem em barracas de lonas; estendidas em pontalotes de eucalipto; não há construção de local adequado para o despejo dos dejetos; não há saneamento básico; no que se refere ao acesso ao sistema de água utilizam-se de instalação irregular.
Saneamento Básico	Não contam
Acesso à água potável	Instalação irregular
Energia Elétrica	Instalação Irregular
Assistência Social - CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO – Maioria em outras cidades.
Saúde	Utilizam-se dos serviços do Posto de Saúde – apresentando dificuldades em entendimento dos protocolos da saúde.
Educação	As crianças frequentam escola, os adultos não possuem ensino fundamental
Cultura	Desconhecem ações, editais, etc...
Trabalho	Homens são autônomos comercializam diversos produtos, as mulheres trabalham com vendas de panos de pratos
Mulheres	Observou-se que tem espaço limitado em suas falas.
Criança e adolescente	Os direitos básicos estão assegurados
Idosos	Observou-se 3 idosos com problemas de saúde mental, amputação de membros em decorrência da diabetes e déficit intelectual.
Previdência Social	Não contribuem, 2 casos recebem BPC
Representações Políticas	Relações pessoais, não há participação efetiva.
Segurança Pública	Não relataram incidentes com forças de segurança

Tradições	Comemoração de datas festivas : casamento - luto - leitura de mãos
Idioma	portugues - chibi
Religiosidade	Católicos
Discriminações	Observam que o tratamento é diferenciado no sentido negativo por serem ciganos.
Expectativas	Moradia - Educação - Saúde - Previdência Social e Trabalho

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.4 Itaim Paulista

SÃO PAULO



Fonte: <https://www.mapas.com.br>

Área Territorial

1.521,202km² [2023]

População residente

11.451.999 pessoas [2022]

Densidade demográfica

7.528,26 hab/km² [2022]

Escolarização 6 a 14 anos

96% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,805 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 17 famílias cadastradas e 08 beneficiárias do bolsa família.

Panorama geral da pesquisa no município



Av. Brás da Rocha Cardoso, 379 - Vila Aimore
São Paulo - SP, 08190-140

O Acampamento Cigano de Itaim Paulista onde foi desenvolvida a pesquisa está localizado à Avenida Brás da Rocha Cardoso – em frente ao 379; o terreno é particular, e é do mesmo proprietário da área do Acampamento Cigano de Itaquaquetuba (Rua da Creche) há aproximadamente 55 anos. Está na divisa com o município de Guarulhos, ao lado de pântano de cerca de 75 metros de profundidade e ao lado de campos de futebol; a avenida é área de alagamentos constantes; região periférica da cidade de São Paulo. Atualmente, são 59 famílias Calon; sendo que 30 permanecem como “sedentárias” e as demais em deslocamentos constantes pelo Estado de São Paulo e Rio de Janeiro; são aproximadamente 200 pessoas; sendo 02 pcds, 05 idosos, cerca de 35 crianças. Segundo os dados do CADÚNICO, há 66 famílias que constam no cadastro de Itaim Paulista, 33 das quais são beneficiárias do Bolsa Família.

Dados sobre a visita:	As visitas foram agendadas pela pesquisadora Lourdes Corrêa que por ser Coordenadora da Roda Cigana conhece algumas famílias há alguns anos, sendo que, desde 2020 acompanha as famílias no que se refere ao acesso a políticas públicas.
Acesso ao Local	O acampamento está localizado na divisa com o Município de Guarulhos, região periférica da cidade, próximo à estação da CPTM – Itaim Paulista; para acessar o local utilizou-se carro, que está localizado a 32 km do marco zero; através de transporte coletivo é possível acessar através da malha ferroviária.
Moradia <u>Sem acesso à moradia digna.</u>	As famílias estão alocadas em terreno de terra; vivem em barracas de lonas; estendidas em pontaletes de eucalipto; não há construção de local adequado para o despejo dos dejetos; não há saneamento básico; no que se refere ao acesso ao sistema de água utilizam-se de instalação irregular.
Saneamento Básico	Não contam - fossas
Acesso à água potável	Instalação irregular
Energia Elétrica	Instalação Irregular
Assistência Social - CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO – Dificuldades com o CRAS, já foram “destratados” por serem ciganos
Saúde	Utilizam-se dos serviços do Posto de Saúde – Em virtude de parcerias, a Unidade próxima desenvolve ações e visitas regulares a fim de garantir vacinação e demais encaminhamentos.
Educação	As crianças frequentam escola, os adultos não possuem ensino fundamental; foi relatado situação de discriminação na Unidade Escolar mais próxima: - A criança M. durante uma atividade escolar recebeu como papel da apresentação o de “macaco”; também, enfrentou dificuldades em relação a ter os cabelos compridos. A genitora compareceu a escola; a comunidade vem tentando manter diálogo com a Escola a fim de elucidar os aspectos culturais.
Cultura	Desconhecem ações, editais, etc... mantêm as tradições no que se refere a casamentos, batizados e demais festividades, nesse caso por uma grande porcentagem serem evangélicos adaptadas a religião. Para comunicação dentro do acampamento utilizam-se do idioma CHIBI.

Trabalho	Homens são autônomos comercializam diversos produtos, as mulheres trabalham com vendas de panos de pratos
Mulheres	Observa-se nesse acampamento uma realidade diferente: as mulheres demonstram mais autonomia nas falas e participação; aparentemente, mais igualdade de gênero;
Criança e adolescente	Frequentam creches e escolas; são atendidas na rede de saúde, não há registros de ocorrências ligadas aos Conselhos Tutelares.
Direitos Humanos	A comunidade mantém “parcerias” com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos através da Coordenação Municipal de Igualdade Racial.
Segurança Alimentar	Através do Programa Cidade Solidária *são atendidos com cestas básicas mensais.
Idosos	Observou-se 01 idosa semi-acamada, que vem sendo acompanhada pela unidade de saúde no próprio espaço do acampamento, através do programa médico de família, tem BPC. Há 5 idosos ao todo e são beneficiários pelo BPC
Previdência Social	Não contribuem, idosos e pcds.recebem BPC
Representações Políticas	A organização se dá através de um Coletivo do Acampamento que é integrado ao Coletivo Roda Cigana,evidencia-se relações pessoais.
Segurança Pública	Não relataram incidentes com forças de segurança
Discriminações	Relatam incidentes nas escolas e no comércio da região. As crianças já vivenciaram situação de discriminação pelo “corte de cabelos”; no supermercado próximo algumas mulheres já foram seguidas e abordadas por seguranças.
Expectativas	Habitação adequada Que os filhos concluam o ensino regular Melhores condições para trabalho

Quanto ao reconhecimento jurídico dos povos ciganos no município, há uma lei que inclui a festa de Santa Sara Kali como protetora dos ciganos. Historicamente, há também uma lei anti cigana (em 1726 e 1760) exigia a expulsão de ciganos sob pena de prisão, esta lei não se encontra mais em vigor.

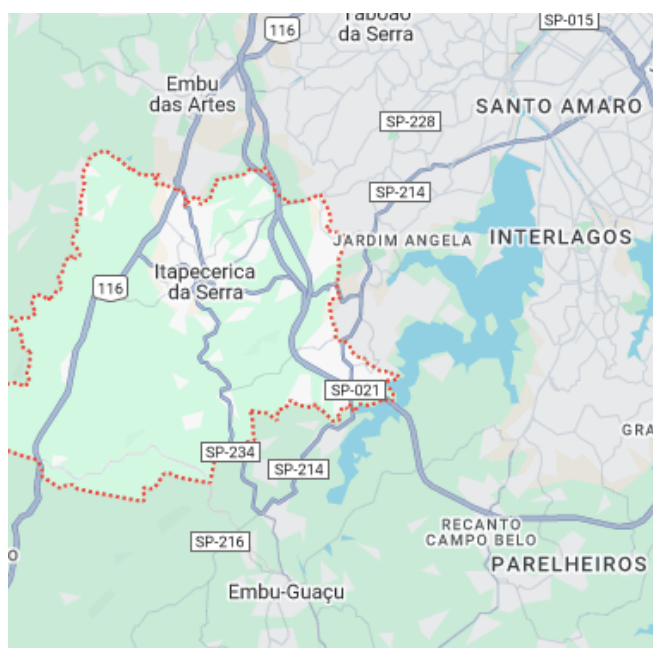
LEIS MUNICIPAIS - LEI Nº 15.644 - 11 DE OUTUBRO DE 2012 - ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DA FESTA DE SANTA SARA KALI, INCLUI O DIA DA FESTA DE SANTA SARA KALI, PROTETORA DOS CIGANOS

Fonte: <https://leismunicipais.com.br/>

Lei anti cigana

Em 1726 e 1760, leis e determinações dos vereadores paulistanos informavam das perturbações que causavam os romanis e exigiam que saíssem da cidade em 24 horas, sob pena de prisão. Esses documentos informam que os ciganos que lá estão já haviam sido expulsos de Minas Gerais (Teixeira, 2008, p.19)

3.2.4.5 Itapecerica da Serra



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

150,742km² [2023]

População no último censo

158.522 pessoas [2022]

Densidade demográfica

1.051,61 hab/km² [2022]

População estimada

163.928 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

96,8% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,742

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 14 famílias cadastradas - 08 beneficiárias BPC; - Fonte: site MDS

Panorama geral da pesquisa no município

Em Itapecerica da Serra a equipe realizou a pesquisa em duas comunidades. A primeira é a comunidade Cigana Jardim Branca Flor. Nela há 8 famílias ciganas da etnia calon (25 pessoas aproximadamente) residindo na Rua das Margaridas há cerca de 4 anos em casas construídas em alvenaria em condições precárias: paredes sem reboco, colunas de madeira servem como alicerce, as paredes são baixas, não há claridade suficiente dentro das casas. A comunidade é composta por construções na periferia da cidade e, segundo os seus habitantes, eles são proprietários. Há instalação elétrica e saneamento básico. São aproximadamente 20 pessoas, cerca de 06 crianças que frequentam a rede pública de educação e uma idosa. São oriundos de Bauru não socializam com as demais famílias; em 2020 quando da pandemia entraram em contato com a ativista Lú Ynaiah. Os homens comercializam carros usados, máquinas de cortar cabelo e demais “rolos”; as mulheres vendem panos de pratos. A nível educacional os adultos sejam homens ou mulheres não completaram o quarto ano do ensino fundamental, a escolaridade das mulheres é menor. No que se refere a discriminação todos relatam que em algum momento da vida sofreram tenha sido em supermercados e ou postos de saúde.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada através da pesquisadora Lourdes (Lú Ynaiah) que mantém contato com a comunidade desde 2020 – quando foi procurada devido às dificuldades no período da pandemia, mostraram-se acessíveis com as pesquisadoras.
Acesso ao Local	O acesso se deu através de carro; os ciganos residem em casas com estrutura precária dentro de uma comunidade de periferia, a distância é de 32 km do marco zero, através de transporte coletivo necessário utilização de 02 linhas de metrô e ônibus intermunicipal.

Moradia	As casas estão localizadas no final de rua numa esquina, e uma família reside na rua posterior em meio a um terreno baldio a qual tem apenas 3 paredes, praticamente, aberto chão de terra. (nesse caso a casa não tem saneamento básico, energia elétrica e ou fornecimento de água potável.
Saneamento Básico	Rede de esgotos
Acesso à água potável	água encanada
Energia Elétrica	Instalação regular
Assistência Social - CRAS	Mantém cadastro CADÚNICO –
Saúde	Atendimento pela UBS
Educação	As crianças acessam a escola, os adultos não concluíram o quarto ano do ensino fundamental se declaram analfabetos
Cultura	Desconhecem quaisquer ações, editais, eventos e ou apoio à cultura cigana.
Trabalho	Trabalhadores autônomos – sem MEI circulam pelas feiras comercializando diversos produtos.
Mulheres	Cabe os cuidados da casa, crianças e trabalham com venda de panos de pratos e hierarquia patriarcal.
Criança e adolescente	Relatam que as crianças frequentam a escola, são levadas ao posto de saúde, para atendimentos e vacinação. As questões básicas são garantidas.
Idosos	Uma senhora de aproximadamente 65 anos que está buscando a retirada da CN tardia através do CRAS, relata problemas de saúde.
Previdência Social	Não contribuem com INSS – não tem nenhum beneficiário de BPC
Representações Políticas	Desconhecem a forma de organização em conselhos e demais órgãos participativos; mantém uma relação pessoal com a Coordenação da Roda Cigana
Segurança Pública	Não relataram incidentes com as forças de segurança.
Discriminações	Serem seguidos em supermercados por seguranças devido a suspeita de furto
Expectativas	Melhores condições de moradia, atendimento médico, e políticas públicas em geral.

A segunda comunidade foi a Comunidade Cigana da Rua Jaceguava Crispim, no Bairro Crispim. Nela há 16 famílias residentes, são aproximadamente 65 pessoas. Os habitantes

desta comunidade são oriundos de Taubaté – Jardim Santa Teresa -, e, em virtude de um jovem ter cometido duplo homicídio naquela cidade, mudaram-se para esse terreno “grilado”, no qual realizam pagamentos mensais. O território está localizado em terreno com desnível e abaixo da rua, algumas casas estão em vias de construção: paredes em tijolo baiano ou blocos e contrapiso ; não tem acesso a saneamento básico e ou energia elétrica regularizada (gato).



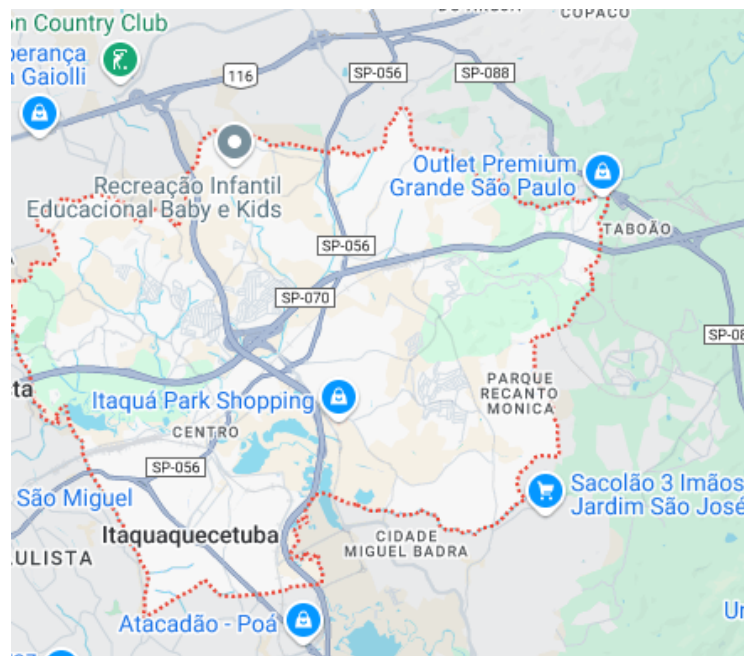
Dados sobre a visita:	A visita foi agendada pela pesquisadora Lourdes (Lú Ynaiah) que mantém contato com a família há cerca de 7 anos, na época residiam em Taubaté. Demonstraram-se receptivos com as pesquisadoras.
Acesso ao Local	Foi utilizado carro para deslocamento até o local; 40 km de distância do marco zero de SP; para deslocamento através de transporte público acessar 2 linhas de metrô, ônibus intermunicipal
Moradia	A comunidade cigana está localizada ao final do aclive de rua em comunidade periférica; o terreno é área grilada no qual residem outras famílias que não são ciganas, adquiriram através da “compra” pagam parcelamentos à terceiros que ao que tudo indica não são proprietários “grilaram”, a propriedade seria de uma senhora. O solo é irregular, “terra vermelha” e depois da entrada torna-se um declive, há construções iniciadas com blocos de concreto, não há rede de esgotos, a instalação de energia elétrica é irregular, não são atendidos pela cia de águas.
Saneamento Básico	Rede de esgotos
Acesso à água potável	água encanada

Energia Elétrica	Instalação regular
Assistência Social – CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO –
Saúde	São atendidos pela unidade básica de saúde, relatam dificuldades por não serem alfabetizados e que muitas vezes não entendem os encaminhamentos.
Educação	Os adultos são semi-analfabetos no caso das crianças que frequentam a escola e algumas estão na creche.
Cultura	Desconhecem quaisquer eventos e ou ações culturais voltadas aos ciganos.
Trabalho	Os homens trabalham com comercialização, as mulheres com venda de panos de prato.
Mulheres	Exercem atividades domésticas: cuidado da casa e filhos e trabalham vendendo panos de pratos; relação não igualitária, pouco opinam nas conversas.
Criança e adolescente	Ao menos 3 famílias já sofreram a intervenção de Conselhos Tutelares, uma teve as crianças acolhidas em Santo André na época residiam em Taubaté e mais recentemente quando estava a trabalhar em Santa Catarina tiveram as crianças abrigadas; tendo inclusive, a pesquisadora Lourdes que é coordenadora da Roda Cigana ter sido convocada para audiência on line quando do desabrigamento. Como as mulheres costumam realizar a venda de panos de pratos acompanhadas pelas crianças sempre são abordadas.
Idosos	Não há pessoa acima de 60 anos
Previdência Social	Não contribuem com a previdência e não há beneficiário do BPC
Representações Políticas	Marcelo o interlocutor da comunidade é que mais participa de algumas discussões dentro de suas possibilidades, visto que viaja muito. As relações são mais pessoais
Segurança Pública	Duas famílias têm filhos no sistema carcerário; verbalizam dificuldades em garantir o atendimento jurídico, já utilizaram por algumas vezes a defensoria. Relatam terem sofrido abordagens das forças de segurança por várias vezes, um dos membros de uma das famílias foi preso acusado de receptação de mercadorias roubadas, em Juiz de Fora tendo sido liberado na audiência de custódia.

Discriminações	Relatam a dificuldade pela baixa escolaridade e que por vezes percebem um tratamento de forma negativa por serem ciganos em repartições públicas.
Expectativas	Moradia e Educação

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.6 Itaquaquetuba



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

82,622km² [2023]

População no último censo

369.275 pessoas [2022]

Densidade demográfica

4.469,45 hab/km² [2022]

População estimada

382.521 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

96,4% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal
0,714

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 78 famílias cadastradas sendo 48 beneficiárias do bolsa família. Fonte: site MDS.

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa desenvolvida em Itaquaquetuba abrangeu três comunidades Calon diferentes. Os ciganos acampam há mais de 70 anos na cidade, inclusive o Município chegou a contar com mais de 150 barracas. A primeira comunidade está há cerca de 30 anos num terreno “emprestado “ na Rua da Creche. Mais recentemente, mantêm contrato de commodities com o Sr. Antero, o mesmo vencerá em junho de 2025, portanto, não pode ser objeto de solicitação de usucapião. Neste acampamento há 17 barracas montadas; sendo que uma é utilizada pela Primeira Igreja Batista Cigana, produto do trabalho de evangelização de missionários.



Durante a pesquisa, o acampamento da Rua da Creche tinha 16 barracas, cerca de 18 famílias, em média 55 pessoas. São famílias que se deslocam esporadicamente para o Rio de Janeiro e outras cidades do Estado, este deslocamento não deve ser caracterizado como rotas, pois se dão em função de “atritos” entre si, alguns conflitos com forças de segurança local, necessidade de trabalho e manter proximidade com demais familiares.

Dados sobre a visita:	O agendamento da visita se deu através de contato efetuado pela pesquisadora Lourdes com
-----------------------	--

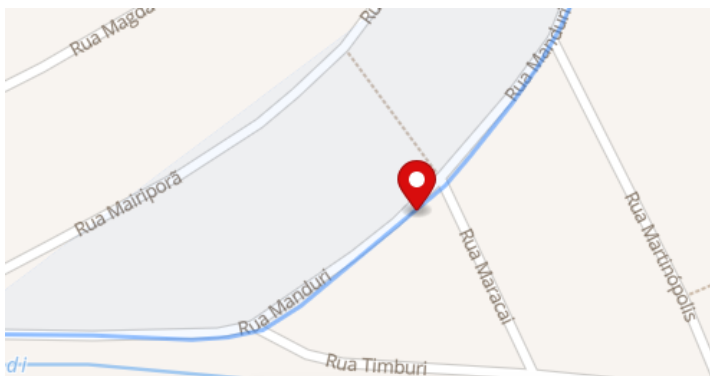
	<p>ciganos que lá residem; visto que, não há liderança constituída, pois já mantinha contato com os mesmos há cerca de 5 anos; visto que, quando da pandemia foi procurada pelos mesmos buscando garantir a segurança alimentar também, foi convidada a estar presente a missionária Márcia, visto que, a Igreja Batista desenvolve trabalho de evangelização há cerca de 14 anos dentro do acampamento. Atualmente, para a discussão de demandas foram incluídos os ciganos Divino e Bruno. Anteriormente, os missionários serviam de interlocutores. Nesta comunidade foram realizadas algumas visitas; inclusive, houve visita técnica do MIR, numa delas houve a reunião com a Secretaria de Habitação – Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social. (conforme relatórios mensais)</p>
Acesso ao Local	<p>O acampamento está localizado praticamente ao lado da estação da CPTM; foi utilizado carro particular para acessar o local; a rua da creche fica a 47,1 km do marco zero de São Paulo e de 2,1 km do Centro de Itaquaquecetuba; de SP para acessar utiliza-se metrô e trem.</p>
<p>Moradia Sem acesso à moradia digna.</p>	<p>O terreno pertence a terceiros, embora, uma parte aparentemente é área ambiental. Há um contrato de commodities assinado há 5 anos, que está por vencer este ano; portanto, não sujeito a solicitação de usucapião. As barracas são de lonas “surradas”, estendidas em pontaletes de eucalipto; exceto, duas que se assemelham à construção dos chamados ranchos; algumas paredes são levantadas e o telhado é feito utilizando telhas de zinco. Referem-se a um cigano que anteriormente era liderança local e a outra a tenda da Igreja batista cigana. O terreno é irregular com muito mato, conseqüentemente, aparecimento de répteis como cobras e a cadeia alimentar. No final do terreno observa-se ser área ambiental, há pântano no local.</p>
Saneamento Básico	Não contam
Acesso à água potável	Instalação irregular
Energia Elétrica	Instalação Irregular
Assistência Social – CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO – a Assistência Social do Município os acompanha; não há reclamações.

Saúde	Utilizam-se dos serviços do Posto de Saúde – não reclamaram sobre atendimentos; mas há casos de diabetes, hipertensão e saúde mental.
Educação	As crianças frequentam escolas e a creche ao lado, no caso dos adultos que não concluíram ensino fundamental, semianalfabetos; sendo que, no caso das mulheres, observa-se uma menor escolaridade.
Cultura	Desconhecem iniciativas e ou editais que visem divulgar e preservar a cultura. Em termos de tradições mantêm festas de casamento, batizados, o idioma chibi é utilizado dentro do acampamento como forma de comunicação.
Trabalho	Os homens trabalham com comercialização de correntes, máquinas de cortar cabelo, etc... As mulheres com a venda de pano de pratos
Mulheres	As relações são hierárquicas, o “poder” centralizado nos homens
Previdência Social	Não contribuem e desconhecem os mecanismos, exceto, o benefício do BPC do qual há 3 idosos beneficiários e uma criança com espectro autista.
Representações políticas	As relações estabelecidas são pessoais, não participam de conselhos e demais fóruns. Como há 14 anos a Missão Batista mantém a tenda com o intuito de evangelização de certa forma atuam na parte da “política” servindo como interlocutores com o poder público. e atendendo em ações sociais; mantêm parceria com a Roda Cigana; somente recentemente foram incluídos os ciganos Bruno e Divino para acompanhar a discussão junto ao governo municipal.
Religiosidade	Parte dos ciganos frequentam a Igreja Evangélica os demais se declaram católicos
Discriminação	Relatam que vivenciam “diferenciação no tratamento” por serem ciganos
Expectativas	Moradia digna – melhor atendimento na saúde e educação.

A

segunda comunidade em que foi realizado o trabalho de campo em Itaquaquetuba está localizada no bairro do Recanto Mônica. Nele há aproximadamente 40 pessoas em 10 famílias - cada uma estabelecida em uma barraca. A comunidade é próxima a 06 casas construídas em alvenaria que correspondem a outro grupo familiar. No Jardim Amazonas há cerca de 18 famílias residindo em casas alugadas e ou próprias em construção; portanto, são

4 comunidades diferentes que se organizam por laços sanguíneos e ou familiares cada qual com suas especificidades e em alguns aspectos as demandas coincidem.



O terceiro acampamento abrangido na pesquisa é o Manduri. Ele existe há aproximadamente 8 anos, as 10 famílias anteriormente residiam no acampamento da rua da creche mas devido a divergências se mudaram, as barracas estão montadas na beira de um córrego, são utilizadas lonas de baixa qualidade que já estão surradas, colocadas por cima de pontaletes; não tem saneamento básico, as instalações de água e luz são irregulares. As famílias são oriundas do Espírito Santo. Há cerca de 08 crianças, 3 idosos e uma portadora de problemas mentais (utiliza psicotrópicos); as crianças frequentam a escola; o cigano mais velho que se encontra com problemas renais a cada visita reclama da questão da saúde, sendo sempre encaminhado para atendimento, mas acaba por não comparecer às consultas agendadas.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada através da pesquisadora Lourdes com os ciganos residentes no acampamento; pois já mantinha contato com os mesmos há cerca de 5 anos; visto que, quando da pandemia foi procurada pelos mesmos buscando garantir a segurança alimentar. Nesta comunidade foram realizadas algumas visitas; inclusive, houve visita técnica do MIR, numa delas houve a reunião com a Secretaria de Habitação – Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social. (conforme relatórios mensais)
Acesso ao Local	O bairro está localizado na periferia de Itaquaquecetuba, há 10 km de distância do centro; que está há 48 km do marco zero de SP; foi utilizado carro particular.

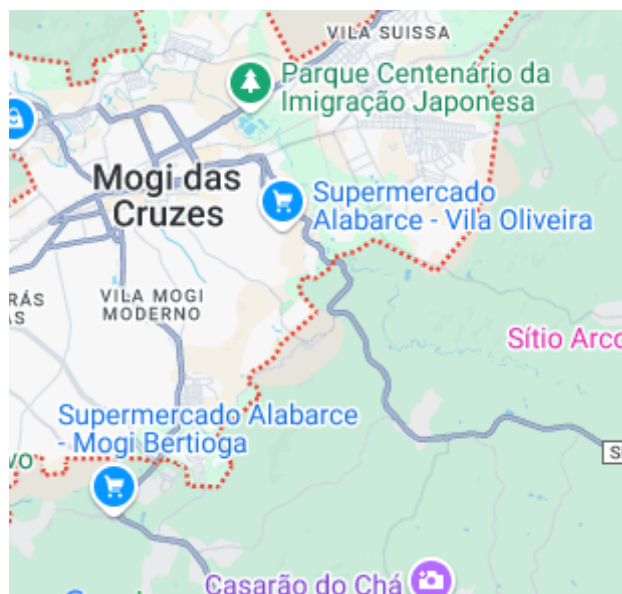
Moradia Sem acesso à moradia digna.	As barracas são de lonas de baixa qualidade, estendidas sobre pontalotes, armadas a beira de um córrego rodeado de mato, a área pertence ao município é caracterizada pela defesa civil como área de risco; os dejetos são jogados no córrego ao lado.
Saneamento Básico	Não contam
Acesso à água potável	Instalação irregular
Energia Elétrica	Instalação Irregular
Assistência Social – CRAS	Mantêm cadastro CADÚNICO – a Assistência Social do Município os acompanha; não há reclamações.
Saúde	Utilizam-se dos serviços do Posto de Saúde – reclamaram sobre a obrigatoriedade de manter a carteira de vacinação em dia e por vezes não entenderem as orientações efetuadas pelos profissionais administrativos e ou de saúde; referem-se ao analfabetismo e a dificuldade de entender o que foi escrito nas receitas e encaminhamentos médicos, mas há casos de diabetes, hipertensão e saúde mental e renal.
Educação	Os adultos não frequentaram educação escolar, as crianças frequentam a escola.
Cultura	Desconhecem iniciativas e ou editais que visem divulgar e preservar a cultura. Em termos de tradições mantêm festas de casamento, batizados, o idioma chibi é utilizado dentro do acampamento como forma de comunicação.
Trabalho	Os homens trabalham com comercialização de objetos de metal, sendo que, 2 homens confeccionam produtos de couro tais como chicote. As mulheres com a venda de pano de pratos
Mulheres	As relações são hierárquicas, o “poder” centralizado nos homens, as mulheres cabe o papel de cuidados da casa, filhos e marido e, também a venda de panos de prato.
Previdência Social	Não contribuem e desconhecem os mecanismos, exceto, o benefício do BPC

Representações políticas	Desconhecem a organização de conselhos, associações, etc...as relações são pessoais.
Religiosidade	Declararam-se católicos, mantêm a questão tradicional no que se refere a casamentos, batizados e outras festividades
Discriminação	Relatam incidentes de terem sido abordados por seguranças no comércio.
Expectativas	Terreno com a mínima estrutura para que tenham segurança e possam construir ranchos, melhores condições de vida.

Na rua Manduri além das famílias que residem em barracas próximas ao córrego existem 05 famílias, aproximadamente, 15 pessoas; sendo 08 crianças e 01 casal de idosos; com laços de parentesco de primeiro grau que moram em casas próprias de alvenaria construídas em estilo rancho: construção em alvenaria, os espaços destinados a cozinha, sala e quarto são “juntos” separados por cortinas de cetim, não há paredes, contam com saneamento básico, água e energia elétrica; efetuam o pagamento das respectivas contas. Podendo ser caracterizadas como famílias em estado de pobreza (per capita 178), são beneficiários do bolsa família. As crianças frequentam a escola; os adultos são analfabetos, os homens trabalham fazendo “rolos” e as mulheres com venda de panos de prato; cabendo à elas os cuidados da casa, filhos e marido. As condições de moradia divergem com as dos residentes em barracas no mesmo local. O patriarca é Cremildo, que é filho de um dos casamentos do falecido Capitão Euclides, bem conhecido na comunidade calon; ele é enteado da cigana matriarca da Comunidade de Santa Teresa na cidade de Taubaté. São católicos, mantêm as tradições de casamentos, batizados e demais festividades, desconhecem editais e fomentos a promoção e divulgação da cultura cigana; desconhecem funcionamento e representações políticas; as relações com a pesquisadora que também é ativista e coordenadora da Roda Cigana se dá no âmbito pessoal e os laços são de confiança.

Quanto ao reconhecimento de povos ciganos em termos de leis municipais, neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.7 Mogi das Cruzes



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

712,541km² [2023]

População no último censo

451.505 pessoas [2022]

Densidade demográfica

633,65 hab/km² [2022]

População estimada

468.120 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

97,7% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,783

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 12 famílias, 03 sendo beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

Comunidade Cigana da Chácara dos Baianos – Mogi das Cruzes :



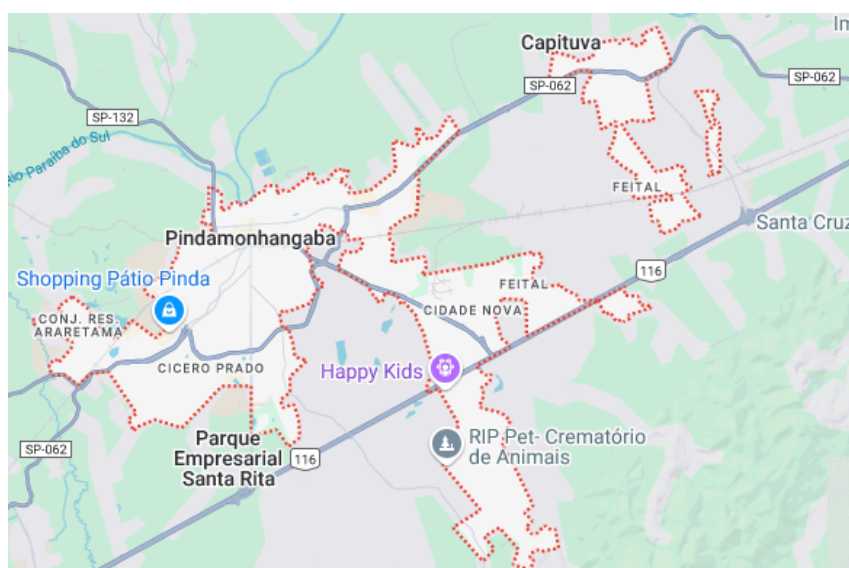
A pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Cigana Chácara dos Baianos, nela há cerca de 15 famílias ciganas, aproximadamente 50 pessoas. São oriundas da zona rural de Taubaté, tendo se mudado para esta área há cerca de 2 anos. O terreno é próximo a área pertencente a uma empresa, inclusive, os pesquisadores se confundiram ao acessar a comunidade, aparentemente, é uma área verde que foi grilada, visto que efetuam pagamentos para estarem no mesmo. Não há saneamento básico e ou instalação elétrica e de água. As construções são em blocos e as casas estão com contrapiso.

Dados sobre a visita:	Realizada em 20.11.2024 O agendamento de visita foi feito através da articulação com os ciganos lá residentes através da pesquisadora Lourdes que conhece as famílias devido ao ativismo, anteriormente acompanhava as demandas em Taubaté.
Acesso ao Local	O acesso ao local foi feito através de carro particular, está há aproximadamente 65 km do marco zero de SP, através de transporte coletivo é possível acessar através da utilização de Metrô – CPTM e ônibus.
Saneamento Básico	Não tem
Acesso à água potável	Irregular
Energia Elétrica	Irregular
Assistência Social - CRAS	Mantém cadastro CADÚNICO –
Saúde	Acessam o Posto de saúde próximo relatam a demora no atendimento.

Educação	Os adultos são analfabetos, as crianças frequentam a educação escolar
Cultura	Desconhecem ações destinadas à promoção e preservação da cultura cigana
Trabalho	Duas das mulheres são costureiras, as demais trabalham com venda de panos de pratos; os homens comercializam máquinas de cortar cabelos e demais objetos (revenda).
Mulheres	As mulheres executam as atividades domésticas e cuidados das crianças; além, do trabalho externo; em termos de hierarquia evidencia-se o homem acima nas decisões familiares.
Criança e adolescente	As crianças frequentam a educação escolar, há 3 adolescentes (acima de 15 anos) já casadas. Não relataram incidentes com conselhos tutelares.
Idosos	Um idoso que a família acompanha nas demandas externas
Previdência Social	Não contribuem com a previdência, um beneficiário do BPC
Representações Políticas	Desconhecem a forma de organização presente através de Conselhos, etc... se dá a nível pessoal com a pesquisadora Lú (Roda Cigana)
Segurança Pública	Não relatam incidentes com as forças de segurança.
Discriminações	Referem-se a tratamento diferenciado devido às vestimentas ciganas e verbalizam que senão às estiverem utilizando são mais bem tratados.
Expectativas	Moradia digna – Saúde – Educação – Assistência Social

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.8 Pindamonhangaba



Fonte - <https://www.mapas.com.br/brasil/rio-de-janeiro>

Área Territorial

731,355km² [2023]

População no último censo

165.428 pessoas [2022]

Densidade demográfica

226,19 hab/km² [2022]

População estimada

172.027 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,2% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,773 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 50 famílias, sendo 25 beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS.

Panorama geral da pesquisa no município

A pesquisa foi desenvolvida no Jardim Shangrilá, uma comunidade composta por 30 famílias, aproximadamente 135, que, em sua maioria, migraram da cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. Segundo relatos da comunidade, a migração se deu em novembro de 2023 após a expulsão pelo poder paralelo. Posteriormente, houve também a migração de

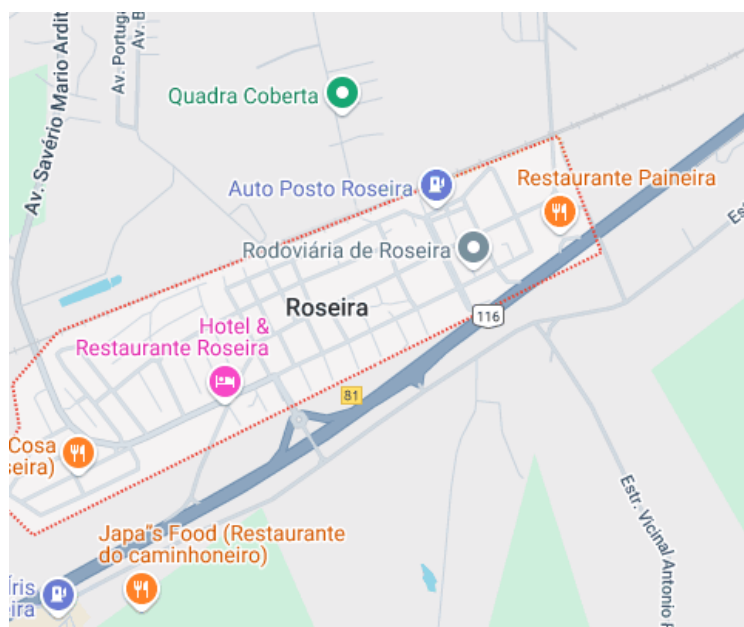
algumas famílias que residiam no acampamento de Itaquaquecetuba e de Itaim Paulista devido a laços de parentesco.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada pela pesquisadora Lourdes que conhece as famílias: algumas desde a migração e outras dos acampamentos anteriores; quando da chegada das famílias foi procurada enquanto ativista e coordenadora da Roda Cigana
Acesso ao Local	O bairro está localizado na periferia da cidade, para acessar o local foi utilizado carro particular do pesquisador Antônio; estão localizados em área ambiental.
Moradia	O acampamento é composto por barracas de lona kp 300 “surradas” estendidas sobre pontaletes de eucaliptos; terra batida, terreno irregular rodeado de mato; são núcleos familiares na rua nove e mais uma na rua lateral
Saneamento Básico	Não há – escoamento a céu aberto
Acesso à água potável	irregular
Energia Elétrica	irregular
Assistência Social – CRAS	Estão cadastrados no CADÚNICO e os que atenderem aos critérios recebem bolsa família. Cabe salientar, que a assistência social quando da chegada das famílias ciganas realizou ação para identificar e atendê-las por solicitação da coordenação da Roda Cigana, que inclusive moveu denúncia junto ao MPF; relatam vários obstáculos na relação com o CRAS, o que pode ser confirmado na visita que os pesquisadores fizeram ao mesmo, no qual não foram atendidos e tiveram que se dirigir a Secretaria de Assistência Social. Posteriormente, quando da visita técnica do MIR foram atendidos pelo subsecretário da assistência social.
Saúde	Atendidos pela UBS – dificuldades em atendimentos especializados
Educação	As crianças frequentam a rede pública de ensino, os adultos não são alfabetizados
Cultura	Mantém as tradições de casamentos, batizados e demais festividades. Utilizam o idioma chibi para comunicação interna. Desconhecem editais e políticas públicas voltadas para ciganos
Trabalho	Os homens autônomos comercializam vários produtos.
Mulheres	Atividades domésticas, vendas de pano de prato; relação hierárquica patriarcal
Criança e adolescente	educação

Idosos	BPC
PCDS	Não identificado
Observações	Tem como expectativa a questão da moradia e melhor atendimento nos serviços públicos. Relatam sofrerem discriminação em supermercados. Verbalizam o anseio por melhor atendimento nos serviços públicos. Não contribuem com a previdência.

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.9 Roseira



Fonte: <https://www.mapas.com.br/brasil/sao-paulo>

Área Territorial

129,847km² [2023]

População no último censo

10.832pessoas [2022]

Densidade demográfica

83,42 hab/km² [2022]

População estimada

11.095pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

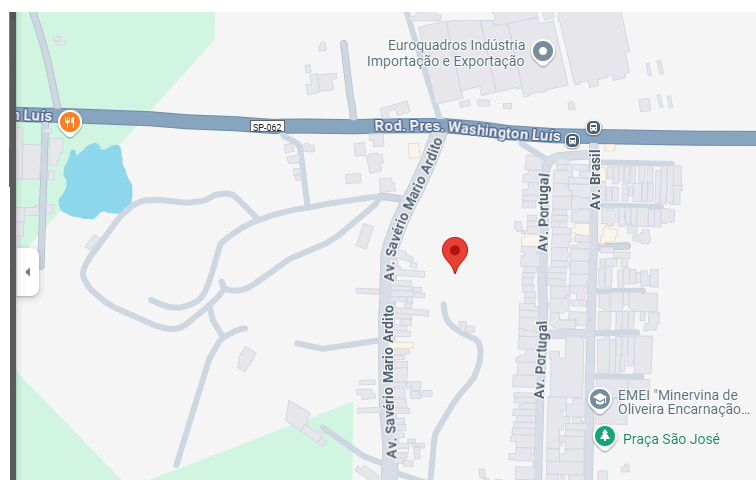
98,7% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal
0,737

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚnico: 44 famílias, 25 beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município



A pesquisa foi desenvolvida num acampamento localizado na Avenida Savério Mário Ardito. Há cerca de um ano e meio residem aproximadamente 55 (cincoenta e cinco) famílias ciganas da etnia calon; sendo que 44 estão incluídas no CADÚnico do Município, dentre as quais 25 (vinte e cinco) são beneficiadas pelo programa bolsa família. São cerca de 30 crianças, uma gestante e 3 idosos, entre os quais há uma pessoa com deficiência física. No total, há aproximadamente 160 pessoas.

A área utilizada é ocupada anteriormente era uma olaria, faz parte de processo trabalhista como massa falida de empresa. A comunidade, através da Prefeitura, conseguiu a instalação de energia elétrica, o acesso a água se dá através de empréstimo de poço do vizinho, não tem saneamento básico. O terreno por vezes tem pontos de alagamento devido ao desnível; as barracas são de lonas de baixa qualidade estendidas sobre pontalotes de eucalipto, instalaram vaso sanitários, os dejetos são direcionados à fossa.

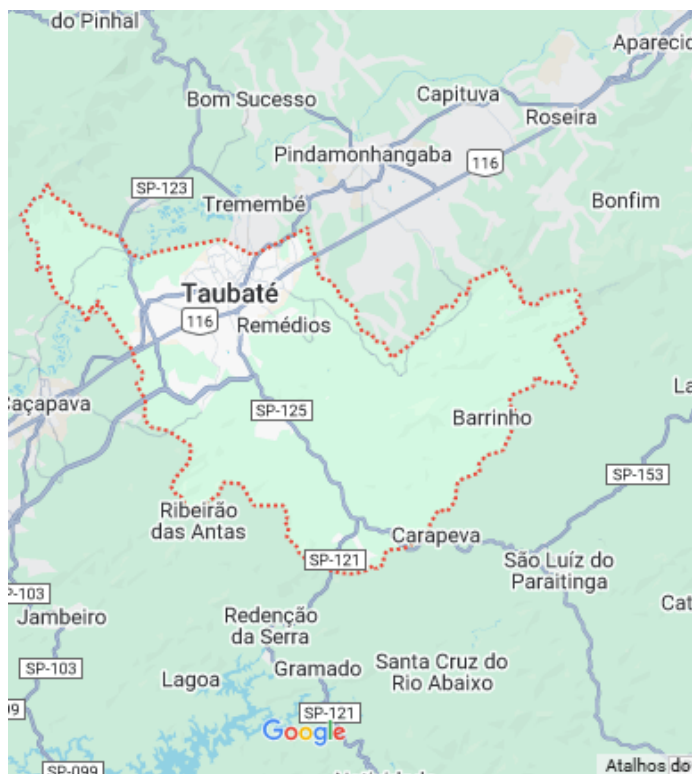
As famílias em sua totalidade oriundas de Resende – RJ migraram em novembro de 2023 quando tiveram barracas e pertences incendiados por ordem do poder paralelo local. primeiramente para Pindamonhangaba, em seguida para um terreno que haviam “comprado” em Roseira do qual tiveram que sair. Tomaram conhecimento de que essa área há muito estava desocupada então montaram acampamento neste local.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada com a comunidade através de contato da pesquisadora Lourdes; visto que, a mesma os conhece desde que migraram para São Paulo em novembro de 2023 depois de serem expulsos da cidade de Resende no Rio de Janeiro; tendo os atendido ainda na cidade de Pindamonhangaba. O acampamento também teve visita da Defensoria Pública a qual a pesquisadora Lourdes acompanhou e, os dados apresentados na primeira visita e que ora apresentados foram confirmados; sendo que, ainda cerca de 07 famílias que estão no Rio de Janeiro estarão migrando para o acampamento.
Acesso ao Local	O acampamento foi acessado com a utilização de carro particular pela Rodovia Dutra, localizado em área periférica da cidade próximo a zona rural.
Moradia	O terreno é acidentado em terra batida; as barracas são de lonas “surradas” montadas sobre pontalotes de eucaliptos, a área comporta cerca de 35 várias barracas e a distribuição das mesmas é feita com espaço que lembra ruelas.
Saneamento Básico	Não há – utilização de fossa
Acesso à água potável	Através de poço natural do vizinho
Energia Elétrica	Instalação regular – efetuam pagamento de conta
Assistência Social - CRAS	O Cras os acompanha, realiza visitas periódicas, a maioria das famílias tem o cadastro no CAD ÚNICO, são atendidos com cestas básicas. Verbalizaram ter atendimento satisfatório por parte do Cras que inclusive os auxilia em demandas de outras secretarias e acesso aos direitos sociais
Saúde	São atendidos por unidade de saúde próxima ao acampamento, elogiaram o atendimento.
Educação	Cerca de 30 crianças estão matriculadas na escola; os adultos não completaram o ensino fundamental, verbalizaram que desejam cursar o EJA.

Cultura	Desconhecem editais e ou ações culturais voltadas especificamente para os povos ciganos; mantêm as tradições referentes ao casamento, batizados e outras manifestações culturais ciganas.
Trabalho	Os homens trabalham no comércio de diferentes objetos; as mulheres vendem panos de pratos, produtos de crochê e duas trabalham com costura.
Mulheres	Cabe às mulheres as atividades domésticas, cuidados com os filhos e também o trabalho informal fora de casa.
Criança e adolescente	As crianças e adolescentes têm seus direitos de educação e demais previstos no ECA garantidos e observa-se a preocupação com os mesmos.
Idosos	Há cerca de 3 idosos, sendo que uma delas utiliza-se de muletas para se locomover.
PCDS	01 criança diagnosticada com síndrome do espectro autista, outra suspeita por parte da comunidade, mas a genitora não aceita estar buscando convencê-la a buscar acompanhamento.
Previdência Social	Não contribuem com o INSS – uma criança com síndrome do espectro autista é beneficiária do BPC e mais 2 idosos.
Representações Políticas	Não há representação oficial, mesmo no acampamento não há uma liderança; as conversas ocorrem mais com uma cigana e uma não cigana casada com calon; portanto, normalmente são esses dois casais que fazem a interlocução do acampamento, inclusive, com a pesquisadora Lourdes. Desconhecem conselhos e outras formas de organização. As relações apresentadas são mais pessoais.
Religiosidade	Uma parte evangélicos e outra católicos.
Segurança Pública	Não relatam incidentes com forças de segurança e relatam que é uma cidade tranquila.
Discriminações	Quando chegaram na cidade relataram que as pessoas os olhavam com estranheza e com desconfiança, sendo que, moradores da cidade teriam dito do receio de furtos.
Expectativas	Moradia digna – melhores condições no que se refere ao acesso à educação dos jovens e adultos; trabalho, etc...

Neste município não foram registradas leis municipais de nenhuma natureza que possam vir a beneficiar as comunidades ciganas nem direta, nem indiretamente.

3.2.4.10 Taubaté



Fonte - <https://www.mapas.com.br/brasil/rio-de-janeiro>

Área Territorial

625,003km² [2023]

População no último censo

310.739 pessoas [2022]

Densidade demográfica

497,18 hab/km² [2022]

População estimada

321.298 pessoas [2024]

Escolarização 6 a 14 anos

98,1% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,800 [2010]

Fonte: IBGE

Dados de cadastro de famílias ciganas no CADÚNICO: 83 famílias, sendo 41 beneficiárias do bolsa família – fonte: MDS

Panorama geral da pesquisa no município

COMUNIDADE I – Jardim Ana Lúcia

HISTÓRICO:

A pesquisa foi desenvolvida em duas comunidades no município de Taubaté. A primeira comunidade Calon, a comunidade de Jardim Ana Lúcia, está presente em Taubaté há cerca de 40 anos; sendo que, até antes da pandemia, assim como os demais, estavam invisibilizados. Neste núcleo são cerca de 10 famílias - aproximadamente 45 pessoas -, esporadicamente, se locomovem para o Rio de Janeiro, anteriormente, a Resende, todavia com a expulsão dos ciganos por parte do poder paralelo daquela localidade, atualmente, não se deslocam para aquele território; mantém laços familiares com ciganos de Atibaia e Mogi das Cruzes.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada através de contato da pesquisadora Lourdes que através da Roda Cigana acompanha essas famílias desde o início da pandemia.
Acesso ao Local	A comunidade está localizada no bairro São Gonçalo localizado na parte denominada alta, está há 8 km da rodoviária. O acesso a Taubaté se deu através de carro por parte do pesquisador Antônio e de SP até Taubaté de ônibus por parte da pesquisadora Lourdes; até a comunidade foi utilizado o carro do pesquisador Antônio, o local em que está a comunidade pode ser caracterizado como periferia próximo a zona rural, são ruas esburacadas. Está ao lado de área ambiental
Moradia	Casas em alvenaria, construções precárias, parte do terreno e de terra batida, outra de cimento, o piso é de cimento. Embora a documentação seja “enrolada” declaram-se donos.
Saneamento Básico	sim
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social – CRAS	Cadastrados pelo CRAS no CADÚNICO os que atendem as exigências recebem bolsa família
Saúde	UBS
Educação	As crianças estão matriculadas, adultos analfabetos
Cultura	Mantém as tradições de casamento, batizado, e demais festividades, falam a chibi. São católicos desconhecem editais e demais políticas públicas

Trabalho	Autônomos – comercialização de vários produtos
Mulheres	Atividades domésticas, venda de panos de pratos e leitura de mãos, relação hierárquica baseada no patriarcalismo
Criança e adolescente	Direito à educação
Idosos	01 BPC
PCDS	não
Observações	Relações pessoais – desconhecem políticas públicas – regularização da posse e em alguns casos que as casas estão localizadas em área verde deslocamento para local adequado. Melhores condições no atendimento da saúde

A segunda comunidade é a de Jardim Santa Tereza. Nesta comunidade as 55 famílias ciganas Calon (Aproximadamente 210 pessoas) residentes são oriundas do acampamento de Guarulhos; algumas de Itaim Paulista, 03 de Itapevi e outras ainda de Resende. O primeiro grupo a se estabelecer foi o do acampamento de Guarulhos, mudaram-se para Taubaté quando tiveram que entregar o terreno que ocupavam, algumas eram de Itaim e Itapevi devido aos laços de parentescos e por observarem que estavam tendo acompanhamento pelo CRAS optaram em estabelecer moradia no bairro de Santa Teresa, mais recentemente novembro de 2023 algumas migraram de Resende quando houve a expulsão pelo poder paralelo.

Dados sobre a visita:	A visita foi agendada pela pesquisadora Lourdes que conhece as famílias oriundas de Guarulhos há cerca de 15 anos e as demais não sabe precisar e as acompanha pelo ativismo desde então, sendo que, por conta da pandemia passou a acompanhar as demais e as oriundas de Resende desde novembro de 2023
Acesso ao Local	O bairro Santa Teresa está localizado em área periférica da cidade, o acesso ao local foi feito através do carro particular do pesquisador Antônio que se deslocou do Rio de Janeiro e de Lourdes que se deslocou através de ônibus de SP.
Moradia	As casas são de alvenaria, algumas com acabamento, outras em construção; imóveis próprios com contratos de gaveta e outros alugados.

Saneamento Básico	sim
Acesso à água potável	sim
Energia Elétrica	sim
Assistência Social – CRAS	São cadastrados pelo CRAS no CADÚNICO , os que atendem as exigências são beneficiários do bolsa família. Como existe parceria com o CRAS Santa Teresa desde o início da pandemia, consideram o atendimento satisfatório.
Saúde	UBS – relatam dificuldades nos atendimentos especializados e nos encaminhamentos que lhes são emitidos devido ao fato de não serem alfabetizados
Educação	As crianças frequentam creches e escolas; os adultos são analfabetos e os adolescentes têm resistência em prosseguirem os estudos.
Cultura	Mantém as tradições de casamento, batizados e demais festividades, falam a chibi. São católicos Desconhecem editais e outras políticas públicas. As relações são pessoais com a pesquisadora.
Trabalho	Os homens são autônomos e comercializam diversos produtos.
Mulheres	Atividades domésticas, venda de panos de prato e leitura de mãos. Relação hierárquica patriarcal.
Criança e adolescente	educação
Idosos	Poucos idosos ainda não incluídos no BPC – abaixo de 65 anos.
PCDS	01 adulta surda e muda, deficiência intelectual; recentemente, foi providenciado certidão de nascimento tardia e em fase de solicitação ~de BPC e 02 crianças; sendo uma autista que é beneficiária do BPC e a outra surda e muda; ambas, fazem acompanhamento especializado.
Observações	Melhorias no atendimento de saúde; acesso ao trabalho e um maior reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Relataram situações de discriminações em supermercados e por vezes em serviços públicos.

Em Taubaté houve apenas uma lei municipal encontrada que beneficia indiretamente os povos ciganos: trata-se do dia municipal da lembrança.

LEIS MUNICIPAIS: LEI Nº 4126, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007 - INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA LEMBRANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

- Fonte: site www.leismunicipais

4 Indicadores sociais e econômicos

Devido ao formato tomado pelo relatório do sudeste, optamos por manter os dados gerais compilados no formato por município, preservando assim a diversidade encontrada entre as comunidades. Em termos gerais, os ciganos do sudeste possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho sendo, em sua grande maioria, autônomos.

5 Considerações finais

A experiência de mapeamento etnográfico dos povos ciganos na Região Sudeste, ao mesmo tempo em que revela dados concretos sobre a presença e a territorialidade dessas comunidades, torna visível o abismo entre o reconhecimento formal de direitos e a realidade cotidiana marcada pela precarização, pela invisibilidade e pela persistência do estigma. As visitas, os diálogos e as aproximações com as famílias e lideranças mostraram que, mais do que um exercício de levantamento quali/quantitativo, o trabalho foi sobretudo um processo de escuta e tradução de mundos sociais que seguem à margem das políticas públicas, mas que resistem pela força de suas práticas culturais e afetivas.

O campo demonstrou que a presença cigana no Sudeste é densa e heterogênea. Apesar de a maioria das famílias pertencer ao grupo Calon, e um número menor de Rons, há variações expressivas entre contextos urbanos e rurais, entre comunidades mais estáveis e outras marcadas pela mobilidade. Cada território visitado revelou uma forma singular de lidar com o pertencimento, com a sobrevivência e com as relações com o entorno. Essa diversidade desautoriza leituras homogêneas sobre “os ciganos” e impõe a necessidade de políticas interseccionadas, territorializadas e dialogadas com as próprias comunidades.

As condições de vida observadas — habitações improvisadas, ausência de saneamento, baixa escolaridade, insegurança alimentar e discriminação institucional — não podem ser compreendidas apenas como “falta de políticas”, mas como o resultado de um histórico de exclusão social e racial sustentado por séculos de preconceito e pela recusa do Estado em reconhecer a legitimidade da presença cigana. Ao longo das décadas, os povos ciganos foram tratados como sujeitos “de passagem”, e não como cidadãos com direitos

territoriais, culturais e sociais. Essa negação de pertencimento territorial, ainda hoje, é uma das formas mais duras de violência simbólica.

Durante o processo de pesquisa, foi possível perceber o papel central das lideranças locais e regionais, especialmente em Minas Gerais, onde o debate sobre representatividade assumiu contornos políticos importantes. As comunidades insistem que não há uma liderança única ou estadual, mas múltiplas lideranças situadas, que operam a partir de um microcosmo de relações, vínculos e reconhecimentos internos. Esse aspecto desafia modelos centralizadores de representação e exige do poder público novas formas de interlocução, que respeitem a autonomia e a pluralidade das vozes ciganas.

Do ponto de vista metodológico, o mapeamento também explicitou os limites e as potências da etnografia aplicada às políticas públicas. Houve casos em que o acesso às informações foi mediado pela confiança construída em campo, e outros em que o próprio ato de se apresentar como pesquisador provocou desconfiança ou resistência. A presença do Estado — ainda que por meio da pesquisa — foi interpretada ora como promessa, ora como ameaça. Essa ambiguidade evidencia que não há neutralidade possível na produção de dados sobre grupos historicamente marginalizados, e que o trabalho etnográfico só se torna ético quando reconhece o seu lugar na relação.

Em todas as cidades visitadas, as famílias demonstraram profundo desejo de reconhecimento e diálogo, e não apenas de assistência. Podem ser vistas como sujeitos de direitos, não como “beneficiários eventuais”. Reivindicam regularização fundiária, moradia digna, acesso à saúde, educação, segurança alimentar e programas de geração de renda, mas também pedem respeito e visibilidade cultural. Muitas falas remetem à vontade de que as escolas incluam a história e a cultura cigana nos currículos, de que os gestores públicos compreendam suas formas de organização e de que as políticas não sejam desenhadas “de cima para baixo”.

O relatório evidencia que a ausência de políticas públicas estruturadas voltadas aos povos ciganos é comum nos quatro estados da região. Mesmo onde existem iniciativas pontuais — como ações da Defensoria Pública, de movimentos locais ou de coletivos

culturais —, estas são insuficientes para alterar o quadro geral de desigualdade. A transversalidade das vulnerabilidades identificadas (habitação, educação, saúde e trabalho) demonstram que as políticas existentes, quando alcançam os ciganos, o fazem de forma fragmentada, descontínua e frequentemente atravessada por preconceitos.

O mapeamento também cumpriu um papel simbólico importante: aproximou o Estado das comunidades, abrindo caminhos de diálogo que haviam sido interrompidos por décadas de desconfiança mútua. Em diversas cidades, as visitas de campo resultaram em reconhecimento de famílias pelo CRAS, abertura de novos cadastros e encaminhamentos para serviços. Mesmo que modestos, esses gestos indicam a potência transformadora do encontro etnográfico quando realizado com escuta ativa e mediação respeitosa.

Por fim, as evidências coletadas apontam para a urgência de se construir políticas públicas específicas, intersetoriais e contínuas para os povos ciganos. É preciso que o Estado reconheça a complexidade das identidades ciganas e desenvolva mecanismos de participação que incorporem suas formas próprias de liderança e representação. Da mesma forma, torna-se imprescindível a criação de programas de formação e sensibilização de gestores públicos, a fim de romper com práticas discriminatórias e garantir o atendimento digno nas redes de assistência, saúde e educação.

As comunidades ciganas do Sudeste, mesmo diante da precarização e da ausência do Estado, afirmam cotidianamente a força da cultura, da oralidade e da solidariedade. O que este relatório demonstra, acima de tudo, é que a resistência também é uma forma de política — e que a construção de políticas públicas efetivas deve partir do reconhecimento dessa resistência como saber, como direito e como forma legítima de existência.

Mais do que um encerramento, estas considerações finais são um convite à continuidade: que o mapeamento não se encerre em si mesmo, mas sirva como instrumento de escuta, reparação e transformação social, abrindo espaço para que os povos ciganos do Sudeste — e do Brasil — possam, finalmente, ser ouvidos em sua própria voz.

Anexos

Anexo I - Levantamento Bibliográfico

O levantamento bibliográfico inicial foi realizado nas bases de pesquisa Scielo, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES

SciELO: (Scientific Electronic Library Online) é uma plataforma de acesso aberto que reúne periódicos científicos de países em desenvolvimento, com foco em América Latina, Caribe, África do Sul e Portugal. Mencione que a base indexa artigos em português e espanhol, o que pode ser relevante para o estudo.

Google Scholar: é um mecanismo de busca especializado em literatura acadêmica, que abrange artigos científicos, livros, teses e outros materiais de pesquisa. Enfatize que a plataforma indexa conteúdo de diversas fontes, incluindo periódicos, repositórios institucionais e sites de editoras.

Portal de Periódicos da Capes: oferece acesso a milhares de periódicos científicos nacionais e internacionais, muitos dos quais com assinatura gratuita para instituições brasileiras. Mencione que o portal também permite a busca por temas específicos e áreas do conhecimento.

Scielo

<https://www.scielo.br/>

Buscas:

(ab:(Ciganos)) OR (ab:(Cigano)) AND (ab:(Rio de Janeiro/Minas Gerais/São Paulo/Espirito Santo)) OR (RJ/MG/SP/ES)

((ab:(Ciganos)) OR (ab:(Cigano)) AND (ab:(Políticas Públicas)) OR (Política Pública))

Resultados: 11

1. “Um presente de Deus”: a correlação entre memória e identidade no processo legislativo do Estatuto do Cigano Facebook Twitter
Silva, Phillipe Cupertino Salloum e ORCID .
Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e-43110
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43110>

2. “Tudo é troca”: ensaio sobre a catira cigana em Minas Gerais Tudo troca troca” Facebook Twitter
Campos, Juliana Miranda Soares ORCID .
Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e-43120
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43120>
3. Ciganos no Brasil: relações entre continuidade, mudança e diferença Facebook Twitter
Campos, Juliana Miranda Soares ORCID ; Fotta, Martin ORCID .
Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e44457
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.44457>
4. A luta pelos direitos ciganos no Senado Federal Facebook Twitter
Silva, Phillipe Cupertino Salloum e ORCID ; Figueira, Luiz Eduardo ORCID .
Revista Direito e Práxis Jan 2022, Volume 13 Nº 1 Páginas 312 - 341
<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54537>
5. Infância Calin: Socialização Étnica e Identidade Social entre Crianças Ciganas Facebook Twitter
Cardoso, Greycy Kelle Andrade ORCID ; Bonomo, Mariana ORCID .
Psicologia: Ciência e Profissão 2019, Volume 39 Nº spe elocation e2222651
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651> 3038 downloads
6. Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI Facebook Twitter
Rea, Caterina Alessandra ORCID .
Revista Estudos Feministas Abr 2017, Volume 25 Nº 1 Páginas 31 - 50
<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p31> 2896 downloads
7. Flores Celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú? Facebook Twitter
Magalhães, Pablo Antonio Iglesias ORCID .
História (São Paulo) Jun 2012, Volume 31 Nº 1 Páginas 65 - 100
12203 downloads Citado 1 vez em SciELO
8. *Acanthospermum hispidum* DC (Asteraceae): perspectives for a phytotherapeutic product Facebook Twitter

Araújo, Evani de L. ORCID ; Randau, Karina P. ORCID ; Sena-Filho, José G. ORCID ; Pimentel, Rejane M. Mendonça ORCID ; Xavier, Haroudo S. ORCID .

Revista Brasileira de Farmacognosia Dez 2008, Volume 18 Páginas 777 - 784

7184 downloads

9. A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais Facebook Twitter

Fazito, Dimitri ORCID .

Revista de Antropologia Dez 2006, Volume 49 Nº 2 Páginas 689 - 729

22020 downloads Citado 1 vez em SciELO

10. Fitossociologia do componente lenhoso de um refúgio vegetacional no município de Buíque, Pernambuco Facebook Twitter

RODAL, MARIA JESUS NOGUEIRA ORCID ; ANDRADE, KARLA VITÓRIA DE ALMEIDA ORCID ; SALES, MARGARETH FERREIRA ORCID ; GOMES, ANA PAULA SOUSA ORCID .

Revista Brasileira de Biologia Ago 1998, Volume 58 Nº 3 Páginas 517 - 526

5323 downloads Citado 12 vezes em SciELO

11. Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano Facebook Twitter

Braga, Cristiane Giffoni ORCID .

Revista da Escola de Enfermagem da USP Dez 1997, Volume 31 Nº 3 Páginas 498 - 516

Busca:

((Ciganos) OR (Cigano)) AND (Brasil)

Resultados: 06

1. Ciganos como povos e comunidades tradicionais: reconhecimento e direitos territoriais tradicionais Facebook Twitter

Dolabela, Helena ORCID .

Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e43113

<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43113>

2. Ciganos no Brasil: o olhar dos viajantes do século 19 e início do século 20 Facebook Twitter

Karpowicz, Débora Soares ORCID .

Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e43086

<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43086>

3. Ciganos no Brasil: relações entre continuidade, mudança e diferença Facebook Twitter

Campos, Juliana Miranda Soares ORCID ; Fotta, Martin ORCID .

Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e44457

<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.44457>

4. Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos Facebook Twitter

Coradini, Lisabete ORCID ; Souza, Virgínia de Araújo ORCID .

Sociologia 2014, Nº tematico4 Páginas 205 - 229

Resumo: ES PT FR EN | Texto: ES PT FR EN | PDF: ES | PDF: PT | PDF: FR | PDF: EN

2235 downloads

5. Flores Celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú? Facebook Twitter

Magalhães, Pablo Antonio Iglesias ORCID .

História (São Paulo) Jun 2012, Volume 31 Nº 1 Páginas 65 - 100

12203 downloads Citado 1 vez em SciELO

6. Ciganos nacionais Facebook Twitter

FERRARI, FLORENCIA ORCID .

Acta literaria 2006, Nº 32 Páginas 79 - 96

4714 downloads Citado 2 vezes em SciELO

Busca

(Ciganos) OR (Cigano) AND (Direitos/Acesso)

Resultados: 02

1. “Um presente de Deus”: a correlação entre memória e identidade no processo legislativo do Estatuto do Cigano Facebook Twitter

Silva, Phillipe Cupertino Salloum e ORCID .

Civitas - Revista de Ciências Sociais 2023, Volume 23 elocation e-43110

Resumo: EN ES PT | Texto: EN ES PT | PDF: EN | PDF: ES | PDF: PT

<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43110>

2. A luta pelos direitos ciganos no Senado Federal Facebook Twitter
Silva, Phillipe Cupertino Salloum e ORCID ; Figueira, Luiz Eduardo ORCID .
Revista Direito e Práxis Jan 2022, Volume 13 Nº 1 Páginas 312 - 341
Resumo: PT EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN
<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54537>

Google Scholar

Busca: Ciganos, políticas públicas, SP, RJ, ES, MG
Aproximadamente 7.680 resultados

Foram selecionados os principais

1. Até que ponto e como os ciganos aparecem para o Estado

JGS Correa, MRR Batista - evento.abant.org.br

... das Políticas Públicas, com relação ao Povo Cigano, se reconhece que um dos maiores desafios é ... O MPF em Minas Gerais faz recomendações visando resolver os problemas vividos ...

2 Pesquisa-ação junto aos Povos Ciganos de Minas Gerais-da exclusão histórica ao exercício do Direito à Comunicação J BRITTES - portalintercom.org.br

... Ganhamos credibilidade e conquistamos políticas públicas para o nosso povo (...) compartilhamos as revistas Zape para que todos conheçam a nossa história. Também nos ...

3 A VISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CIGANOS-CALONS RESIDENTES EM PRAIA GRANDE, FUNDAÇÃO-ES AB DE SOUZA - unisales.br

... ciganos e não ciganos, principalmente em Minas Gerais, ... expulsão dos ciganos de seus acampamentos, é inegável que ... encalço de bandos ciganos em Minas Gerais, que resultaram ...

4 Políticas públicas para ciganos no município de Santo Amaro NMO Sanca - 2016 - repositorio.unilab.edu.br

... Políticas Públicas voltadas para ciganos, no município de Santo Amaro, depois de I Semana Nacional dos Povos Ciganos ... “Em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a ...

5 Acampamentos “ciganos” 2017: os desafios da implementação de direitos

E Costa - periodicos.ufpe.br

... afirmam desenvolver políticas públicas para os ciganos (Tabela III). É importante termos em ... É o caso do município de São Paulo, que conta como 01, entretanto possui 05 grandes ...

6 Os deslocamentos ciganos pelas regiões de Minas Gerais CLR COUTINHO - *Áltera*—Revista de Antropologia, João ..., 2018 - pdfs.semanticscholar.org

... no período em que as ideias de modernização e progresso construídas no século XIX orientaram políticas públicas, resultando na exclusão de grupos e indivíduos que não ...

7 Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil—2013

M Vasconcelos, J Ribeiro, E Costa - AMSK Brasil, Brasília, 2013 - amsk.org.br

... acampamentos ciganos e que desenvolviam políticas públicas ... acampamentos ciganos desenvolviam políticas públicas ... atrás apenas do estado de Minas Gerais

8 Os ciganos e os processos de exclusão L Andrade Júnior - *Revista Brasileira de História*, 2013 - SciELO Brasil

... ': Minas Gerais expulsa seus ciganos para São Paulo, que os ... para Minas Gerais, etc. Ou seja, o melhor lugar para os ... sobre as políticas públicas em relação aos ciganos ocorrem em ...

9 TRILHAS DA INIQUIDADE:: SAÚDE DE POVOS CIGANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL MG de Almeida, DRM Barbosa - *Revista Gestão & Saúde*, 2013 - periodicos.unb.br

... população cigana e sua inserção nas políticas públicas em ... por meio dos descritores Ciganos, Cigana, Cultura, Saúde, ... questão “como as políticas públicas de saúde se relacionam ...

10 Vigilância, controle e políticas públicas de saúde para ciganos: reflexões sobre desigualdade e exclusão. AAS Júnior, IS de Araujo - ciseco.org.br

... (53), Minas Gerais (58) e Goiás (38). Dos municípios que declararam ter acampamentos em seu território, 40 deles afirmaram desenvolver políticas públicas para os povos ciganos. ...

11 Dilemas da diversidade em um processo de regularização fundiária: o caso de Ciganos calon em Belo Horizonte D Lima, H Dolabela - ... da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015 - periodicos.ufmg.br

... indígenas e comunidades quilombolas –, os ciganos não contam com um suporte jurídico-... nas políticas públicas para as populações tradicionais. Por conta desse destaque, os ciganos ...

12 Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: A apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em ... AA Silva Júnior - 2018 - arca.fiocruz.br

... No capítulo 4, “O universo cigano: os contextos de apropriação das políticas públicas de saúde”, nos aprofundamos nos contextos da saúde cigana, tanto no Brasil, quanto em Portugal ...

11 Povos Ciganos: O Anticiganismo E Os Desdobramentos Da Questão Social

I da Silva Marques... - *Brazilian Journal of ...*, 2020 - ojs.brazilianjournals.com.br

... E como tudo que é ruim só podia ser de origem cigana, ... ano grassava em Minas Gerais tinha sido trazido pelos ciganos. (... que ora abordamos e atua por meio das políticas públicas, ...

12 Ciganos no sul do Estado do Rio de Janeiro:: transformações sociais e acesso aos direitos fundamentais JRF Tambasco - *Revista da Defensoria Pública da União*, 2018 - revistadadpu.dpu.def.br

... As políticas públicas governamentais necessitam de dinamicidade quanto aos serviços ... Ciganas da região metropolitana de São Paulo e do estado de Minas Gerais, onde o grupo...

13 Da invisibilidade à construção intercultural de política pública para o Dia da Etnia Cigana em Itabuna-BA DB Santos, FA da Silva - *Revista de Estudos em Relações ...*, 2022 - periodicos.unb.br

... políticas públicas pode se configurar como importante ferramenta de visibilidade e legitimação da cultura e das tradições dos povos ciganos. ... de grupos ciganos são: Minas Gerais (58), ...

14 O Programa Nacional de Direitos Humanos e a questão cigana

LAR Silva - ... *Humanos e a questão cigana*, 2015 - Universidade Católica do

15 Povos ciganos, povo silenciado: desafios e possibilidades do serviço social
IS Marques - Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores ..., 2018 - periodicos.ufes.br
... da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Outro avanço muito importante da MUNIC de 2011 foi
incluir na pesquisa a questão por políticas públicas para os povos ciganos. Questionar as ...

16 “Um presente de Deus”: a correlação entre memória e identidade no processo legislativo
do Estatuto do Cigano

PCS Silva - Civitas-Revista de Ciências Sociais, 2023 - SciELO Brasil

... com a previsão de políticas públicas para os povos ciganos. ... à luta política dos povos
ciganos de modo geral no Brasil, o ... resistem como ciganos desde sempre, seja em Minas
Gerais, ...

17 Os ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920) CLR Coutinho - 2017 - realp.unb.br
... é identificar, a partir dos registros das autoridades policiais mineiras, as peculiaridades
dos ciganos em Minas Gerais... no século XIX orientaram políticas públicas, resultando na ...

18 Estatuto do cigano: um marco legal necessário no brasil GFM Andréa - Unisul de Fato e de
Direito ..., 2020 -animaeducacao.com.br

... Segundo o guia de políticas públicas para povos ciganos, há no Brasil a presença das
três...

Portal de Periódicos da CAPES

Ciganos, Políticas Públicas

19 resultados

1 TRILHAS DA INIQUIDADE: SAÚDE DE POVOS CIGANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Marco Antônio Bettine de Almeida, Débora Regina Marques Barbosa

... LILACS e Google Scholar por meio dos descritores Ciganos, Cigana, Cultura, Saúde,
Identidade, Promoção da Saúde, Equidade e Políticas, agrupados ou isoladamente, com o
objetivo de responder à questão “como as políticas públicas de saúde se relacionam com as
necessidades impostas ...

2013 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | Revista Gestão & Saúde

2 “Vai além do nomadismo”: processos identitários, povos ciganos e o Estado na prática legislativa

Phillipe Cupertino Salloum e Silva, Luiz Eduardo Figueira

... se restringe ao reconhecimento dos direitos dos povos ciganos e à previsão de políticas públicas. Culmina também na própria constituição do “sujeito cigano”, que se dá mediante um impulso dicotômico no ...

2022 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | Antropolítica

3 SUS e povos ciganos: Desafios na construção de uma política brasileira para equidade

Luana Antonino de medeiros, Maria de Lourdes Soares

... equidade enquanto um princípio fundamental na formulação de políticas públicas para ciganos. Concluimos que o Estado brasileiro desconhece as condições ...

2018 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | Áltera

4 Ciganos: breve definição e análise dos movimentos sociais e políticas públicas no Brasil até 2014

Télia Resende de Sousa Lima

... aspectos dos movimentos sociais e a formulação de políticas públicas direcionadas a povos ciganos no Brasil até janeiro de 2014, principalmente ao ...

2014 | Humanidades em diálogo

5 “Prêmio Culturas Ciganas”: uma análise antropológica de uma política pública brasileira

Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Luana Antonino de medeiros

... premiados. Assim, investigou-se as relações dos grupos ciganos com o estado nacional por meio de suas políticas públicas; tendo como desdobramentos uma investigação das imagens e discursos mais recorrentes sobre os ciganos na referida premiação.

2023 | Revista antHropológicas/Revista AntHropológicas

6 DIREITOS, IDENTIDADE E POVOS CIGANOS: UM ESTUDO SOBRE AS FRONTEIRAS DOS PROCESSOS DE NORMATIZAÇÃO DA CIGANIDADE NO BRASIL

Phillipe Cupertino Salloum e Silva, Luiz Eduardo Figueira

... seja, da “ciganidade”, pois esta condição, o “ser cigano”, nos últimos 15 anos, vem possibilitando acionar políticas públicas, reivindicar direitos humanos específicos, assim como ocupar espaços em conselhos, órgãos públicos, participar de reuniões etc. Levantamos a seguinte questão, como problema de pesquisa: como os diferentes entendimentos sobre ciganidade surgem e influenciam no processo de tramitação do projeto de lei nº 248/2015,

que propõe a criação de um Estatuto do Cigano? No percurso deste processo legislativo, diferentes formas de ...

2019 | Direitos Culturais/Revista Direitos Culturais

7 “Um presente de Deus”

Phillipe Cupertino Salloum e Silva

... reivindicar um marco normativo com a previsão de políticas públicas para os povos ciganos. Envolvem de forma preponderante o esforço em entrelaçar ...

2023 - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL | Civitas - Revista de Ciências Sociais

8 Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista

Alexandra Castro

... à ausência de visibilidade na agenda das políticas públicas. De facto, não existe nenhum estudo em Portugal de carácter sociográfico que permita uma caracterização pormenorizada da população cigana, apesar de esta ser a minoria étnica a residir há mais tempo no país. Os dados existentes resultam de alguns estudos monográficos que têm sido realizados e permitem apenas aproximações à

2010 - UMR ESPACE et UMR LISST | Forum sociológico

9 ESTATUTO DO CIGANO: UM MARCO LEGAL NECESSÁRIO NO BRASIL

Gianfranco Faggin Mastro Andréa

... projeto de lei que institui o “Estatuto do cigano” é que se estabelecerá um parâmetro e norte para a confecção e efetivação de políticas públicas em favor da população cigana no Brasil.

2020 | Unisul de Fato e de Direito

10 Ciganos no sul do Estado do Rio de Janeiro:

José Roberto Fani Tambasco

As políticas públicas governamentais necessitam de dinamicidade quanto aos serviços prestados às comunidades tradicionais. Os Ciganos, no caso específico, as comunidades Ciganas da região sul do interior do estado do Rio de Janeiro, ...

2018 | Revista da Defensoria Pública da União

11 Os deslocamentos ciganos pelas regiões de Minas Gerais

Cassi Ladi Reis Coutinho

... modernização e progresso construídas no século XIX orientaram políticas públicas, resultando na exclusão de grupos e indivíduos que não comungassem deste projeto. Marcados pelo estigma, os ciganos eram marginalizados pela sociedade, que os classificava como ...

2018 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | Áltera

12 Ciganas e Ciganos no Brasil e Portugal: uma análise comparativa acerca dos processos de integração e construção de políticas sociais

Jamilly Cunha, Olga Magano

... artigo, procedemos à análise e comparação do impacto de políticas públicas no Brasil e em Portugal em termos de integração por parte de pessoas Ciganas, nomeadamente qual o impacto de diretivas da União Europeia no caso português neste processo.

2020 | Revista antHropológicas/Revista AntHropológicas

13 Ciganos e Itinerância: Realidades Concelhias e Formas de Hospitalidade

Alexandra Castro

... desagregação territorial elevado tem dificultado o delinear de políticas públicas, locais ou nacionais. Um estudo recentemente concluído permitiu identificar a dimensão da comunidade cigana em grande parte do território continental; os locais de permanência dos ciganos itinerantes e razões para a alteração dos espaços ...

2004 | Cidades, comunidades e território/Cidades comunidades e territórios

14 SAÚDE DA POPULAÇÃO CIGANA URBANA NO RIO DE JANEIRO/BRASIL

Mio Vacite, Fábio de Almeida Bolognani, Marcia Cristina Braga Nunes Varricchio, Alexandre dos Santos Pyrrho, da Silva J, Celso Luiz Salgueiro Lage

... o potencial do mercado virtual aos produtos culturais ciganos visando a promoção da autonomia financeira em tempos per e pós pandêmicos com efeito multiplicador sobre as demais lideranças em outros estados. Culminando em apresentação destas contribuições em eventos institucionais e universitários ressaltando a importância do bem-estar destes povos em sua dignidade. A atenção psicossocial foi prestada através da informação como construir políticas públicas às lideranças ciganas no Rio de Janeiro que ...

2023 - Faculdade Novo Milênio | Foco

15 CULTURA CIGANA: A PRÁTICA DO NOMADISMO E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

Rayssa Rodrigues Meneghetti, Carla Ribeiro Volpini Silva

... os aspectos gerais acerca da Cultura dos povos ciganos, sobretudo a prática do nomadismo, as suas causas e consequências. Ademais, tem como proposta apontar as ações estatais de proteção destes povos, com base na discriminação e na segregação que sofrem diante da sociedade civil, bem como as políticas públicas capazes de efetivar o direito fundamental social à ...

2018 - National Council for Research and Postgraduate Studies in Law | Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais

16 CALONS: REDEFININDO AS FRONTEIRAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL

Phillipe Cupertino Salloum e Silva, Marcos José de Oliveira Lima Filho

... na esfera acadêmica, assim como no âmbito das políticas públicas. Este trabalho científico pretende, a partir de quatro situações concretas acompanhada pelos autores, refletir o racismo institucionalizado e o sistema de justiça penal, diante da realidade vivenciada pelos ciganos. Objetiva-se, ao mesmo tempo, refletir as teorias ...

2018 - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA | Revista Brasileira de Políticas Públicas

17 Jovens ciganos no ensino médio em Portugal: fatores-chave para a continuidade e o sucesso escolar

Maria Manuela Mendes, Olga Magano, Sara Pinheiro, Susana Mourão

Apesar de em Portugal existirem políticas públicas de combate às desigualdades, incluindo as escolares, a origem socioeconômica, o gênero e a pertença étnica dos estudantes continuam a ter um impacto incontornável nos percursos escolares. Os ciganos são dos mais afetados por essas desigualdades, reveladas pelas ainda salientes taxas de abandono escolar precoce e por retenções e insucesso ...

2022 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO | Tempo Social

18 CRIANÇAS DE ETNIAS CIGANAS NO BRASIL: PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monique de Oliveira da Silva Rodrigues, Ercília Maria Ângeli Teixeira de Paula

... etnias ciganas que residem no Brasil; identificar as políticas públicas de educação no Brasil para as crianças de ... grupos étnicos gitanos que residem em Brasil; identificar políticas públicas de educación en Brasil para niños romaníes; Para ...

2021 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO | Cadernos de Pesquisa

19 Ingresso de quilombolas e indígenas na Unilab: uma proposta que nasce no Quilombo Sítio Veiga – Quixada/CE

Antonio Jeovane da Silva Ferreira, Eliane Costa Santos, Jacqueline da Silva Costa

... assim, é imperativo saber como o aprimoramento dessas políticas tem se dado. O texto realiza o estado da arte sobre o contexto em que essas medidas foram criadas, do ambiente favorável e democrático dos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da Presidenta Dilma Rousseff em apoiar a implantação das cotas nas universidades públicas (estaduais e federais), no caso da Unilab, sua ...

2022 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS | Horizontes

Anexo II - Detalhes sobre atividades de pesquisa da equipe

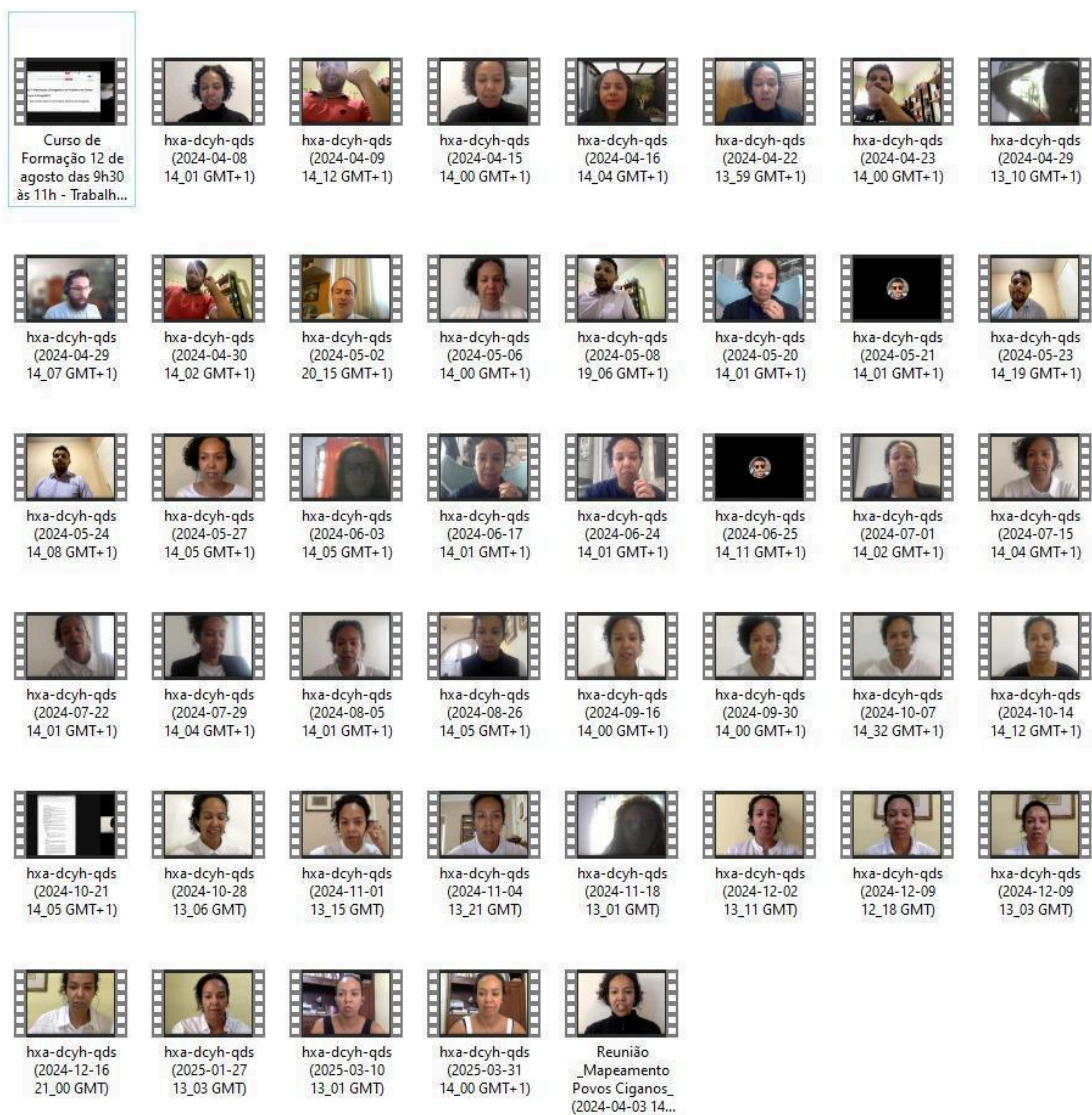
Números de outras atividades internas e com estado, presenciais e remotas:

Entrevista com gestores do Estado	
Espírito Santo	2
Minas Gerais	2
Rio de Janeiro	2
São Paulo	5
Total	11

Reuniões de equipe	
Remota via Google Meet	42
Presenciais	8
Total	50

Anexo III - Imagens de reuniões de equipe

Captura da pasta com as gravações das reuniões e gravações da equipe através do Google Meet



Fonte: Arquivos da equipe

Anexo IV - Imagens da pesquisa de campo

Embu das Artes - SP

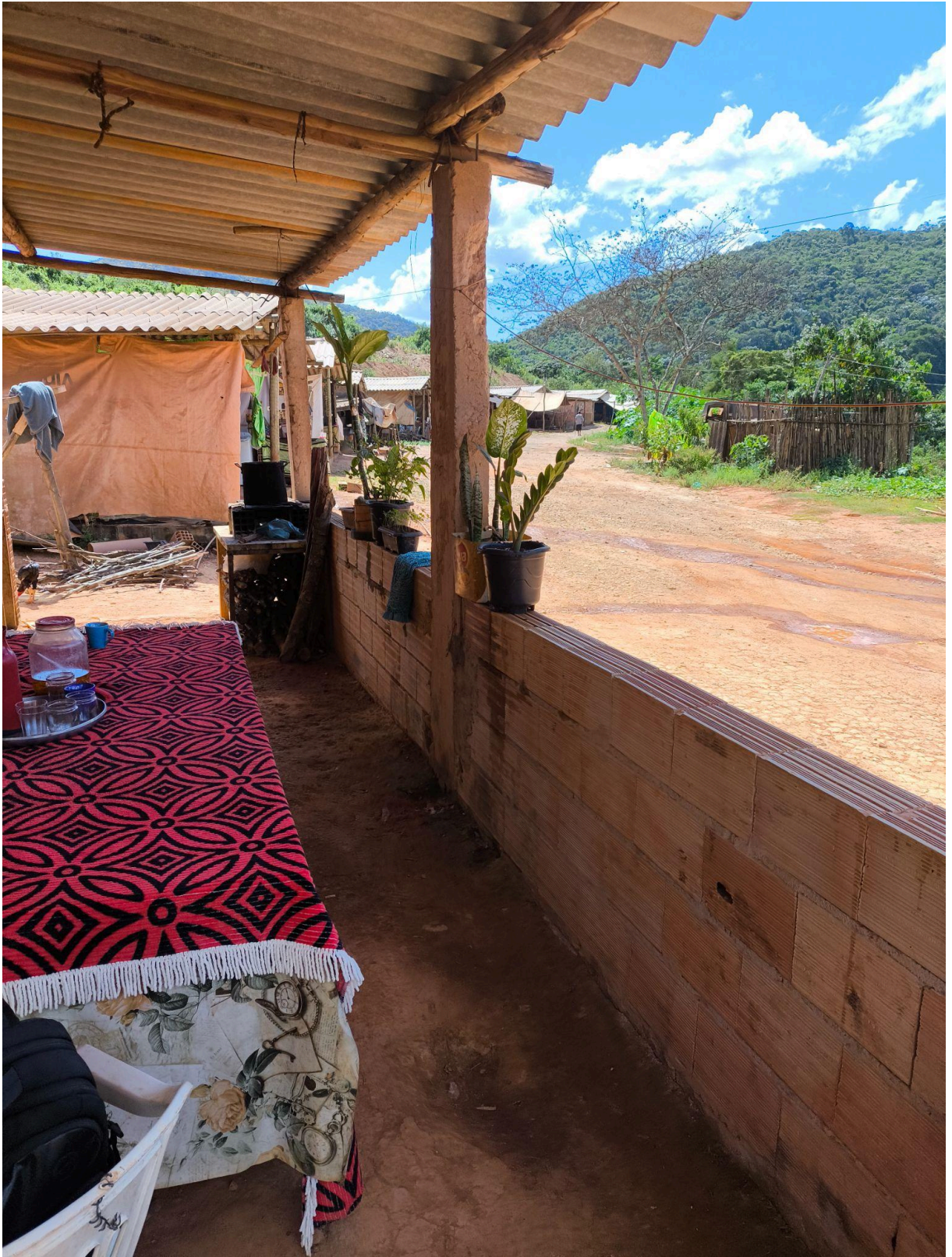






Minas Gerais (MG)















Roseira (SP)









Campos dos Goytacazes (RJ)









São Paulo (SP) - Grande São Paulo e Cidades

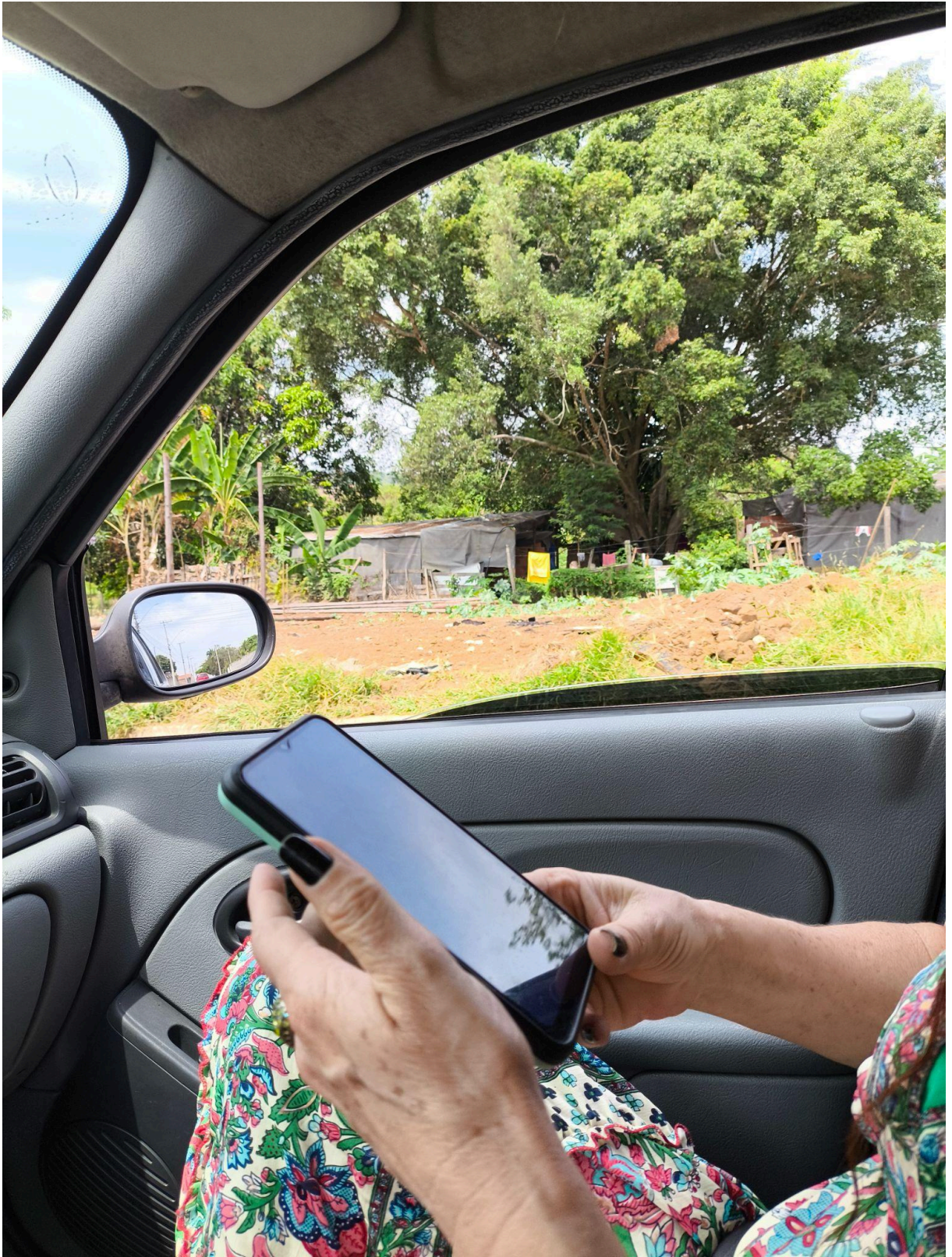




















































Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG)



















Anexo V - Relatos de campo dos pesquisadores da equipe

RELATO INDIVIDUAL DE VISITA A TAUBATÉ DA PESQUISADORA LOURDES CORREA

A cidade de Taubaté fica a 140 km do marco zero de São Paulo, aproximadamente, 2 horas e 45 minutos do Terminal Rodoviário Tietê; sendo que para que possa acessar o TRT o transporte utilizado e ônibus intermunicipais e metrô, o trajeto é feito em 1 hora e meia.

Nas comunidades ciganas de Taubaté foi realizada mais de uma visita; a primeira foi em setembro de 2024, essa opção se deu ao fato de que são famílias ciganas que sempre tiveram a imagem da cigana ativista, e neste caso o papel seria de pesquisadora se fazia necessário conversa franca; até por conhecer o histórico ligado a pesquisas, ou seja, em sua maioria para essas famílias ciganas sempre muito associada a que vão a comunidade coletam dados, tiram fotos e depois somem (sic) e concretamente não contribuem com nada para a transformação dessas comunidades, ou seja, após as pesquisas não tem devolutiva nenhuma; também, se fazia necessário explicitar que como pesquisadora há a bolsa pesquisa, para que mais uma vez não se sentissem enganados. Esse cuidado se deve ao fato de que embora sempre tenham imagens vinculadas a pesquisas e a eventos desconhecem a questão do direito de imagem. Era de suma importância que compreendessem o objetivo geral do mapeamento realizado pelo MIR através do TED com a Universidade Jataí para que pudessem dar anuência à realização da pesquisa e, por outro lado entenderem no que de forma imediata poderia contribuir com a comunidade.

As pessoas ciganas que se refere são da etnia calon; em sua maioria não tiveram acesso ao ensino fundamental, enfrentam dificuldades de entender esse “MO” de pesquisas, editais culturais e semelhantes que os envolve e muitas vezes sem dirimir as dúvidas sobre o objetivo final.

Na comunidade foi conversado com diversas pessoas sendo que como já relatado as relações são demais de uma década, portanto, a pesquisadora acompanhou nascimentos, casamentos, falecimentos, etc... na época a maioria dos residentes em Taubaté residiam no acampamento cigano de Guarulhos, no qual permanecerem por mais de 10 anos, tendo se mudado pelo fato do terreno pertencer a particular. Guarulhos era referencial para muitos ciganos, que optam por realizarem cadastros na assistência social ou mesmo atendimentos médicos na cidade, devido às ações desenvolvidas naquela cidade no ativismo cigano; por exemplo, a UBS Dinamarca por portaria foi nomeada como unidade de referência para o atendimento dos ciganos.

Antes do início da pandemia todos ainda tinham o CADÚNICO em Guarulhos; especificamente a Comunidade do Jardim Santa Teresa; quando houve o decreto já estavam em Taubaté e começaram a ser atendidos na questão de segurança alimentar pela Roda Cigana que foi criada com o objetivo de atender as comunidades ciganas de São Paulo, posteriormente, ampliada para nível nacional.

Posteriormente, no mês de outubro marcou-se desta vez com a presença do pesquisador Antonio, e me hospedei em hotel da cidade, e na manhã seguinte nos dirigimos às comunidades.. Foram realizadas entrevistas abertas e ouvi-los sobre as dimensões de acesso a políticas públicas como saúde, moradia, renda, educação etc. também perguntamos sobre o quantitativo aproximado de pessoas/famílias ciganas, percepção de discriminação e preconceito, dificuldades em acessar serviços públicos, o seu conhecimento sobre serviços destinados e comunidade cigana e ainda como acessam os serviços; a visita de Taubaté foi previamente agendada, devido as relações estabelecidas anteriormente com a comunidade, os CRAS já os acompanha desde 2020, quando então foram acionados, bem como, já existia um trabalho em parcerias em outras ações do município; a segunda parte foi visitar unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS..

No dia 17 de outubro de 2024, houve o encontro presencial dos pesquisadores Lourdes (Lu Ynaiah) e em seguida, partimos para nosso primeiro compromisso do dia, que é o foco deste primeiro relato: a visita a um CRAS na cidade de Taubaté, localizado no bairro do Belém. Esse CRAS atende uma comunidade cigana composta por aproximadamente 19 famílias que residem no bairro adjacente.

A chegada ao CRAS foi por volta das 8:50 da manhã; Sr. Valdo assessor do secretário de assistência social nos recebeu; ele é assistente social e há um certo tempo acompanha as famílias ciganas desde que foi nomeado para o cargo; anteriormente, foi Conselheiro Tutelar e na época optou por uma medida de abrigo para uma bebe cigana, a família era de Caçapava; quando então a pesquisadora Lourdes enquanto ativista teve divergências, questionando a violação dos direitos à convivência familiar e comunitária; visto que, o CT tinha optado pela medida de proteção sem esgotar as possibilidades de manter a criança na família a partir daí se estabeleceu uma parceria de respeito e cooperação entre ambos. A título de informação a criança permaneceu por um período em abrigo em Taubaté, foi recambiada para Caçapava, tendo a pesquisadora Lourdes enquanto ativista acompanhado todo o processo,inclusive, contribuído com relatório ao Fórum daquela Comarca.

Estavam presentes representantes de diversas áreas: saúde, educação, assistência social, e até mesmo da Secretaria Municipal de Diversidade e Combate ao Bullying nas Escolas.

Foi explanado pelos pesquisadores sobre o mapeamento e a que foi efetivado por um termo descentralizado vinculado ao Ministério da Igualdade Racial, acolhido pela Universidade Federal de Jataí em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Como pesquisadores de campo, nosso objetivo era levantar dados sobre políticas públicas para fornecer ao governo federal um relatório final sobre o mapeamento de famílias ciganas em relação à assistência social e políticas públicas.

A reunião foi bastante produtiva, durando cerca de duas horas e meia. Muitos dos presentes se mostraram interessados e engajados em colaborar com o levantamento de dados. Como os sistemas de cada área não são unificados, era necessária a cooperação dos operadores e técnicos para realizar buscas precisas, como, por exemplo, identificar quantas famílias ciganas estão cadastradas no CADÚNICO, quantas recebem auxílio moradia, quantas crianças ciganas enfrentam problemas como violência, bullying ou evasão escolar; foram trocadas informações e conhecimentos.

A comunidade cigana em Taubaté é expressiva e está distribuída por vários bairros, não se limitando a uma única localidade. Muitos dos profissionais ali presentes - atuam em diferentes áreas do serviço público, como também diferentes áreas geográficas de Taubaté - enfrentam dificuldades em saber como trabalhar e acolher essa comunidade, e viram na reunião uma oportunidade para expressar suas dúvidas e anseios, além de reconhecer nosso trabalho e interesse em estar naquele espaço.

Vale salientar, que neste Município desde 2020 os serviços estão em contato com a Roda Cigana acessando quando de dificuldades com a comunidade e vice-versa, ou seja, a comunidade quando enfrenta dificuldades solicita interlocução a Lourdes que está como pesquisadora e é ativista.

Na reunião haviam pessoas ciganas também, foram propositalmente para reivindicar um atendimento médico especializado para um adolescente da família que é cadeirante não está conseguindo atendimento relacionado a fisioterapia.

Em seguida a reunião foram realizadas outras visitas, na comunidade cigana visitada as pessoas ciganas residem em casas de alvenaria, diferente do que o imaginário popular define como moradias tradicionais para ciganos, ou seja, que devam morar em barracas de lonas.

RELATO DE LOURDES – VISITA A PINDAMONHANGABA

No dia 18 de outubro de 2024, foi realizada visita pelos pesquisadores Antonio Claudio e Lourdes em uma comunidade cigana no bairro Shangrilá; neste bairro são 4 núcleos familiares, o que estivemos é o localizado na parte de cima da Rua Nove; sendo que, na rua lateral existe outro, na parte de baixo embora aparentemente seja o mesmo acampamento, para os ciganos são acampamentos independentes e também na rua lateral no sentido de descida há 5 famílias que residem em casas de alvenaria; além de mais um núcleo familiar no bairro Araretama este último são parentes dos ciganos que residem em Itapeperica da Serra e no bairro do Maracaibo em Tremembé são apelidados de “ciganos paulistas” dos grupos “pesquisados” é o que se movimenta mais entre cidades de São Paulo e Minas Gerais.

O acampamento que recebeu os pesquisadores refere-se ao da Rua Nove; as famílias citadas já mantinham contato com a pesquisadora Lourdes, enquanto ativista devido a demandas no que se refere a garantia de direitos sociais; sendo que, para a realização da visita se fez necessário realizar visita anterior afim de explicar sobre o Mapeamento e a importância do mesmo, que para a pesquisadora e ativista refere-se a contribuir para a garantia do acesso as políticas públicas nos âmbitos municipais e estaduais, independentemente de como será usado em outras esferas; uma grande porcentagem dessas famílias são oriundas da cidade de Resende que em novembro de 2023 foram obrigadas a migrar para o Estado de São Paulo devido a expulsão por parte do poder paralelo no Rio de Janeiro; se estabeleceram a principio na Rua Lateral foram cerca de 80 famílias que chegaram a SP praticamente com as roupas do corpo; visto que, tiveram todos os objetos, eletrodomésticos saqueados ou incendiados e, corriam risco de vida; quando desse fato muitas dormiram em carros na Rodovia Dutra; Lourdes (Lu Ynaiah) enquanto ativista foi acionada pela comunidade e, através de doações da sociedade civil arrecadadas pela Roda Cigana os auxiliou e a partir dai houve a aproximação com a comunidade. Posteriormente, algumas famílias se mudaram para a cidade de Roseira, outras oriundas de Itaquaquecetuba devido a divergências com outras famílias se instalaram nesse local. O bairro Shangrila fica numa área periférica próxima à Via Dutra, a cerca de quarenta minutos de carro do Centro da cidade. O bairro é considerado uma área de preservação ambiental, quase rural.

A recepção dos pesquisadores foi realizada por quatro pessoas ciganas, duas mulheres e dois homens, houve acolhida por parte dos mesmos; quando da entrevista relataram dificuldades em acessar os serviços públicos, tais como, o CRAS para transferência

do CADÚNICO e o benefício do bolsa família, a unidade de saúde. Relataram ainda que somente quando da chegada das famílias foram visitadas pelas assistentes sociais; necessário esclarecer que isso ocorreu porque a pesquisadora Lourdes enquanto ativista quando da chegada dos mesmos na cidade acionou o então assessor da secretaria de assistência social e também na época emitiu denúncia ao MP sobre a situação das famílias ciganas no Vale do Paraíba. A cigana F. que acompanhou a visita também teve ocorrências no Conselho Tutelar, visto que foi denunciada por possível agressão aos filhos, e foi constatado que o CT havia se confundido com outra pessoa.

A outra cigana M. que reside com marido e sogro solicitou nesta data a pesquisadora Lourdes orientações acerca da situação criminal de seu sogro: estava cumprindo sentença por homicídio e como teve um AVC e os demais presos necessitavam realizar os cuidados, realizaram um movimento e o mesmo foi liberado para cumprir sentença em regime de prisão domiciliar e estavam confusos quanto aos procedimentos.

Diante da situação apresentada “reclamações” sobre o atendimento do CRAS, os pesquisadores Antônio e Lourdes decidiram visitar o Cras do território de forma informal com o objetivo de apresentar o trabalho e compreender as relações do CRAS com as famílias ciganas.

Houve dificuldades para acessar o CRAS, visto que, haviam mudado de endereço cabe assinalar que a estrutura física deste é de “isolamento”: todo fechado e com grades nas janelas e portas. De forma consensual optou-se pelo pesquisador Antonio realizar a abordagem, provavelmente, na avaliação deste que a questão era devido a discriminações já sofridas pela outra pesquisadora; entretanto, para esta estar demonstrando as dificuldades encontradas em determinados serviços públicos enquanto usuário, ainda mais quando se refere a pauta cigana.

No balcão da recepção o pesquisador Antônio se apresentou e pela demora demonstrou inquietação; quando da devolutiva a recepcionista limitou-se a responder que "A assistente social pediu para vocês ligarem nesse número ou irem a esse endereço, pois lá terão todos os dados que precisam."

Nessa situação observou-se duas reações opostas: a de Antônio que demonstrou indignação e a de Lourdes que por ter vivenciado esses “protocolos” não demonstrou surpresa tendo verbalizado a esse: “Você não entendeu que ela não quer falar com a gente?” – Cabe ressaltar que as pessoas que atuam com os serviços públicos diariamente acabam por

entender códigos não-verbais, tanto que, a funcionária, que estava atrás das grades, fez um semblante de concordância, mas sem dizer nada.

A pesquisadora Lourdes então pontuou a seu colega de pesquisa Antônio sobre a forma de tratamento destinada às pessoas ciganas, ainda mais quando se apresentam com vestimentas que são caracterizadas como indumentária cigana. Quando da saída do CRAS em comum acordo decidiram se dirigir até a

Secretaria de Assistência Social de Pindamonhangaba.

Na Secretaria de Assistência Social após o relato e apresentação por parte dos pesquisadores ao recepcionista foram informados que a secretária não estava presente, pois era sexta-feira e o movimento era menor.

Devido a insistência foram direcionados e recebidos pela subsecretaria de Assistência Social quando explicou que naquele momento, representava a secretária, mas que sua permanência no cargo era incerta devido às recentes eleições municipais.

Foi explicado sobre a pesquisa e papel dos pesquisadores e também, sobre a visita ao acampamento e a dificuldade de atendimento no CRAS, o que mobilizou a ida sem um prévio agendamento, mas se fosse necessário, a secretaria seria oficiada via Brasília - MIR, mas que preferimos naquela ocasião ter uma conversa informal e estabelecer cooperação voluntária.

A subsecretária afirmou que a orientação padrão era que as unidades do CRAS direcionassem demandas específicas para a Secretaria de Assistência Social, mas reconheceu que o tratamento foi inadequado. Solicitou a presença da supervisora dos CRAS da cidade, e buscaram amenizar a situação, e que avaliaram junto a equipe; houve relutância em compartilhar dados sobre o atendimento às famílias ciganas; interessante observar as estratégias e as percepções dos pesquisadores cada qual utilizará suas próprias vivências, formação acadêmica e ou experiências. O pesquisador Antonio adotou a estratégia de sedução (sic) e passou a explicar que o mapeamento a ser realizado no Sudeste era crucial para identificar necessidades e que, caso houvesse verbas federais disponíveis, Pindamonhangaba poderia ser beneficiada. No entanto, sem dados precisos talvez a cidade não fosse incluída adequadamente no relatório. Por outro lado, a pesquisadora Lourdes observava atentamente as reações da subsecretaria e percebeu que a mesma havia

associado o nome dela a denúncia realizada ao MP como ativista, ao contato com o Assessor do Prefeito e outras situações que o pesquisador Antônio desconhecia; também, interessante ressaltar que quando se envolve relações humanas nem sempre se faz necessário a comunicação verbal, ainda mais quando se refere ao poder público.

Quando da saída a pesquisadora Lourdes compartilhou com o pesquisador Antônio de forma superficial os contatos enquanto ativista com as instâncias do poder municipal tais como: a denúncia do MP, o contato com o assessor do prefeito, a concessão de aluguel social e demais benefícios e ou direitos sociais que o Município violará quando do atendimento às pessoas ciganas e a posição verbalizada pelo Prefeito à ela: não há atendimento preferencial às pessoas ciganas, devem entrar na fila e aguardar e senão houver recursos não serão atendidas.

Embora o pesquisador Antônio tenha entendido que a pesquisadora Lourdes acreditasse ser retaliação na recusa de atendimento, por outro, lado a ela evidenciou que é este o atendimento destinado aos usuários do CRAS naquela cidade e no caso das pessoas ciganas devido a discriminação o atendimento ainda é mais precário; talvez, como já relatado por vivências e ou mesmo formações acadêmicas diferenciadas as percepções serão também diferenciadas. Fato é que quando o trabalho é desenvolvido por 2 pesquisadores e ou mais as percepções e observações obrigatoriamente serão diferenciadas, que se trabalhadas em equipe podem enriquecer mais o trabalho, bem como, quando a proposta é de envolver pessoas que fazem parte da comunidade o resultado poderá ou não ser de qualidade, dependerá da forma que se pretende ao final do trabalho, poderemos reproduzir as relações hierárquicas já existentes na qual partimos do princípio de que o conhecimento acadêmico supera qualquer outro tipo de conhecimento; e se não for reconhecido que o pesquisador pertencente a comunidade também pode atingir e ou deter o conhecimento acadêmico, quaisquer pesquisas relacionadas a povos e comunidades tradicionais estará fadada ao fracasso pelo menos no que tange a contribuir com as comunidades pesquisadas.

A recepção em CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) é algo que fazemos destaque, e seguindo a metodologia etnográfica, recorreremos a duas narrativas para comparar contrastivamente:

A recepção em CRAS que atendem ciganos em Taubaté e Pindamonhangaba SP: um relato etnográfico pragmático

Introdução

Este relato ocorre a partir do trabalho de campo realizado em outubro de 2024 na região Vale do Paraíba, região essa atravessada pela Via Dutra.

Fui para o Vale do Paraíba, e fiquei hospedado na cidade de Taubaté/SP, primeiro por ser a principal cidade de trabalho de campo na ocasião - outubro de 2024, segundo por ser uma cidade estratégica para se mover pela Via Dutra e também outras estradas internas que a conectam com outras cidades do roteiro que tínhamos estabelecido - Pindamonhangaba, Tremembé e Roseira.

O objetivo de realizar esse trabalho de campo específico deu-se em duas partes, eu escolhi a segunda parte como a mais importante para este relato que será incorporado ao relatório final, entretanto, para fornecer uma nuance mais explicativa, irei descrever a seguir as duas de forma sucinta e elucidativa. A primeira parte foi visitar comunidades e acampamentos ciganos, estabelecidos ou itinerantes nas cidades. Nessas visitas, além de realizar entrevistas abertas e ouvi-los sobre as dimensões de acesso a políticas públicas como saúde, moradia, renda, educação etc. também perguntamos sobre o quantitativo aproximado de pessoas/famílias ciganas, percepção de discriminação e preconceito, dificuldades em acessar serviços públicos, o seu conhecimento sobre serviços destinados e comunidade cigana e ainda como acessam os serviços. A segunda parte foi visitar unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em duas cidades, Taubaté e de Pindamonhangaba, a saber, a visita de Taubaté foi previamente agendada, devido à abertura institucional e receptividade. Em Pindamonhangaba não foi agendado. A ida aos CRAS se deu após reclamações de não atendimento de um acampamento cigano e então, tinha como objetivo entender as dificuldades em dar assistência e prestar atendimento à estas pessoas, esclarecer dúvidas quando possível, e também apresentar o mapeamento. Informamos também que estávamos na cidade levantando dados e colaboração, visto que os CRAS fazem

o papel de porta principal para se obter cadastro único, bolsa família, acesso a saúde e educação quando não conseguem diretamente das unidades de atendimento especializado.

Por fim, na tentativa de deixar essa introdução mais completa, vale ressaltar que realizei o trabalho de campo acompanhado de uma colega da pesquisa, Lu Inayah, foi ela quem fez todos os contatos com a comunidade e com o CRAS. Por se tratar de uma pessoa altamente engajada, ela acompanha essas comunidades e mantém relação direta com o CRAS e Secretarias de Assistência Social há muitos anos.

A recepção e a (des)confiança em dois CRAS

Relato 1 - CRAS Taubaté/SP - Belém

No dia 17 de outubro de 2024, acordei por volta das 7 horas da manhã. Havia combinado de me encontrar com Lu. Ela estava hospedada em um hotel em Taubaté. Ao acordar, encontrei uma mensagem dela no meu WhatsApp, onde ela brincava: "Acorda, Pedrinho!", em referência a uma música. Tomei um café rápido, me vesti e saí para buscá-la. Esse seria nosso primeiro encontro profissional presencial, visto que nosso contato até então foi mediado por tecnologia de comunicação.

Nos encontramos e em seguida, partimos para nosso primeiro compromisso do dia, que é o foco deste primeiro relato: a visita a um CRAS na cidade de Taubaté, localizado no bairro do Belém. Esse CRAS atende uma comunidade cigana composta por aproximadamente 19 famílias que residem no bairro adjacente.

Chegamos ao CRAS por volta das 8:50 da manhã. O estacionamento foi fácil, havia uma área anexa para esse fim e nos dirigimos à recepção, as portas estavam abertas, onde nos identificamos. Logo fomos recebidos por um senhor muito sorridente, com características típicas do interior de São Paulo, tanto na forma de se vestir quanto na maneira de falar - sotaque do interior. Ele nos encaminhou para uma sala onde já estavam cerca de seis pessoas sentadas em volta de uma mesa disposta em formato de roda. No

canto esquerdo da sala, em frente à entrada, havia uma mesa posta com café da manhã, contendo café, suco, água de coco, pães, bolos, salgadinhos, frutas e outros itens que não me recordo exatamente, mas era uma mesa bastante farta.

Reunião CRAS Taubaté - 1



Outubro de 2024, Arquivo pessoal

Reunião CRAS Taubaté - 2



Outubro de 2024, Arquivo pessoal

A responsável pela Assistência Social do município já estava presente e nos cumprimentou. Era uma senhora bem arrumada, também com características típicas da região - como cresci e vivi em Taubaté até os 21 anos, tenho uma ideia clara de como as pessoas da cidade se vestem e se comportam de acordo com seus níveis sociais. Essa senhora, que representava o secretário de Assistência Social - que não pôde comparecer devido a outros compromissos - , estava ali para nos receber. Ela usava jóias e se portava de maneira distinta, foi muito receptiva. Enquanto conversávamos com ela e com o senhor que nos recebeu, outras pessoas foram chegando e ocupando a sala. A roda de cadeiras precisou ser expandida antes mesmo do início da reunião, pois havia muitas pessoas e não cabiam mais em volta da mesa.

Estavam presentes representantes de diversas áreas: saúde, educação, assistência social, e até mesmo da Secretaria Municipal de Diversidade e Combate ao Bullying nas Escolas. Todos se apresentaram brevemente, e então eu e Lu, explicamos o motivo de nossa

presença. Estávamos realizando um mapeamento, um termo descentralizado vinculado ao Ministério da Igualdade Racial, acolhido pela Universidade Federal de Jataí em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Como pesquisadores de campo, nosso objetivo era levantar dados sobre políticas públicas para fornecer ao governo federal um relatório final sobre o mapeamento de famílias ciganas em relação à assistência social e políticas públicas.

A reunião foi bastante produtiva, durando cerca de duas horas e meia. Muitos dos presentes se mostraram interessados e engajados em colaborar com o levantamento de dados. Como os sistemas de cada área não são unificados, era necessária a cooperação dos operadores e técnicos para realizar buscas precisas, como, por exemplo, identificar quantas famílias ciganas estão cadastradas no CADÚnico⁴, quantas recebem auxílio moradia, ou quantas crianças ciganas enfrentam problemas como violência, bullying ou evasão escolar.

Minha percepção durante a reunião foi que os profissionais presentes tinham interesse tanto em ouvir quanto em falar. A comunidade cigana em Taubaté é expressiva e está distribuída por vários bairros, não se limitando a uma única localidade. Muitos dos profissionais ali presentes - atuam em diferentes áreas do serviço público, como também diferentes áreas geográficas de Taubaté - enfrentam dificuldades em saber como trabalhar e acolher essa comunidade, e viram na reunião uma oportunidade para expressar suas dúvidas e anseios, além de reconhecer nosso trabalho e interesse em estar naquele espaço.

Ao final da reunião, foram tiradas fotos, e houve uma troca de contatos entre os participantes. Não houve desconfiança ou medo, apenas participação e interesse. A reunião havia sido agendada previamente pela minha colega com o dirigente do CRAS, que organizou tudo com o apoio da Secretaria de Assistência Social, que providenciou o café da manhã e o lanche para nos receber bem.

Na reunião havia pessoas ciganas também, foram propositalmente para reivindicar um atendimento médico especializado para um adolescente da família que é cadeirante não está conseguindo atendimento relacionado a fisioterapia. Após a reunião fomos seguindo

⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento governamental brasileiro de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

essas pessoas ciganas, até sua casa, e realizamos outras visitas, é uma comunidade cigana com maioria vivendo em casa de alvenaria, não há barracas de lona tradicionais da cultura cigana nesse bairro, mas há barracos com materiais improvisados/reciclados.

Relato 2 - CRAS Pindamonhangaba/SP - Cidade Nova

No dia 18 de outubro de 2024, acordei por volta das 7 horas. Tomei café, banho e fui buscar minha colega de pesquisa, no hotel.

Nosso planejamento para o dia era visitar uma comunidade cigana em situação de acampamento em Pindamonhangaba, no bairro Shangrilá, uma área periférica próxima à Via Dutra, a cerca de quarenta minutos de carro do Centro da cidade. O bairro é considerado uma área de preservação ambiental, quase rural. Fomos muito bem recebidos no acampamento, mas as pessoas relataram dificuldades em acessar serviços do CRAS de Pindamonhangaba, como cadastrar-se no CAD Único, receber o Bolsa Família ou acessar políticas públicas de saúde. O CRAS que atende a região é setorizado, o bairro é atendido pelo CRAS Cidade Nova, ou seja, cada unidade cobre uma área geográfica específica, e o acesso para aquela comunidade era complicado no CRAS referenciado.

Após sairmos do acampamento, eu e Lu decidimos visitar o CRAS que atende a região para uma conversa informal. Queríamos nos apresentar à assistente social ou ao gerente do CRAS, explicar nosso trabalho de mapeamento e entender as dificuldades que eles enfrentavam ao atender a comunidade cigana. Colocamos o endereço do CRAS no GPS, mas ao chegarmos ao local indicado, descobrimos que o CRAS havia mudado de endereço. O Google Maps e o GPS não estavam atualizados. Com a ajuda de um transeunte, conseguimos encontrar o novo endereço e fomos até lá.

Chegando ao CRAS, foi fácil estacionar em frente, pois não havia muitos carros. O CRAS era todo fechado, com grades nas janelas e na porta de entrada. Lu, por ser cigana e já ter enfrentado situações de discriminação, pediu que eu assumisse a frente do contato

inicial. aproximei-me da grade da recepção - uma janela alta gradeada - e me apresentei: "Bom dia, meu nome é Antonio Cláudio. Estou aqui a trabalho pelo Ministério da Igualdade Racial e também sou da Universidade Federal Fluminense. Estamos na cidade fazendo uma pesquisa sobre famílias ciganas e o mapeamento de políticas públicas. Gostaria de conversar com a assistente social responsável por este CRAS ou com a pessoa encarregada, se possível."

A funcionária que nos atendeu respondeu: "Só um momento, vou falar com a assistente social." Ela não nos convidou para entrar, nem perguntou mais nada. Esperamos por cerca de 4 a 5 minutos, e eu comecei a ficar inquieto. Afinal, tratava-se de um serviço público, e mesmo que não pudessem nos receber naquele momento, era de se esperar um mínimo de atenção. Quando a funcionária voltou, trouxe um papel com um número de telefone e um endereço, dizendo: "A assistente social pediu para vocês ligarem nesse número ou irem a esse endereço, pois lá terão todos os dados que precisam."

Então indaguei: "Mas eu não pedi dados. Solicitei uma conversa com a assistente social ou com a responsável pelo posto. Ela não pode nos atender?" A funcionária insistiu no mesmo discurso, e eu retruquei: "Qual é o problema? Ela não tem agenda? Por que não pode nos dizer isso pessoalmente?" Expliquei que estava ali em nome do Ministério da Igualdade Racial. No entanto, a questão não era essa. Eu queria uma oportunidade de diálogo. Nesse momento, Lourdes, já acostumada com esse tipo de situação, virou-se para mim e disse em tom mais alto: "Você não entendeu que ela não quer falar com a gente?"

A funcionária, que estava atrás das grades, fez um semblante de concordância, mas sem dizer nada. Perguntei o nome dela e anotei, como parte do registro da pesquisa. Saímos do CRAS indignados. Eu, como pesquisador vinculado a duas universidades (Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Jataí) e trabalhando para o Ministério da Igualdade Racial, achei a situação extremamente grosseira e descabida. Senti na pele o que é a discriminação, especialmente para alguém que precisa daquele serviço. Lourdes comentou: "Viu, Antonio? Se você, vestido como está, não conseguiu nem entrar, imagine uma cigana

com suas vestes tradicionais e seus filhos. É por isso que essa comunidade está tão desamparada."

Fachada CRAS Cidade Nova Pindamonhangaba - De dentro do carro após não ser atendido pela equipe.



Outubro de 2024, Arquivo pessoal

De volta ao carro, decidimos ir até o endereço que nos foi passado, da Secretaria de Assistência Social de Pindamonhangaba. Chegando lá, foi fácil encontrar estacionamento. Ao entrarmos na recepção, fomos atendidos por um homem educado. Nos apresentamos da mesma forma que havíamos feito no CRAS e explicamos que não conseguimos ser atendidos lá, sendo direcionados para a secretaria. Ele nos informou que a secretária não estava presente, pois era sexta-feira e o movimento era menor. Insistimos: "Ela tem uma secretária ou alguém que possa nos atender na ausência dela?" O funcionário ligou para o andar superior e explicou nossa situação. Após alguns minutos, fomos convidados a subir ao segundo andar, onde fomos recebidos pela subsecretária de Assistência Social.

Ela era uma senhora muito bem arrumada, em uma sala com ar-condicionado e bem organizada. Nos ofereceu água e café, e começamos a conversar. Ela explicou que, naquele momento, representava a secretária, mas que sua permanência no cargo era incerta devido às recentes eleições municipais. Explicamos sobre a pesquisa e nosso papel ali, e também, sobre a visita ao acampamento e a dificuldade que tivemos no CRAS, foi o que nos mobilizou a estar ali sem um prévio agendamento, mas se caso fosse necessário, a secretaria seria oficiada via Brasília - MIR, mas que preferimos naquela ocasião ter uma conversa informal e estabelecer cooperação voluntária. A senhora então afirmou que a orientação era que as unidades do CRAS direcionassem demandas específicas para a Secretaria de Assistência Social, mas reconheceu que o tratamento que recebemos foi inadequado.

Chamou então uma supervisora dos CRAS da cidade, e juntas tentaram amenizar a situação, prometendo avaliar o ocorrido e conversar com a equipe. No entanto, ainda havia certa relutância em fornecer dados sobre o atendimento a famílias ciganas, como quantitativos de cadastros no CADÚnico ou no Bolsa Família. Para evitar um cabo de guerra burocrático, optei por uma estratégia de "sedução": expliquei que o mapeamento que estávamos realizando no Sudeste era crucial para identificar necessidades e que, caso houvesse verba federal disponível, Pindamonhangaba poderia ser beneficiada. No entanto, sem dados precisos, não poderíamos incluir a cidade adequadamente no relatório.

A partir desse momento, a receptividade mudou. Os olhos da subsecretaria e da supervisora "brilharam cifrões", e as informações começaram a fluir mais facilmente. Combinamos de enviar um e-mail para solicitar os dados tabulados sobre famílias ciganas no município, incluindo cadastros no Bolsa Família, benefícios de aluguel social e outras políticas públicas. Saímos de lá com alguns dados e a promessa de que nos enviaram mais informações por e-mail.

A estratégia de "sedução" foi de agir a partir de um regime econômico, distribuição de verbas, foi necessário para garantir o engajamento da secretaria, mas também nos fez questionar como a burocracia e a hierarquia podem dificultar o acesso a serviços essenciais, especialmente para comunidades marginalizadas como a cigana.

Já do lado de fora da Secretaria, eu e minha colegas entramos no carro, e logo antes de eu falar qualquer coisa, ela disse: “já sei o que aconteceu, ano passado tinha uma família aqui, que fois expulsa de uma área por conta de uma reintegração de posse, mas não foi concedido aluguel social ou outra área de acampamento, eu eu procurei a o Defensor Público e o Ministério Público e isso faz um barulho, tiveram que conceder o benefício, e na época, o prefeito falou que não tem preferência para pessoas ciganas, elas tem que entrar na fila e esperar, e se não tiver recurso não serão atendidas, não haverá privilégio, mas também aqui é uma cidade bolsonarista”. Minha colega acreditou, que como seu nome estava envolvido na ação e denúncia, pode ter sido reconhecida e isso gerou a retaliação em nos atender.

Desenvolvimento

Os relatos das duas visitas aos CRAS de Taubaté e Pindamonhangaba apresentam semelhanças e diferenças que refletem tanto a dinâmica local quanto os desafios enfrentados pela comunidade cigana quando deseja acessar políticas públicas. Esse recorte privilegia a análise das ações dos indivíduos em contextos sociais específicos, no caso dos CRAS, em vez de se concentrar apenas em grandes narrativas ou estruturas. Isso permite uma compreensão mais detalhada do que acontece no cotidiano das pessoas e como elas interagem com seu entorno (Rogé, 2017, p. 33). Tanto em Taubaté quanto em Pindamonhangaba, a interação com os técnicos e operadores dos CRAS foi importante.

No caso de Taubaté, a disponibilidade em ouvir e também em demandar questões e dúvidas sobre a comunidade foram marcadores. As reivindicações na cidade, ainda que em alguns casos, vagarosas, como o pedido de assistência ao adolescente que depende da cadeia de rodas para se locomover e precisa de fisioterapia, está tramitando e é foi verificado que a família recebeu uma devolutiva oral - a oralidade para os povos ciganos é muito importante, visto que um número expressivo das pessoas entrevistadas, não são letradas.

Já em Pindamonhangaba, a “categoria” comunidade cigana, pareceu ativar uma cisma no CRAS, onde não houve diálogo - esse foi exatamente o motivo que nos impulsionou a realizar a visita, e a partir da nossa negativa, a narrativa apresentada pelos entrevistado se confirmou. Já na Secretária de Assistência Social, houve uma negociação, transpondo a cisma para uma desconfiança, mas que poderia ser mutuamente benéfica a cooperação, mesmo sem muita intenção de colaboração. Dizer que a produção da pesquisa poderia colaborar com a liberação de verbas federais foi um divisor de águas para ter o mínimo de colaboração - vale ressaltar que o projeto não tem essa finalidade, embora a equipe acredito que nossos relatórios podem contribuir de alguma forma com a destinação de recursos financeiros para alguns municípios e setores, isso não passa de uma especulação. Não fizemos nenhuma promessa - política - mas utilizamos como um recurso de persuasão e sedução.

Ambos os relatos destacam a marginalização dos povos ciganos e a falta de informações sobre o atendimento a essas famílias. O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para atender essa população é uma temática comum nos dois contextos.

A visita ao CRAS Taubaté foi previamente agendada e recebeu uma abertura institucional maior, o que resultou em uma reunião produtiva e colaborativa, acredito que não apenas pelo agendamento, mas sim pela proposição de atuar efetivamente com a comunidade cigana. Em Pindamonhangaba, a falta de agendamento levou a um desafio inicial na obtenção de informações, requerendo uma estratégia de "sedução" para garantir o engajamento dos funcionários públicos. Essa diferença mostra como a receptividade institucional pode variar entre cidades vizinhas, e também, como uma forma de lidar com a ação e denúncia movida pela colega e ativista. Para Mariana Rogé (2017), o método pragmático enfatiza a importância das relações interpessoais e das interpretações que os atores sociais fazem de suas ações. Isso significa que não apenas observamos o que aconteceu, mas também como os participantes da história deram sentido a essas situações, levando em conta a pluralidade de perspectivas (Rogé, 2017, p. 34). As pessoas ciganas do bairro Shangrilá, evitam frequentar o CRAS por há relatos de negação de atendimento e discriminação, embora a Secretaria negue tais ações, e a descrição pragmática se afasta da

ideia de que há um único sentido ou interpretação para o que ocorreu. O que temos na verdade no método, é o reconhecimento de que os atores podem ter múltiplas interpretações e que a compreensão do fato deve incluir essa complexidade (Rogé, 2017, p. 21). Isso endossa a atitude de uma senhora que não foi entrevistada pessoalmente, mas estava junto durante a entrevista que disse: “meu CadÚnico está em Roseira, eu não vou trazer pra cá não”.

O relato de Taubaté apresenta um ambiente de maior colaboração, resultando em *insights* e dados mais acessíveis sobre a situação das famílias ciganas. Em contrapartida, em Pindamonhangaba, a necessidade de uma estratégia mais persuasiva para obter dados demonstra uma barreira maior à transparência e disposição em compartilhar informações. Ainda assim, é necessário um trabalho de sensibilização cultural, para entender e atender os povos ciganos. Um relato interessante da cidade de Taubaté foi quando o filho da senhora que nos recebeu e concedeu a entrevista foi internado há alguns anos atrás. Toda a família foi para a frente do hospital. Tal situação deixou os profissionais apreensivos, e como eles não passaram as informações do que estava acontecendo, do que se tratava a internação, a família literalmente acampou em frente ao hospital. Isso se dá por se tratar de um outro regime de família, uma outra gramática de lidar com o público que é construída a partir de trajetória diversas, e que carrega insultos e discriminação. Vendo tal situação, a assistente social do plantão foi até eles, e começou a conversar e explicar a situação. Assim que todos entenderam, deixaram o hospital, ficando apenas duas pessoas revezando e esperando o familiar ter alta⁵.

Como a visita ao CRAS de Pindamonhangaba não estava em nossos planos iniciais para aquele dia, foi a partir dos relatos da comunidade cigana durante a entrevista que nos motivou, segundo Jean Bazin (2017), a curiosidade impulsiona o antropólogo e pesquisador a investigar e questionar as práticas, rituais e crenças de uma cultura. Essa busca por

⁵ Nessa situação somente concordaram em sair da porta do hospital porque houve a interlocução de pessoa cigana garantindo que era o protocolo e que a mesma estaria acompanhando a situação. Cabe destacar a "desconfiança" no que se refere aos atendimentos dos serviços públicos

compreensão leva a um aprendizado mais profundo e a um engajamento mais significativo com os grupos estudados (Bazin, 2017, p. 106). A curiosidade também incita o observador a refletir criticamente sobre suas próprias suposições e preconceitos. Isso é importante para evitar a projeção de valores e pré-conceitos pessoais na análise dos comportamentos alheios no campo e para desenvolver uma compreensão sobre os pesquisados (Bazin, 2017, p. 114).

Para a comunidade Shangrilá, o CRAS referenciado a eles, não é um lugar de hospitalidade, fazendo com que evitem e não busquem atendimento. Na pesquisa de Virginie Milliot (2002) ela aborda sobre as tensões e sentimentos conflitantes que surgem entre os habitantes de bairros populares em Paris e as pessoas vulneráveis que utilizam as ruas para as atividades e socialização, especialmente nos mercados informais de objetos de “segunda mão”. Os moradores sentem-se confusos e impotentes diante da situação dos vendedores e da pobreza visível no espaço público, o que gera uma tensão constante. Os moradores sentem-se confusos e impotentes diante da situação dos vendedores e da pobreza visível no espaço público, o que gera uma tensão constante. Reflito a partir da pesquisa de Milliot (2002) que a questão posta no relato não se trata de sociedade civil - vizinhos - mas sim de atendimento para acessar serviços públicos que promovam a cidadania e que possam refletir em um maior tempo de permanência na cidade. Como ciganos são popularmente reconhecidos como um povo nômade - embora para ativistas ciganos isso já tenha se alterado - parece que no caso de Pindamonhangaba, há uma tentativa de prejudicar o atendimento para que eles realmente não se estabeleçam e “levantem acampamento”.

A partir de Fábio Reis Mota (2018) podemos pensar em argumentar que a categoria "ciganos" ativa uma cisma e a partir dela, promove-se uma negativa no relato de Pindamonhangaba. Essa afirmação pode ser respaldada pela análise das dinâmicas sociais e identitárias que atravessam as interações e estigmas relacionados a essa comunidade. O que justifica o trabalho e a importância de se realizar um mapeamento.

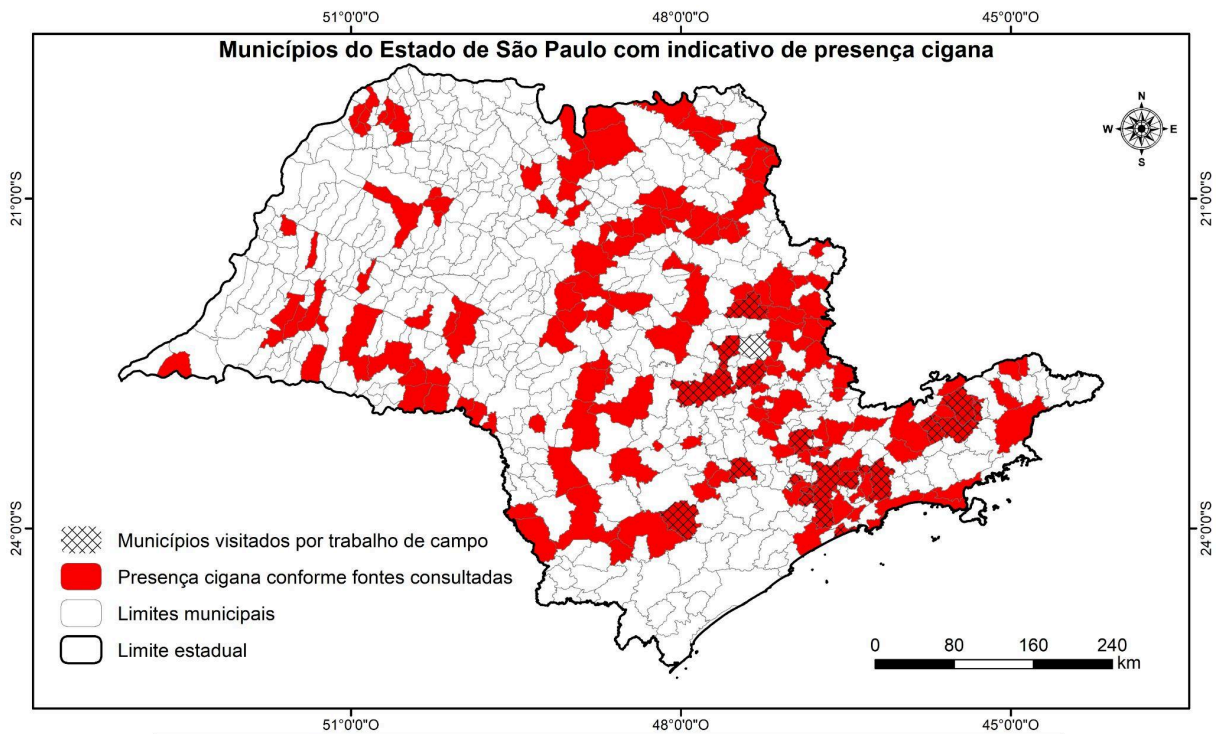
O uso da categoria "ciganos" pode provocar uma "cisma" nas relações sociais, refletindo as divisões e tensões entre diferentes grupos sociais e culturais. Como mencionado, o termo pode evocar estigmas associados à identidade cigana, levando a uma

percepção e recepção negativa por parte de setores da sociedade. Essa situação transmite a ideia de que certos grupos enfrentam exclusão e marginalização social, que cria uma divisão entre "nós" e "eles" dentro de uma mesma cidade, por exemplo (Mota, 2018, p. 144).

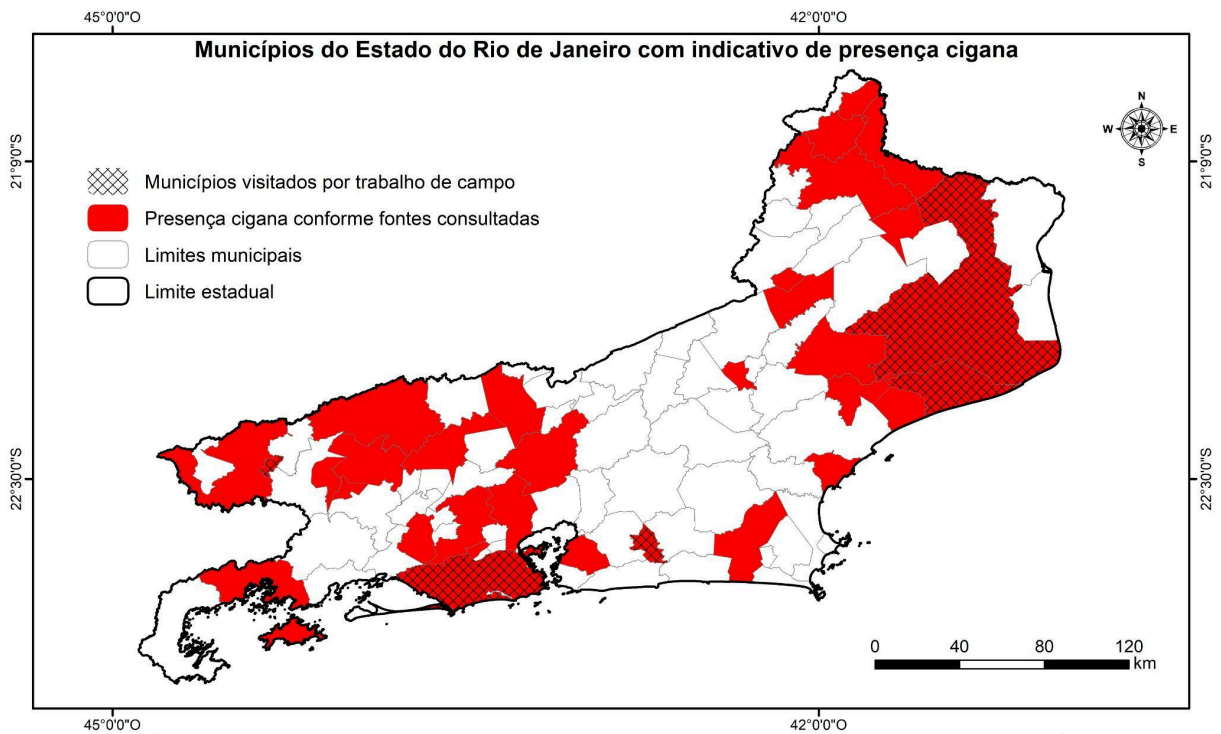
Ao mesmo tempo, essa cisma ativa uma "negativa", no sentido de que pode resultar em negação do reconhecimento pleno e da dignidade dos povos ciganos, como no caso de atendimento para se obter benefícios sociais (Mota, 2018, p. 138). Essa negativa pode se manifestar em diversas formas, incluindo a falta de políticas públicas adequadas e específicas, discriminação e exclusão social a partir do não atendimento e ou ainda dificultando o acesso e não tendo interesse em se "fazer ser entendido". A dinâmica de reconhecimento e a luta por visibilidade, demonstra que a identidade cigana muitas vezes é deslegitimada, o que gera resistência e a necessidade de afirmação identitária por parte dos grupos.

Considerações finais

A partir dos relatos tentei mostrar e descrever a complexa realidade do trabalho de campo nas comunidades ciganas, onde a eficácia da pesquisa e a obtenção de dados podem ser significativamente influenciadas pela receptividade institucional e pela organização das comunidades. A experiência como pesquisador e a presença de colaboradores sensíveis às necessidades da comunidade também desempenham um papel crucial em como essas interações se desenrolam e nos resultados obtidos.

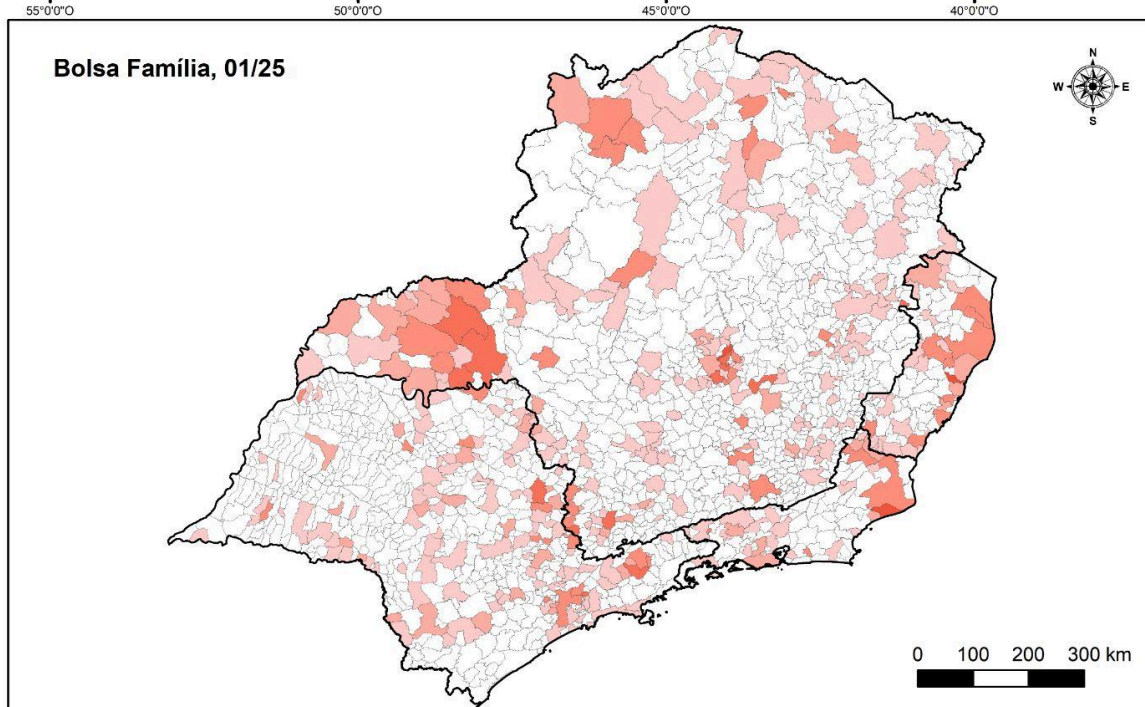
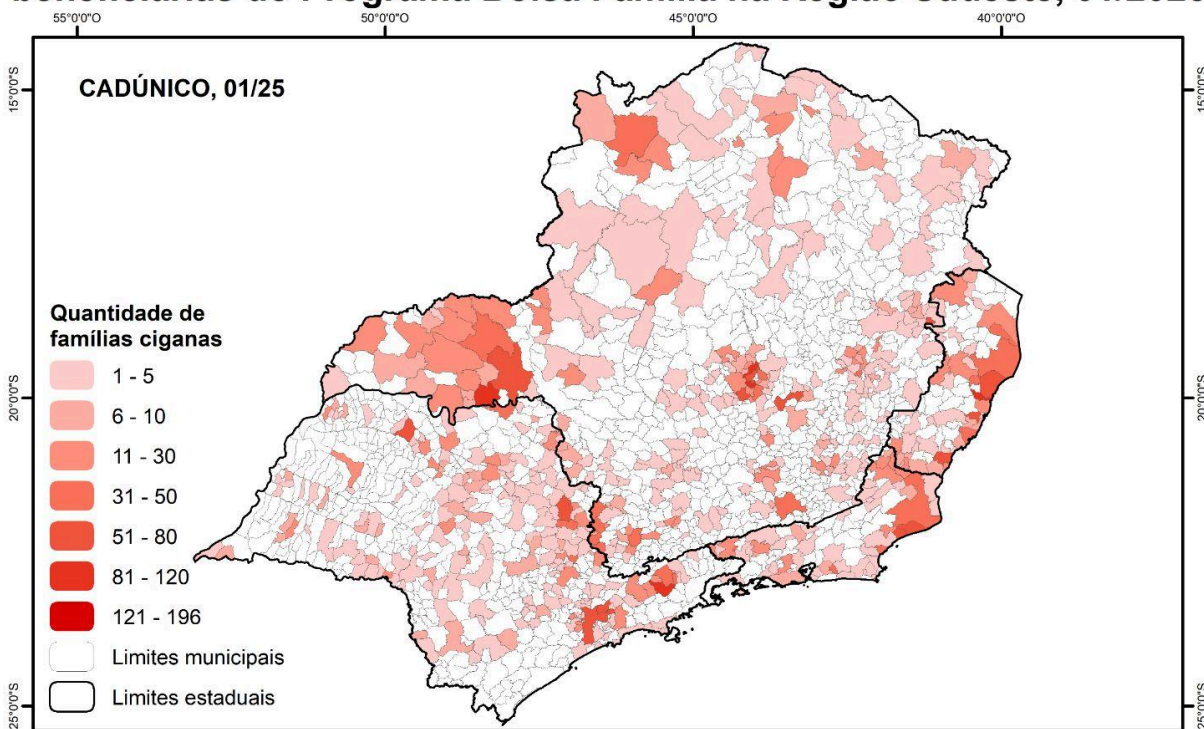


<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sintí, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p>	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p>	<p>Organização: UFJ; UFF.</p>	<p>Coordenação: SOUZA, Mirian Alves; SILVA, Philippe Cupertino S.; Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fontes: AECDDP, 2024; ANEC, 2024; CadÚnico, janeiro de 2025; LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 2024-25; MUNICÍBGE, 2023. Data de elaboração: Junho de 2025.</p>
---	--	-------------------------------	---



<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sintí, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p> 	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p> 	<p>Organização: UFJ; UFF.</p> 	<p>Coordenação: SOUZA, Mirian Alves; SILVA, Phillippe Cupertino S.; Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fontes: AECDDP, 2024; ANEC, 2024; CadÚnico, janeiro de 2025; LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 2024-25; MUNICÍBGE, 2023. Data de elaboração: Junho de 2025.</p>
---	--	--	--

Quantidade de famílias ciganas inscritas no CADÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na Região Sudeste, 01/2025



Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil



Financiamento:
Ministério da Igualdade Racial.
Gestão financeira: FUNAPE.



Organização:
UFJ; UFF.



Coordenação: SILVA, Phillipe Cupertino S.; SOUZA, Mirian Alves.
Cartografia: CALAÇA, Gleyber.
Fontes: CadÚnico, janeiro de 2025.
Data de elaboração: Maio de 2025.